

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE GEOGRAFIA – CURSO DE MESTRADO

JULIANA CASTILHO BUENO

**A CARTOGRAFIA COMO SUBSÍDIO PARA ESTUDOS DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA REGIÃO  
SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ**

MARINGÁ – PR

2020

JULIANA CASTILHO BUENO

**A CARTOGRAFIA COMO SUBSÍDIO NO ESTUDO DOS  
MOVIMENTOS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DO SUDOESTE DO  
ESTADO DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia, do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Maringá.

**Área do conhecimento:** Produção do espaço e dinâmicas territoriais.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise Regina Elias Queiroz

MARINGÁ – PR  
2020

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

J928c

Bueno, Juliana Castilho

A cartografia como subsídio para estudos dos movimentos sociais e transformações espaciais na região sudoeste do estado do Paraná / Juliana Castilho Bueno. -- Maringá, PR, 2020.

124 f.color., figs., tabs., maps.

Orientador: Prof. Dr. Deise Regina Elias Queiroz.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2020.

1. Formação territorial - Sudoeste do Paraná. 2. Território - Sudoeste do Paraná. 3. Movimentos sociais - Memória - Sudoeste do Paraná. 4. Cartografia - Sudoeste - Paraná. 5. Paraná - Região Sudoeste - História. I. Queiroz, Deise Regina Elias, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 918.162

A CARTOGRAFIA COMO SUBSÍDIO PARA ESTUDOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS  
E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO DO  
PARANÁ

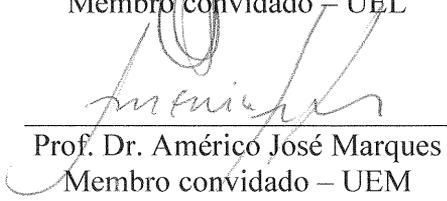
Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Produção do Espaço e Dinâmicas Territoriais

Aprovada em 06 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Deise Regina Elias Queiroz  
Orientadora - UEM

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Jacqueline Telma Vercezi  
Membro convidado – UEL

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Américo José Marques  
Membro convidado – UEM

**À minha família,  
e todos que sempre me apoiaram,  
em especial, à minha orientadora Deise,  
que fez de mim sua última orientanda.**

## **AGRADECIMENTO**

A minha família, que tanto tem me ajudado e colaborado para que eu consiga me dedicar ao desenvolvimento do meu trabalho. A minha mãe, Dona Elaine, que sempre se preocupa em saber como andam as coisas e se pode ser útil em algo para colaboração. E ao meu irmão, Junior, que se dispõe em ajudar quanto às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Ao Romildo, que sempre se fez presente para aguentar meus desesperos e me ensinar a acreditar que chorar não resolve.

A disponibilização de amigos e entes queridos que convivo e estão sempre me ajudando a conseguir os contatos necessários para a obtenção de dados necessários a pesquisa.

A minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Deise que sempre me recebe e me atende com tanto carinho, e com toda paciência me indica o melhor caminho a seguir, corrigindo meu trabalho sempre com muita atenção. Tem se tornado uma grande amiga.

A CNPq (Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela disponibilização da bolsa de estudos para a realização da pesquisa.

E aos demais colegas de mestrado que juntos dividimos alegrias, desafios e angústias quanto à realização da pós-graduação.

“De tudo, ficaram três coisas...  
A certeza de que estamos começando...  
A certeza de que é preciso continuar...  
A certeza de que podemos ser interrompidos  
antes de terminar...  
Façamos da interrupção um caminho novo...  
Da queda, um passo de dança...  
Do medo, uma escada...  
Do sonho, uma ponte...  
Da procura, um encontro!”

Fernando Sabino

## RESUMO

Possuir territórios é a possibilidade concentrar riquezas naturais, é dar acesso a tudo que nele está incluso, que colocam o estado ou nação em posição econômica de destaque. Os movimentos ocorridos nos séculos XIX e XX marcaram mudanças na configuração territorial paranaense, que serviram como base para a modificação econômica no estado. No que diz respeito ao Sudoeste, a aquisição territorial e a estruturação agrária em pequenas propriedades são frutos de resultados de movimentos sociais em busca de garantir os direitos ao território e manter suas territorialidades. O presente trabalho tem como objetivo compreender, através das contribuições cartográficas, a formação territorial do estado do Paraná, tendo como recorte territorial a região Sudoeste, analisando os ganhos e as perdas territoriais sobre a influência de movimentos como a Guerra do Contestado e Revolta dos Posseiros, como também compreender as transformações e influências causadas pela guerra nos aspectos sociais e culturais. Nesse sentido, buscou-se entender as ações capitalistas que visam o desenvolvimento do capital, em localidades selecionadas; identificar o processo de emancipação territorial e os motivos que levaram a intensa fragmentação; classificar as localidades da região quanto a municípios, pequenas e médias localidades através de metodologias já aplicadas por outros autores e também analisar indicadores selecionados, na qual proporcionam o perfil da área de estudo. A aplicação da cartografia será realizada seguindo a linha da semiologia Gráfica, de modo a auxiliar na análise da estruturação territorial, permitindo assim a percepção das modificações econômicas, culturais e territoriais sofridas pela região Sudoeste do estado do Paraná.

**Palavras- chave:** Território; Sudoeste; Movimentos Sociais; Cartografia.

## **ABSTRACT**

Owning territories is concentrating natural wealth, giving access to everything included in it, which puts the state or nation in a prominent economic position. The movements that occurred in the nineteenth and twentieth centuries marked changes in the territorial configuration of Paraná, which served as the basis for economic change in the state. With regard to the Southwest, territorial acquisition and agrarian structuring on small properties are the result of social movements seeking to guarantee the rights to the territory and maintain its territorialities. This paper aims to understand, through cartographic contributions, the territorial formation of the state of Paraná, focusing on the Southwest region, analyzing the territorial gains and losses on the influence of movements such as the Contestado War and the Posseiros Uprising, as well as Understand the transformations and influences caused by war on social and cultural aspects. In this sense, the aim was to understand the capitalist actions that seek the development of capital in selected localities; identify the process of territorial emancipation and the reasons that led to intense fragmentation; classify the localities of the region as municipalities, small and medium localities through methodologies already applied by other authors and also analyze selected indicators, which provide the profile of the study area. The application of cartography will be performed following the line of Graphic semiology, in order to assist in the analysis of territorial structure, thus allowing the perception of economic, cultural and territorial changes suffered by the Southwest region of the state of Paraná.

**Keywords:** Territory; South-west; Social Movements; Cartography.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Mapa político do estado do Paraná. ....	21
<b>Figura 2</b> - Unidades de relevo do estado do Paraná. ....	22
<b>Figura 3</b> - Perfil Geomorfológico do Paraná.....	22
<b>Figura 4</b> - Mapa das mesorregiões geográficas do estado do Paraná de 2008. ....	24
<b>Figura 5</b> - Mapa de identificação da Região Sudoeste do estado do Paraná.....	25
<b>Figura 6</b> - Formação Geológica do Paraná. ....	26
<b>Figura 7</b> - Cobertura vegetal nativa do Paraná. ....	27
<b>Figura 8</b> - Clima do Paraná. ....	28
<b>Figura 9</b> - Mapa das frentes colonizadoras do Paraná. ....	30
<b>Figura 10</b> - Imagem de comparação populacional do Paraná 2018-2019. ....	47
<b>Figura 11</b> - Mapa do Índice Ipadres de desenvolvimento Municipal - 2016.....	51
<b>Figura 12</b> - Mapa de fluxos migratórios de colonização do Sudoeste do estado do Paraná. ....	61
<b>Figura 13</b> - Mapa da Guerra do Contestado. ....	62
<b>Figura 14</b> - Mapa de colonização da Região Sudoeste do estado do Paraná.....	64
<b>Figura 15</b> - Mapa de identificação das localidades da Região Sudoeste do estado do Paraná. ....	67
<b>Figura 16</b> - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná em 1879.....	68
<b>Figura 17</b> - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná em 1892.....	69
<b>Figura 18</b> - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná em 1946.....	70
<b>Figura 19</b> - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1950.....	73
<b>Figura 20</b> - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1960.....	75
<b>Figura 21</b> - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980.....	77
<b>Figura 22</b> - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1990.....	79
<b>Figura 23</b> - Mapa das emancipações sofridas pelos três primeiros municípios da	

Região.....	80
<b>Figura 24</b> - Evolução das emancipações da Região Sudoeste do Paraná.....	81
<b>Figura 25</b> - Mapa de classificação das localidades do Sudoeste do Paraná.....	85
<b>Figura 26</b> - Mapa da delimitação das microrregiões do Sudoeste do Paraná. ....	86
<b>Figura 27</b> - Mapa de comparação da média populacional do Sudoeste com o estado do Paraná. ....	87
<b>Figura 28</b> - Mapa das perdas populacionais do Sudoeste do estado do Paraná em 2019. ....	89
<b>Figura 29</b> - Mapa dos ganhos populacionais do Sudoeste do estado do Paraná em 2019. ....	91
<b>Figura 30</b> - Mapa do Grau de Urbanização do Sudoeste do Paraná no censo de 2010. ....	100
<b>Figura 31</b> - Mapa da Taxa de Ocupação do Sudoeste do Paraná no Censo de 2010. ....	101
<b>Figura 32</b> - Mapa do Índice Ipardes de Desenvolvimento dos Municípios do Sudoeste do Paraná ano de 2016.....	102
<b>Figura 33</b> - Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano do Sudoeste do Paraná no censo de 2010. ....	103
<b>Figura 34</b> - Mapa do Produto Interno Bruto per Capita do Sudoeste do Paraná ano de 2017.....	103
<b>Figura 35</b> - Mapa da Taxa de Mortalidade do Sudoeste do Paraná ano de 2018..	104
<b>Figura 36</b> - Mapa da Taxa de Analfabetismo do Sudoeste do Paraná no censo de 2010. ....	105
<b>Figura 37</b> - Mapa de comparação referente ao Grau de Urbanização do Sudoeste com o Estado do Paraná no censo de 2010. ....	106
<b>Figura 38</b> - Mapa de comparação referente a Taxa de Trabalho do Sudoeste com o Estado do Paraná censo de 2010. ....	107
<b>Figura 39</b> - Mapa de comparação referente ao Índice Ipardes de Desenvolvimento dos Municípios do Sudoeste com o estado do Paraná ano de 2016.....	108
<b>Figura 40</b> - Mapa de comparação referente ao Índice de Desenvolvimento Humano do Sudoeste com o estado do Paraná censo de 2010.....	109
<b>Figura 41</b> - Mapa de comparação referente à Taxa de Mortalidade geral do Sudoeste com o estado do Paraná ano de 2018.....	110
<b>Figura 42</b> - Mapa de Comparação referente a taxa de analfabetismo do Sudoeste	

com o estado do Paraná censo de 2010.....	111
<b>Figura 43</b> - Mapa de comparação referente ao PIB per Capita do Sudoeste com o estado do Paraná ano de 2017. ....	112
<b>Figura 44</b> - Folder da Caminhada de Peregrinação do Monge João Maria. ....	115

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Motivos que levaram a criação dos novos municípios. Brasil 1992. ....	42
<b>Quadro 2</b> - Classificação de Grau do Índice de Desenvolvimento Humano.....	49
<b>Quadro 3</b> - Classificação Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal. ....	51
<b>Quadro 4</b> - Classificação de municípios, pequenas e médias cidades. ....	57
<b>Quadro 5</b> - Média paranaense dos indicadores. ....	59
<b>Quadro 6</b> - Municípios emancipados no Sudoeste do Paraná até 1946.....	71
<b>Quadro 7</b> - Municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1950.....	72
<b>Quadro 8</b> - Municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1960.....	74
<b>Quadro 9</b> - Municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980.....	76
<b>Quadro 10</b> - Municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1990.....	78
<b>Quadro 11</b> - Classificação das localidades do Sudoeste do Paraná em 2019. ....	82
<b>Quadro 12</b> - Participação por mesorregiões no total de população do Estado do Paraná de 1970 a 2010.....	93
<b>Quadro 13</b> - Indicadores dos municípios do Sudoeste do Estado do Paraná. ....	96
<b>Quadro 14</b> - Equipamentos culturais dos municípios. ....	113

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - População de Francisco Beltrão de 1970 a 2010.....	95
<b>Gráfico 2</b> - População de Pato Branco de 1970 a 2010. ....	95

## LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas.
CANGO	- Colônia Agrícola Nacional General Osório.
CEFSPRG	- Companhia de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande.
CITLA	- Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CTG	- Centro de Tradições Gauchas.
GETSOP	- Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná.
IBAM	- Banco de Dados Municipais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IPARDES	- Instituto Paranaense de Pesquisa e Desenvolvimento Social.
IPDM	- Índice Iparades de Desempenho Municipal.
ITCG	- Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná.
ONU	- Organização das Nações Unidas.
PIB	- Produto Interno Bruto.
SEBRAE	- Desenvolvimento de Pequenos Negócios.
SESA	- Secretaria de Saúde do Estado do Paraná.
QGIS	- QuantunGis.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1 OBJETIVO .....	18
1.2 JUSTIFICATIVA .....	19
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO .....	20
<b>2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO .</b> <b>.....</b>	<b>21</b>
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>29</b>
3.1 RESGATE HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO PARANAENSE .....	29
3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS: DISPUTA POR TERRITÓRIOS EM DEFESA DE SUAS TERRITORIALIDADES.....	34
3.2.1 Territorialidade e identidade local: fatores que motivam a fragmentação territorial .....	41
3.3 MUNICÍPIOS, PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES.....	43
3.3.1 Movimentação populacional.....	46
3.4 INDICADORES: O ESTUDO QUANTITATIVO .....	48
3.5 CARTOGRAFIA: A FERRAMENTA DA GEOGRAFIA .....	51
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>55</b>
4.1 MOVIMENTOS HISTÓRICOS RESPONSÁVEIS POR MUDANÇAS NA ESTRUTURA TERRITORIAL E DESMEMBRAMENTOS DA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO PARANÁ.....	55
4.2 SINTETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA DO SUDOESTE EM MUNICÍPIOS, PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES.....	56
4.3 DESENVOLVIMENTO DE MAPAS TEMÁTICOS.....	58
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>60</b>
5.1 INFLUÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA TERRITORIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ: GUERRA DO CONTESTADO.....	60
5.1.1 As divisões das localidades do Sudoeste e sua relação com a guerra .....	67
5.2 CLASSIFICAÇÃO: MUNICÍPIOS, PEQUENAS OU MÉDIAS CIDADES .....	82

5.2.1 Perdas e ganhos populacionais .....	86
5.2.2 Movimentação populacional na região Sudoeste com enfoque para Pato Branco e Francisco Beltrão.....	93
<b>5.3 DESENVOLVIMENTO DE MAPAS E GRÁFICOS TEMÁTICOS DA REGIÃO SUDOESTE .....</b>	<b>96</b>
5.3.1 Indicadores da região Sudoeste.....	99
5.3.2 Indicadores da região Sudoeste em comparação com a média paranaense .	105
5.3.3 Aspectos físicos e culturais da Guerra do Contestado .....	112
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXO 1 – Questionário cultural utilizado na região Sudoeste do Paraná. .</b>	<b>125</b>

## INTRODUÇÃO

O território desde o período da Pré-história aos dias atuais é, na maioria das vezes, considerado como sinônimo de poder e sempre, no decorrer de séculos, foi motivo para disputas entre os povos. Possuir ou reivindicar a apropriação de uma espacialidade é o mesmo que dominar riquezas e recursos naturais, que influenciam as possibilidades, e podem colocar um estado e ou uma nação em posição de destaque frente ao mundo.

Os territórios são espaços de vida, de relações, de trocas, de construção e desconstrução de vínculos cotidianos, de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos. (BRASIL, 2008, p. 54).

Quando se trata de conceber o território a partir de “relações sociais e de poder”, não há como deixar de inquirir sobre as escalas de tais relações, ou seja, é preciso colocar ênfase nos próprios processos de produção e reprodução social, que articulam determinantes múltiplos (econômicos, culturais, políticos) em suas sinergias e que, necessariamente, são resultantes também de processos desencadeados em múltiplas escalas. (MELAZZO e NASCIMENTO, 2013, p. 70).

A formação do condizente territorial vem no decorrer dos anos sendo elaborado através de modificações realizadas por movimentos sociais. Nesse contexto essa pesquisa trabalhará sobre a formação territorial paranaense e suas mudanças estruturais na espacialidade ocasionadas por conflitos sociais, utilizando-se da cartografia como subsídio para compreendê-las. Nesse sentido o enfoque do trabalho será a Região Sudoeste do estado do Paraná, tendo em vista os conflitos ocorridos nessa região, como a Guerra do Contestado e Revolta dos Posseiros, possibilitando assim, analisar perdas e ganhos ocasionados pelos mesmos.

Compreendendo a formação territorial da área de estudo, foram levantadas informações para entender como ela está organizada hoje, considerando movimentos sociais, como aspectos humanos, e clima, vegetação, relevo, como os elementos físicos.

Foi realizado um levantamento que auxiliou a compreensão das emancipações das localidades da região, possibilitando compreendê-las como influências e consequências da Guerra do Contestado e Revolta dos Posseiros.

O incentivo dado pelo governo na marcha para o oeste, com o intuito de colonizar de forma rápida a região de fronteiras afim de demarcar territórios

nacionais. Tal estímulo foi justificado pela Lei de Terras de 1850, possibilitando às loteadoras realizarem seus serviços na região, podendo fazer uso da força para atingir o objetivo da lei: que os lotes de terras sejam pagos, desalojando milhares de famílias que resolvem lutar por seus direitos.

Nesse sentido, a tão importante luta pelos territórios dos povos em defesa de suas territorialidades, está em defender suas identidades e as culturas geradas por suas gerações.

Os processos de emancipação ou desmembramentos levam em consideração inúmeros aspectos, sendo eles: histórico-culturais, geográficos, jurídicos e econômicos. O Brasil teve dois momentos que impulsionaram as emancipações, coincidindo com os momentos de pico no estado do Paraná. A Constituição de 1988 teve grande importância nas emancipações da década de 1990, possibilitando aos municípios autonomias fiscais.

Em levantamentos bibliográficos realizados, constatou-se uma pesquisa desenvolvida por Bremaeker (1993), na qual em entrevistas aplicadas a prefeitos de municípios recém emancipados, chegou-se à conclusão que os principais motivos da emancipação foram a grande extensão territorial do município de origem, descaso político-administrativo das sedes e o surgimento de uma economia local forte. Convém salientar que o novo município poderia apresentar problemas com recursos, pois o valor referente a ele era relacionado ao número de habitantes e não a extensão territorial.

Tendo em vista os atributos da área analisada nesta pesquisa, dedicou-se, de modo específico, a analisar o conjunto de localidades<sup>1</sup> urbanas existentes nesta área, com objetivo de identificá-las e classificá-las. Trata-se de uma região que se destaca pela concentração de pequenas cidades e localidades. Por isso, o ponto em destaque do trabalho foram os municípios e as pequenas cidades. Buscou-se aplicar, como forma metodológica, alguns critérios para o alcance de um dos objetivos, com base em autores e pesquisas científicas realizadas, capazes de demonstrar a diferença entre municípios e cidades, e esclarecer a classificação em pequenas, médias e grandes cidades. Para tal classificação, os principais aspectos da metodologia foram à população e os estabelecimentos comerciais terciários.

A tarefa de conceituar e definir pequena cidade consiste justamente em buscar elementos, processos ou atributos que permitam compreender o limiar de

---

<sup>1</sup> O termo localidades foi embasado nos estudos de Endlich e será utilizado para designar de forma geral municípios, pequenas e médias cidades.

uma cidade, e para tanto é preciso também considerar uma área de comparabilidade, pois os mesmos atributos ou critérios podem ter pesos e significados diferentes no tempo e no espaço. (ENDLICH, 2017).

Após a classificação, analisou-se as perdas e ganhos populacionais permitindo compreender determinada localidade como sendo, na visão do mundo capitalista, geradora de trabalho, ou seja, aquele que terá capital investido e sobre ele gerará lucros em seu espaço. Nessa mesma visão, os aspectos naturais não têm mais tanta influência, e sim localidades “escolhidas a dedo” em um determinado contexto para o desenvolvimento do capital.

Para a região Sudoeste foram realizadas análises sobre os indicadores. Foram selecionados para a pesquisa o Índice de Desenvolvimento Humano, Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal, Taxa de Mortalidade Geral, Taxa de Analfabetismo, Grau de Urbanização e Produto Interno Bruto per Capita. Nesse sentido, foi analisada a região em comparação com a média estadual, no qual a localidade se enquadra superior ou inferior a essa média, respaldando a uma análise referente ao perfil da região.

A utilização de indicadores proporciona à pesquisa dados quantitativos, sendo dados estatísticos colhidos de forma periódica, que articulados com dados qualitativos, subsidiam em uma pesquisa de conhecimento científico crítico e articulado.

Considerando os movimentos sociais presentes e constantes na formação da região Sudoeste, o levantamento de dados culturais de resquícios dos mesmos se faz de grande importância quanto a valorização da cultura, deixando aspectos visuais na área de estudo recorrente de momentos conflitantes.

É relevante compreender o território como um espaço que envolve questões físicas, sociais, econômicas e culturais. Após reivindicar e apropriar-se de uma espacialidade, permite a apropriação de riquezas e possibilidades que nela estão inclusas.

## 1.1 OBJETIVO

Este trabalho tem como **objetivo geral** compreender a formação territorial do estado do Paraná através da cartografia, tendo como recorte espacial a região Sudoeste, modificada pelas ocorrências de movimentos sociais durante a Guerra do

Contestado e Revolta dos Posseiros.

Para alcançá-lo, foram adotados os seguintes **objetivos específicos**:

- Destacar os principais movimentos históricos responsáveis por mudanças na estrutura territorial e desmembramentos na região Sudoeste do estado;
- Sintetizar cartograficamente a distribuição territorial do Sudoeste paranaense em municípios, pequenas e médias cidades;
- Elaboração de mapas e gráficos temáticos que retrate os ganhos e perdas territoriais, na questão física, econômica e cultural.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista os inúmeros conflitos desencadeados na região Sudoeste do Paraná, como a Guerra do Contestado, a Revolta dos Posseiros/Colonos, evidenciou-se grandes mudanças na estrutura territorial dessa Região. Fato este primordial na escolha dessa área para estudo e desenvolvimento da presente pesquisa. Tais mudanças, reflexos desses movimentos sociais retratam os ganhos e perdas territoriais, tanto no aspecto físico, econômico quanto culturais.

É de interesse dos paranaenses entender o território em questão como pertencente ao estado, no que envolve cultura e transformações vividas. A Região Sudoeste é parte do território do Paraná e passou a pertencer ao mesmo, após esses importantes conflitos ocorridos ao longo da história. No caso, a Guerra do Contestado é o enfoque principal abordado por essa pesquisa.

Utilizando-se da cartografia como instrumento fundamental para a construção de conhecimento e para a visualização e compreensão dos fatos ocorridos, justificando-se nesse sentido, o desenvolvimento dessa pesquisa, tendo em vista a importância no contexto histórico-geográfico abordado pelo tema.

A pesquisa é também muito relevante por haver uma quantidade pequena de trabalhos que foquem uma análise na questão territorial da região Sudoeste, comparando-a a área total do estado do Paraná, observando aspectos negativos e positivos para o mesmo, com a reconfiguração territorial, mediante ao Contestado.

A Região vem apresentando destaques em índices de geração de empregos e PIB (Produto Interno Bruto) em pesquisas e levantamentos de dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), também sendo influenciadora no âmbito nacional.

Estudar essa região traz uma grande contribuição para a ciência geográfica, pensando nos desdobramentos históricos que se deram naquele território e a grande influência gerada por ela no estado do Paraná.

Através da cartografia é possível identificar as modificações territoriais, econômicas e culturais sofridas pela região Sudoeste do estado do Paraná, em diferentes conflitos, principalmente os decorrentes da Guerra do Contestado.

### 1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A presente pesquisa apresenta-se estruturada em 6 tópicos – Introdução, Localização e Caracterização Geográfica da Área de Estudo, Fundamentação Teórica, Procedimentos Metodológicos, Resultados e Discussões, Considerações Finais, além das Referências Bibliográficas. O tópico 2 - Localização e Caracterização da Área de Estudos - fornece informações físicas e humanas sobre a mesma, além de situação territorial e os municípios que a compõem.

No tópico 3 é apresentada uma fundamentação teórica sobre bibliografias que embasam conceitos e definições em âmbitos geográficos que permeiam este trabalho e principalmente sobre a cartografia que é o subsídio para tal realização. Dessa maneira, realizou-se um resgate histórico do estado do Paraná, retomando movimentos sociais que contribuíram para a formação da região e do próprio estado. Efetuou-se ainda uma análise sobre a configuração territorial, classificação das localidades e os movimentos populacionais, sem dispensar a utilização de indicadores para a quantificação da pesquisa.

Em seguida, no tópico 4, é apresentada a estruturação metodológica para a realização da pesquisa, apresentando os procedimentos metodológicos que foram utilizados e desenvolvidos para a obtenção de resultados.

Os resultados e discussões sobre as metodologias aplicadas junto ao embasamento teórico estão contemplados no tópico 5, apresentando gráficos, quadros e mapas, juntamente com levantamentos e discussões relevantes, a fim de atender os objetivos do trabalho.

Por fim, o tópico 6 relata as considerações finais referentes a esta pesquisa, debatendo as correlações de dados obtidos e mapas proporcionados pelo uso da cartografia, para a realização de um conhecimento científico subsidiando uma análise quantitativa e qualitativa.

## 2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

O estado do Paraná está localizado no Sul do Brasil, segundo a regionalização brasileira pautado no meio-técnico-científico-informacional publicado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 1990, entre as coordenadas de 48° a 54°W; 23° a 26°S. Atualmente conta com 399 municípios e uma área total de 199,554 Km<sup>2</sup>, Figura 1, que corresponde a 2,3% do território brasileiro.

Figura 1 - Mapa político do estado do Paraná.

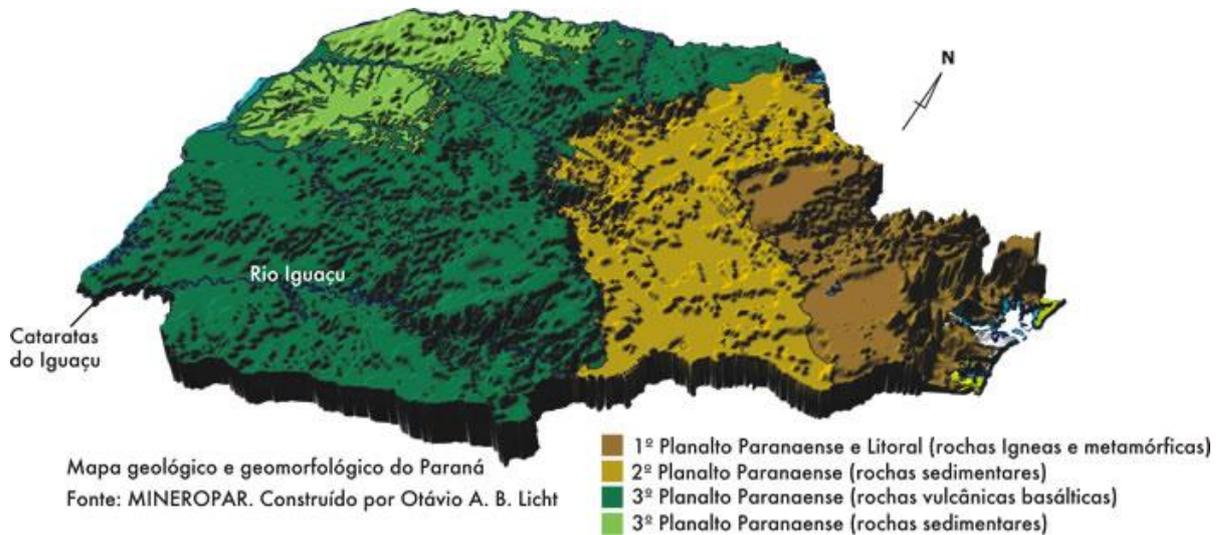


O estado paranaense conta com uma rica diversidade hidrográfica capaz de alimentar usinas hidrelétricas pelo território. Segundo o IBGE (2018), o estado é responsável pelo 4º maior PIB (Produto Interno Bruto) do país, conseqüentemente, responsável por um dos maiores valores de influência na economia nacional.

Um dos fatores responsáveis pela organização e colonização do estado é o

relevo que está dividido em quatro unidades principais, sendo eles de Leste a Oeste: Serra do Mar, Primeiro Planalto/Planalto de Curitiba, Segundo Planalto/ Planalto dos Campos Gerais e Terceiro Planalto/Planalto de Guarapuava, conforme Figura 2.

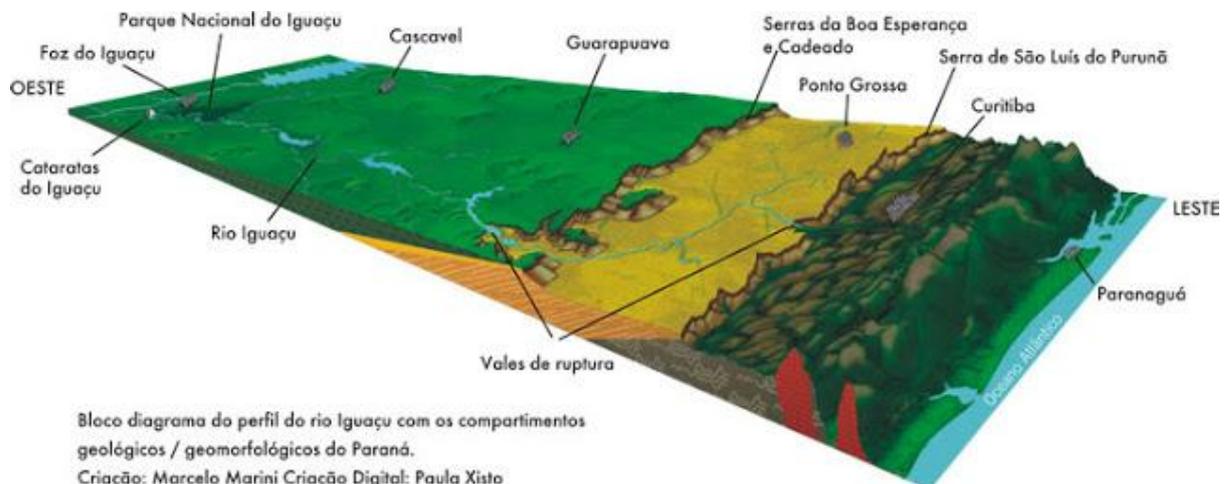
**Figura 2 -** Unidades de relevo do estado do Paraná.



**Fonte:** ITCG/ MINEROPAR (20 /09/2019).

O relevo paranaense tem as divisões de seus compartimentos de planaltos delimitados por serras ou escarpas, como pode ser observado no perfil geomorfológico apresentado na Figura 3.

**Figura 3 -** Perfil Geomorfológico do Paraná



**Fonte:** ITCG/ MINEROPAR (20 /09/2019).

De leste a oeste no estado, a geomorfologia consiste em iniciar com topos elevados e tendem a diminuição da altitude, formando vales de rupturas.

No entanto, é na região Sudoeste, localizada no Planalto de Guarapuava, que ocorram as maiores mudanças na estrutura territorial, fato primordial para enfatizar essa região como área de estudo dessa pesquisa. Tais mudanças se deram em função de inúmeros conflitos ali desencadeados tais como a Guerra do Contestado, conflitos de caráter internacional envolvendo Brasil x Argentina e Brasil x Paraguai, como também disputas nacionais entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

Dentre outros conflitos, podemos citar ainda a Revolta dos Posseiros/Colonos, que também gerou reflexos para a Região, assim como na organização de seus lotes de terras.

No decorrer dos anos, as subdivisões do estado paranaense passaram por diversas modificações de acordo com os critérios adotados na regionalização.

Nas palavras de Silva (2013, p. 27), é possível compreender região, “[...] como um conjunto de lugares onde as diferenças internas são menores que as existentes entre este e outro conjunto de lugares.” Portanto, as proximidades dos diferentes lugares, os caracterizam como uma região.

É importante salientar que podem ser realizadas diversas regionalizações que buscam atender determinados objetivos e, nesse sentido, impor critérios.

Mediante tais apontamentos, percebe-se que, ao considerar critérios econômicos como técnica de regionalização, levou a regionalização do Paraná que adotou a classificação do IBGE, favorecendo o processo de gestão pública que adotou as meso e microrregiões.

Com o tempo, o estado passou a desenvolver-se economicamente de outras maneiras, surgindo diferenciações entre as regiões acima pontuadas. Considerações agrárias e industriais foram fundamentais para a nova classificação das mesorregiões econômicas do Paraná, que por volta dos anos 2000, novos critérios, técnicas e estatísticas, surgiram para o processo de regionalização de acordo com as características similares.

O desenvolvimento paranaense, não se estagnou; pelo contrário, no decorrer dos anos, os avanços do meio técnico científico-informacional acelerou o processo econômico, resultando em uma nova regionalização. Segundo a Lei Estadual nº 15.825 de 2008, o estado do Paraná foi dividido em mesorregiões correspondendo a um conjunto de características comuns. A última divisão regional realizada pelo

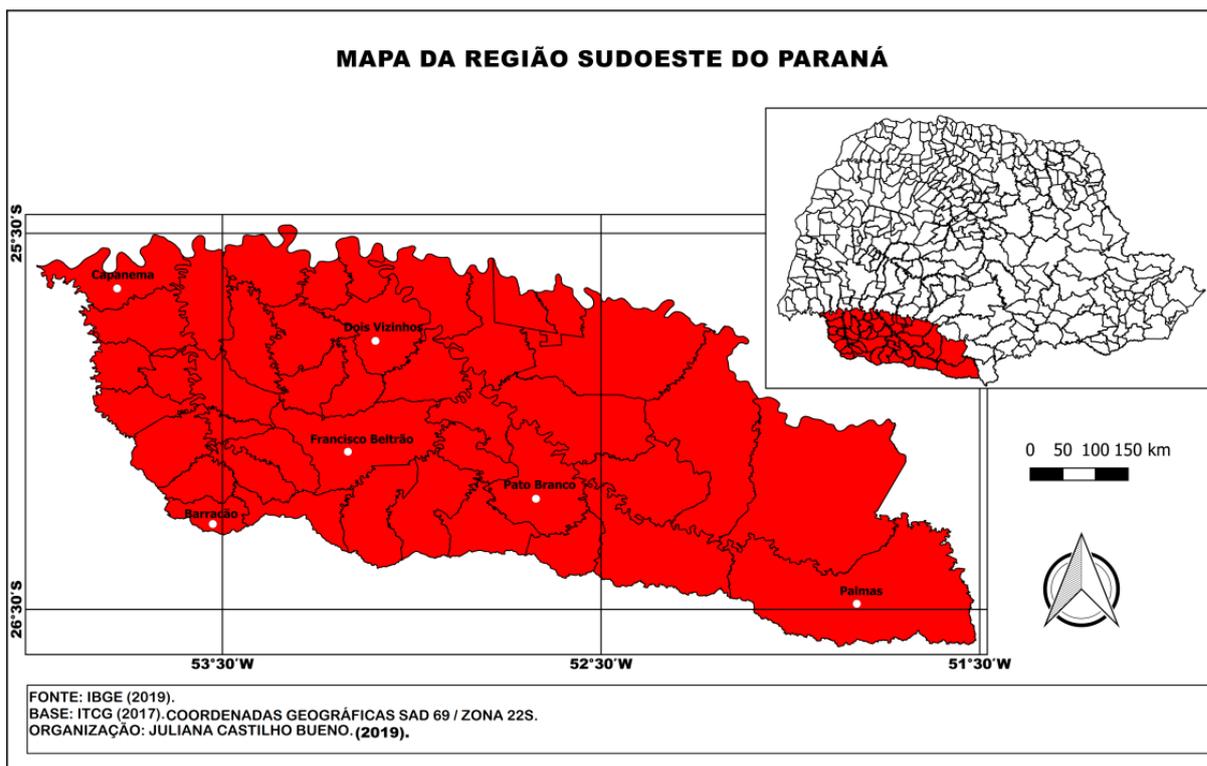
IBGE pode ser observada na Figura 4.

**Figura 4 - Mapa das mesorregiões geográficas do estado do Paraná de 2008.**



A identificação da região Sudoeste para o desenvolvimento do presente trabalho, tomou por base a última regionalização do Paraná, conforme observado na Figura 5.

**Figura 5 - Mapa de identificação da Região Sudoeste do estado do Paraná.**



A região Sudoeste, localizada no Terceiro Planalto Paranaense, também conhecida como Planalto de Guarapuava, apresenta em sua extensão um conjunto de similaridades resultantes para tal definição.

Nas palavras de Silva (2013, p. 31) “[...] a região geográfica é marcada pela relação harmoniosa, de equilíbrio, entre os elementos humanos e naturais.” Considerando as técnicas de regionalização, definiu-se o Sudoeste paranaense em função de um conjunto de similaridades apresentadas. Nesse contexto, o território da região Sudoeste também é conhecido culturalmente como território do Contestado Paranaense. Portanto, após a regionalização de 2008, o Sudoeste do estado passou a ser composto por 42 municípios, que serão estudados esmiuçados no decorrer do trabalho.

Fazendo divisa internacional com a Argentina e nacional com o estado de Santa Catarina, a Região Sudoeste do Estado do Paraná, segundo os últimos levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), vem sendo a região do estado com menor índice de desemprego e, conseqüentemente, maior crescimento econômico. Esses podem ser fatores ocasionados, justamente, por movimentos históricos que modificaram a estrutura territorial, econômica e social. Nessa região ainda pode ser considerado o aparecimento de valores de PIB

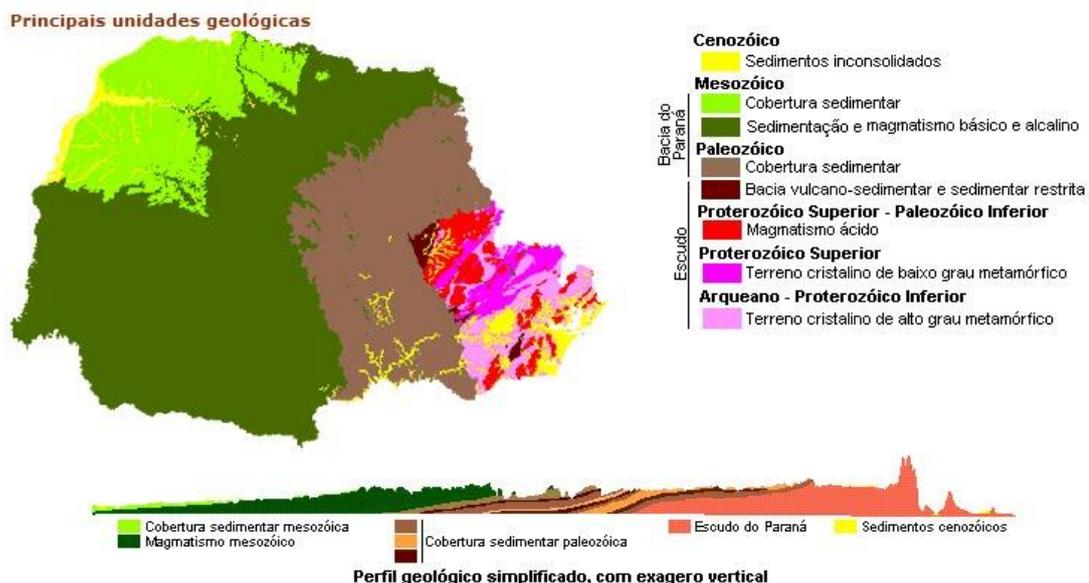
(Produto Interno Bruto) positivo, em destaque para o estado e o país, tema este que será abordado mais adiante.

Caracterizando fisicamente a Região Sudoeste, é importante salientar que ocorreram no Terceiro Planalto paranaense, derramamentos vulcânicos que datam de 150 milhões de anos; essas lavas deram origem a rocha basáltica. Nas palavras de Cabrera (2013):

O Terceiro Planalto, resultado da consolidação de derrames de lavas ocorridos no Mesozóico e que após intenso intemperismo químico que atuou na região deu origem a um solo extremamente fértil, conhecido como terra roxa. Ainda no Terceiro Planalto, nas áreas mais baixas próximas ao rio Paraná e vales interiores encontram-se também sedimentos mais recentes da era Cenozóica e depósitos inconsolidados. (CABRERA, 2013, p. 8)

Tais considerações apresentadas podem ser observadas na Figura 6.

**Figura 6 - Formação Geológica do Paraná.**



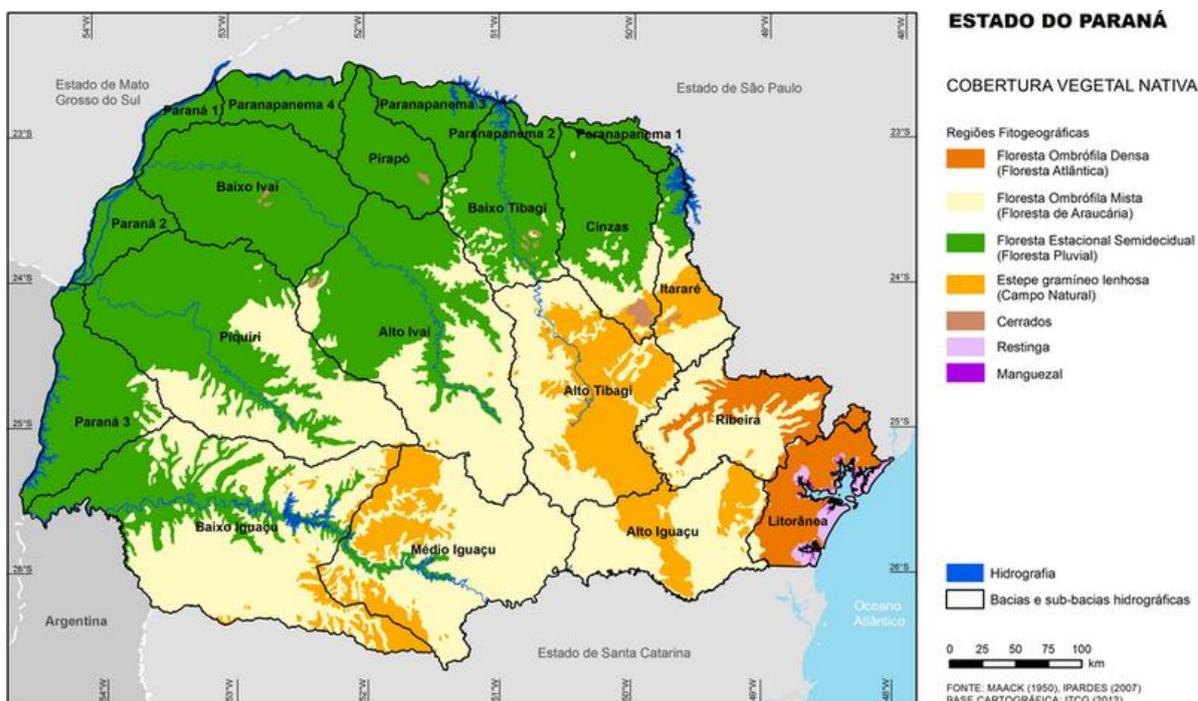
Fonte: ITCG/ MINEROPAR (02/07/2019).

Nas palavras de Cabrera (2013), um solo diferenciado é proporcionado através de intemperismos, que, no caso, cita o intemperismo químico. Porém, também é importante considerar o físico e o biológico, pois estes também contribuem para a formação do solo, que conforme análise da imagem da formação geológica do estado do Paraná, é possível perceber que este está presente na região de estudo.

Quanto à vegetação, nas palavras de Maack (1950), a região, onde hoje está

localizada a cidade de Palmas, era formada com predomínio de Campos, que vem, gradativamente diminuindo, dando lugar, de forma expressiva às Florestas de Araucárias, conhecidas como Florestas Ambrófilas mistas. Isto facilitou para que as primeiras ondas colonizadoras tenham ocorrido em Palmas e suas proximidades. Ainda aparecem, mesmo que muito pouco, a presença de manchas de Florestas Subtropicais nas proximidades do Rio Iguaçu. A Figura 7 retrata a vegetação Nativa paranaense.

**Figura 7 - Cobertura vegetal nativa do Paraná.**



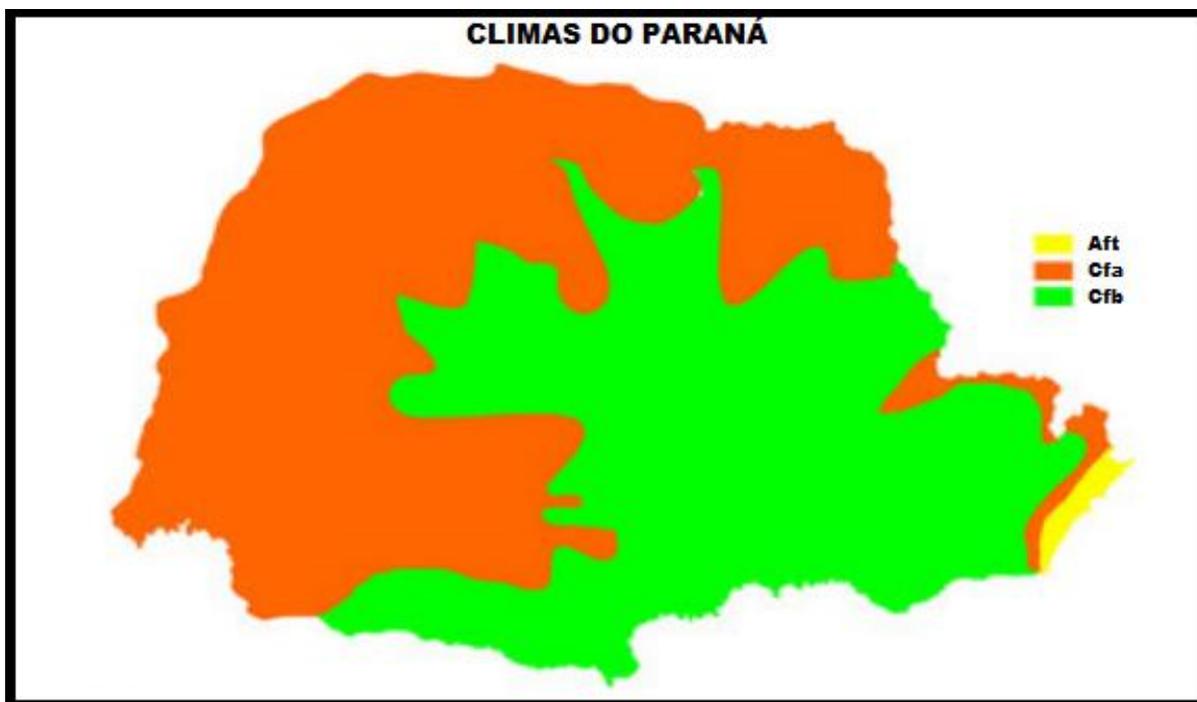
Fonte: IparDES (20/09/2019).

O relevo acompanha gradativamente a vegetação. Apresenta na região dos Campos a maior altitude, sendo íngremes no Sudoeste, fazendo parte da escarpa e serra do Terceiro Planalto e tendendo à apresentar menores altitudes e mais aplainadas a oeste, principalmente nas proximidades do Rio Iguaçu, bacia na qual a região pertence. Dessa maneira a vegetação apresentava-se mais concentrada em altitude mais baixas.

A Figura 8 apresenta as divisões climáticas do Paraná, que apresenta três climas Aft - Clima Tropical Superúmido (regiões a leste, antes da serra do mar e não apresentam geadas nem secas), Cfa – Clima Subtropical (temperaturas médias superiores a 22° C e chuvosos) e Cfb – Clima Temperado (apresenta geadas

severas, invernos secos e médias não ultrapassam 22° C).

**Figura 8 - Clima do Paraná.**



Fonte: Ipardes (20/09/2019).

As temperaturas da região de estudo apresentam, como um todo, inferiores, se comparadas as do estado, com um Clima Subtropical e recebendo massas de ar vindas do Atlântico Sul, influenciadas pelas baixas temperaturas do continente Antártico. Aliado a esses fatores e altitude, a cidade de Palmas apresenta as temperaturas médias anuais mais baixas do estado.

As características físicas abordadas sobre a região influenciaram na dinâmica econômica local, principalmente no processo de colonização, essas fatos serão detalhados ainda nessa pesquisa.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 RESGATE HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO PARANAENSE**

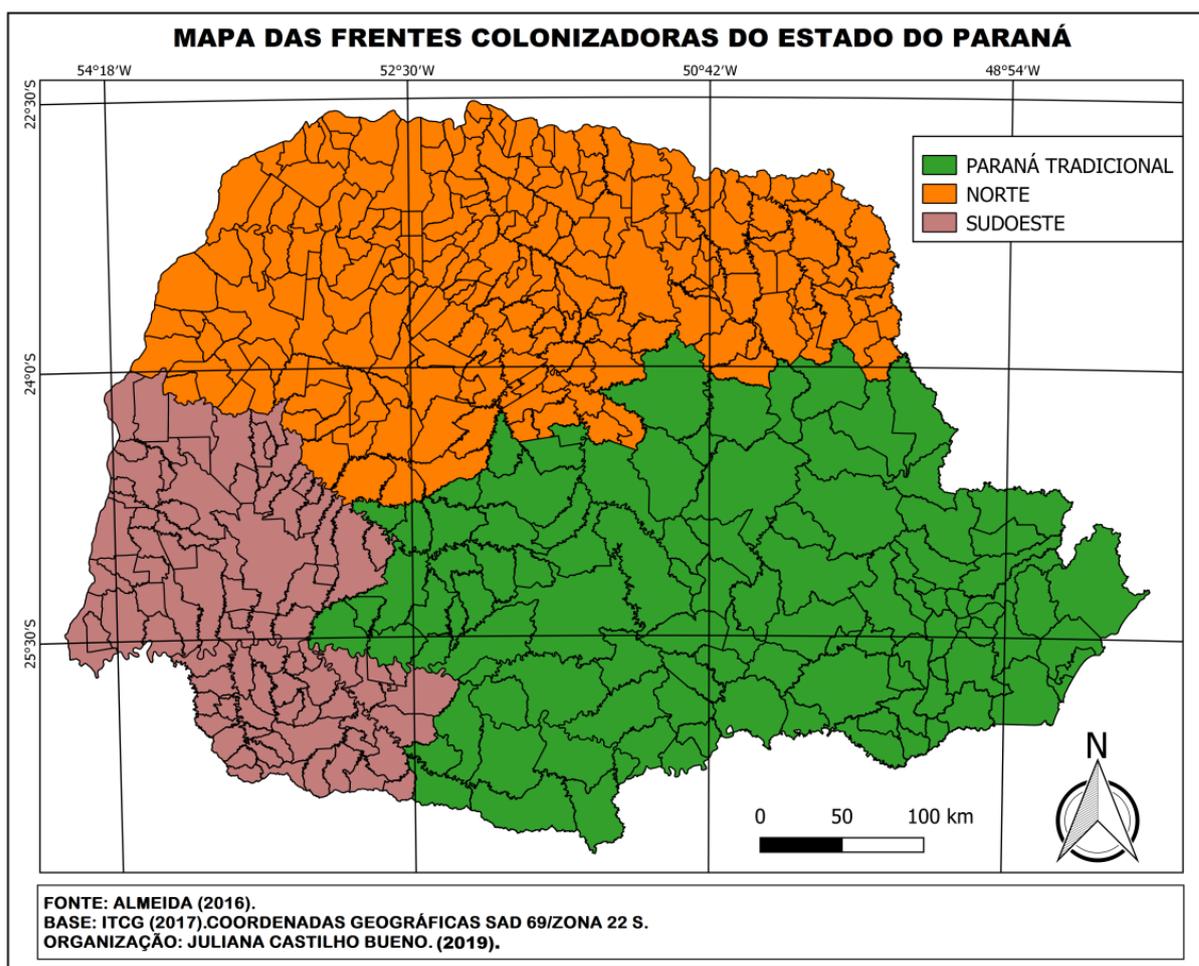
Antes da chegada dos portugueses no Brasil, no ano de 1500, o estado do Paraná era habitado por grupos indígenas, dos troncos linguísticos denominados de Tupi na parte interior do continente e o Jê localizado no litoral. Após a chegada das duas grandes potências europeias do momento, Portugal e Espanha, que já haviam dividido o globo terrestre em duas partes pelo Tratado de Tordesilhas, leste para Portugal e oeste para a Espanha, iniciaram-se o processo de colonização.

A colonização paranaense nas palavras de ALMEIDA (2016):

[...] foi resultado da atuação de três frentes pioneiras: O Paraná Tradicional; a Frente Norte e; a Frente Sudoeste. A ocupação do referido espaço iniciou-se pelo litoral e avançou em direção ao interior, no entanto, este processo levou séculos para a completa ocupação do território paranaense. (ALMEIDA, 2016, p. 10).

Segundo as frentes de colonização apresentadas por Almeida (2016), o Paraná apresenta as seguintes regiões colonizadoras conforme Figura 9.

**Figura 9 - Mapa das frentes colonizadoras do Paraná.**



Os territórios têm suas territorialidades, que são responsáveis pelo linear e composição de determinadas paisagens. Segundo Santos (1993, p. 10), “A paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que refletem, no espaço, as funções sociais.”

Segundo as frentes de ocupação e seus motivos de colonização, Almeida (2016, p. 12) afirma que “[...] o Paraná Tradicional, do ouro de lavagem, do tropeirismo e da extração de erva-mate; a região Norte, vista como um prolongamento da economia cafeeira paulista e a região Sudoeste, povoada por imigrantes gaúchos e catarinenses”. Assim desenvolveram os processos de colonização do Paraná.

Nas palavras de Santos (1993, p. 34), fica claro que “o conhecimento da paisagem supõe a inclusão de seu funcionamento na dinâmica global da sociedade”. Sendo assim, é possível compreender a importância de se identificar os recursos presentes nos lugares, fato que proporcionará seu desenvolvimento. Ainda conclui o autor “a paisagem é testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado

histórico acumulado. O espaço humano é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social”. Dessa maneira, fica explícita a importância dos recursos para o desenvolvimento de localidades, fato que será abordado na colonização paranaense.

Sobre o Paraná Tradicional, parte de seu território era pertencente a Portugal. A colonização foi realizada pelas Capitânicas Hereditárias, sendo que o atual território paranaense estava compreendido nas Capitânicas de São Vicente e Sant’Ana.

A ocupação portuguesa se deu do litoral para o interior do continente, marcado pela primeira descoberta de ouro ocorrida no que se tornaria a futura vila de Paranaguá. Avançando para o interior e desenvolvendo a fundação de vilas, a região dos Campos Gerais foi colonizada com auxílio do movimento tropeiro.

O Paraná Tradicional correspondendo ao litoral, à região de Curitiba e dos Campos Gerais, foi a primeira frente de ocupação do Estado. Essa frente foi inaugurada por mineradores paulistas no século XVII, atraídos pela existência de ouro de aluvião. O fim desse ciclo econômico data entre 1720 a 1730, sendo substituído pela pecuária extensiva, pelo tropeirismo e pela extração de erva-mate. Essa frente, apesar do espaço de abrangência, não ocupou todo o território paranaense. (ALMEIDA, 2016)

Nas palavras de Almeida (2016, p. 10) “a região Norte teve sua ocupação efetiva a partir da segunda metade do século XIX, por fazendeiros paulistas que foram atraídos pelas manchas de terra-roxa”. O solo, que já era desde a época conhecido como importante para o desenvolvimento da lavoura, foi o principal responsável pela ocupação da região. Nesse sentido, a autora:

Essa ocupação, em um primeiro momento, se deu de forma espontânea. No entanto, a colonização intensiva da região, em moldes modernos, teve início em 1929 e foi obra da Companhia de Terras Norte do Paraná. A colonização da área foi realizada pautada na cultura cafeeira, base econômica das propriedades agrícolas na época, o que garantiu grande dinamismo econômico e social para a região durante vários anos. (ALMEIDA, 2016, p. 10).

Salientando os processos de colonização, do lado oeste, mais especificamente a região Sudoeste, pertencente à Espanha. Num primeiro momento, tiveram seu início baseado nas missões ou reduções jesuíticas. Três motivos desencadearam a colonização espanhola: além das missões jesuíticas, o fato de necessitarem de um porto para chegarem a Europa mais rápido e a defesa de território definido pelo Tratado de Tordesilhas com relação a Portugal.

Na primeira metade do século XVI houve a fundação de alguns portos e vilas espanholas junto a grande província do Rio da Prata, como Sancti Spiritu em 1527, Nuestra Señora Santa Maria Del Buenos Aires em 1536 e Asunción em 1537 (PARELLADA, 2009). No mesmo contexto, também foi criada a Cidade Del Guayrá, que foi alvo de desenvolvimento das missões jesuíticas e atualmente é conhecido como Guairá.

No Sudoeste, compreende-se dois processos de ocupação, sendo um de caráter espontâneo e outro de colonização dirigida. Este ocorreu por investimentos de empresas privadas nos loteamentos e incentivos governamentais. Segundo Almeida (2016):

O interesse do governo em ocupar tal área era explicado por dois motivos, acabar com as áreas despovoadas e ao mesmo tempo acabar com o problema social e econômico causado pelos minifúndios do Rio Grande do Sul. Para isso criou o plano denominado "Marcha para o Oeste". (ALMEIDA, 2016, p. 12).

Já o processo espontâneo responde pela ocupação pura e simples de terras devolutas ou de particulares, configurando a posse.

Os movimentos de colonização da região Sudoeste estiveram distribuídos em frentes, sendo elas do leste paranaense, do sul brasileiro com gaúchos e catarinenses e de oeste vindos da Argentina.

Segundo Almeida (2016, p.13), os dois processos resultaram em valorização e movimentação na área, resultando em "[...] alguns problemas, principalmente quanto à cobiça por parte de grupos políticos e econômicos, o que posteriormente resultou em vários conflitos no campo daquela região." Tais conflitos trouxeram como consequência à ocorrência de grandes movimentos sociais.

É importante salientar que, mesmo com os processos de colonização, o Paraná não era emancipado e estava nas dependências do estado de São Paulo. Nas palavras de Priori (2012),

Até 1853 o Paraná nem sequer existia e passou por diversas tentativas de emancipação política, que não se concretizaram, conquistando a sua emancipação, apenas, no dia 19 de Dezembro de 1853, com a Lei nº 704 sancionada por D. Pedro II. (PRIORI *[et al]*, 2012, p 57).

Enquanto o território paranaense era comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era

péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários, as verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo. (PRIORI [et al], 2012).

Há unidade entre a história e a geografia, numa abordagem múltipla do território, que significou outra novidade naquele momento da história e epistemologia da geografia, considerando as dimensões sociais e a incorporação da natureza na territorialização. (SAQUET, 2008, p. 75).

Enquanto simples materialidade, nenhuma parte da paisagem tem, em si, condições de provocar mudanças no conjunto. Conforme SANTOS (1993, p.69 apud ISAC HENKO, 1975, p. 635):

[...] mesmo se todos os componentes da paisagem estão, de uma forma ou de outra, direta ou indiretamente relacionados, uma alteração verificada em uma dada relação não pode 'automaticamente' e 'sem delongas' afetar, na mesma proporção, todas as partes do sistema". (ISAC HENKO, 1975, p. 635).

Aliás, as mudanças são sempre conjuntas e cada aspecto ou parte é apenas uma peça, um dado, um elemento, no movimento do todo. (SANTOS, 1993).

Compreendendo melhor a formação territorial paranaense, no que diz respeito ao trecho entre Guaíra e Foz do Iguaçu, que posteriormente forma-se o Território Nacional do Iguaçu<sup>2</sup> abrangendo os atuais territórios de domínios do Paraná e Santa Catarina<sup>3</sup>, e dando ênfase a Região Sudoeste, Priori (2012), destaca que,

[...], a Argentina alegava possuir plenos direitos sobre o território. Iniciou-se a chamada "Questão de Palmas", ou mais conhecida entre os argentinos como *La Cuestión de Misiones*, na qual a Argentina reivindicava a posse de parte dos atuais territórios do Paraná e Santa Catarina. No entanto, por meio de um arbitramento realizado pelo presidente do Estados Unidos, Grover Stephen Cleveland, em 1895, o território em litígio foi incorporado ao Brasil. (PRIORI, 2012, p. 61).

---

<sup>2</sup> Na década de 1920, e com maior intensidade nos anos de 1930, surgiu no Brasil, [...] uma discussão embasada na necessidade de redivisão política administrativa no território brasileiro. [...] o assunto passou a ser seriamente analisado, principalmente após as comemorações do centenário da Independência em 1922. Também passou a ser estudado se o Governo Federal deveria ou não pôr em prática os projetos dos territórios federais nas regiões de fronteira nacional, como era o caso do Paraná que fazia divisa com a Argentina. Havia ainda o propósito de acelerar o povoamento e assegurar a defesa nacional onde esses territórios fossem fundados. (PRIORI, 2012, p. 59).

<sup>3</sup> O decreto-lei nº 5812, de 13 de setembro de 1943, foi o mecanismo legal responsável por desmembrar o Paraná e Santa Catarina para dar origem ao Iguaçu.

A questão de Palmas, também pode ser denominada como Guerra do Contestado e diz respeito à formação territorial do que hoje é denominado de Sudoeste, região do presente estudo, e faz parte da colonização paranaense.

O trecho entre Paraná e Santa Catarina, sempre foram marcados por constantes disputas territoriais, e de forma especial, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma efervescente movimentação social no campo brasileiro. (AMÂNCIO, 2009).

A maior parte dessa movimentação foi reflexo da lei de Terras de 1850, o que impedia a apropriação de terras, e a partir dessa data a terra era concedida pela movimentação de compra. Dessa forma as terras pertenciam ao Estado que designou companhias imobiliárias para realizar as vendas, contudo grande parte das terras já haviam moradores denominados de colonos ou posseiros, que passaram por processo de expropriação.

Segundo Amâncio (2009), cansados de esperarem por soluções governamentais e em meio a violência que viviam, diante do processo de expropriação, colonos/posseiros reuniram-se e resolveram lutar para conquistarem seus direitos de concessão das terras. Nas palavras da autora, até a década de 1940, grande parte dos territórios Oeste e Sudoeste do estado não tinham uma colonização efetiva. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por uma movimentação social.

Dessa maneira, travaram uma violenta disputa pelo direito à terra, denominada de Revolta dos Posseiros, na qual fez-se necessária a instalação de uma unidade do exército na cidade de Francisco Beltrão. A solução do movimento teve como ajuda a GETSOP (Grupo Executivo de Terra do Sudoeste do Paraná), que auxiliou na conciliação entre os envolvidos, repartição e entrega dos lotes de terras.

### 3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS: DISPUTA POR TERRITÓRIOS EM DEFESA DE SUAS TERRITORIALIDADES

Ao discutir sobre a criação de territórios, pontua-se sobre a produção do espaço, no qual existem inúmeros agentes envolvidos. Segundo Corrêa (2006) são eles: os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o estado e os grupos sociais excluídos.

Como os interesses entre os grupos são muitas vezes distintos e divergentes ocorrem disputas pelo direito e acesso à terra como: os índios, conflitos entre caboclos e companhias colonizadoras, expulsão de posseiros que viviam e produziam na terra a décadas e a ação intencional do Estado subordinado aos interesses do capital. Os conflitos de classes fizeram parte da configuração do espaço-temporal do Paraná. (COSTA, 2013)

Movimentos sociais referem-se a uma ação coletiva de um grupo da sociedade que almeja alcançar mudanças sociais conforme seus valores e ideologias. Segundo Gohn (2004):

O “empoderamento” da comunidade [...] trata-se de processos que tenham a capacidade de gerar processos de desenvolvimento auto-sustentável, com a mediação de agentes externos – os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos. (GOHN, 2004, p. 23).

Nesse contexto é importante ressaltar que os grupos lutam e buscam unidos por seus objetivos. Esses movimentos podem apresentar reivindicações capazes de transformar a sociedade e, talvez, torná-la mais justa.

Segundo Haesbaert (2007, p 113), “sabe-se que o território, sendo objeto de disputa, envolve muitas questões sociais, políticas e econômicas, que devem ser discutidas.” Essas questões levantadas pelo autor, leva em consideração, o espaço e o tempo onde ocorrem. Haesbaert (2007) destaca ainda que:

A luta de alguns precisa ser contextualizada a partir desse conceito geográfico, porque é através da disputa pelo território que os direitos são conquistados, como os direitos básicos de moradia, à educação e de alimentação. (HASBAERT, 2007, p. 114).

Tendo em vista que a região Sudoeste vivia em um martírio, em que a fome e pobreza faziam parte da realidade daquela localidade, eclodiu então a denominada Guerra do Contestado que envolvia disputas internacionais e nacionais pelo território.

Nas palavras de Silva (1996):

[...] O conflito do Contestado (assim chamado porque localizou-se numa região contestada, nos limites de Santa Catarina e Paraná) [...] durando mais ou menos de 1911 a 1916. Na origem do episódio encontram-se referências as condições tensas vigentes nas áreas de decorrência de disputa entre coronéis na região de curitibanos e da expulsão de posseiros de terras que vinham sendo ocupadas pela Brazil Railway e pela Southern

Ao discutir sobre movimentos sociais, é imprescindível falar em território, principalmente no âmbito da ciência geográfica. Alguns elementos devem ser considerados para que o conceito território seja compreendido. Primeiro, o território é construído historicamente a partir das relações de poder e, portanto, automaticamente envolve a sociedade e o espaço geográfico. O território pode possuir uma denominação mais subjetiva, que pode estar relacionada à consciência ou à identidade. Mas pode demonstrar, também, uma dimensão mais objetiva, caracterizada pela dominação e apropriação de um determinado espaço por instrumentos de ação política econômica (HAESBAERT, 2007).

Silva (1996) relata que os movimentos sociais fornecem indícios inquietantes sobre os movimentos sociais em relação ao processo de apropriação territorial.

Falar sobre território vai além do espaço físico, visível e palpável, diz respeito a um ambiente que carrega consigo inúmeras contribuições de trocas, sejam elas do território para a os grupos humanos que ali habitam, ou destes grupos para o território. Neste contexto conceituar território e suas territorialidades é fundamental para conhecer a área de desenvolvimento da pesquisa.

O conceito de território tem ganhado grande importância especialmente a partir da década de 1960, quando aparecem as primeiras abordagens mais específicas e cientificamente sistematizadas sobre o tema. Devido a sua grande amplitude, ganhou abordagens diversas, desde a Biologia, mostrando o território animal; passando pela Sociologia, abordando especialmente sua construção a partir de relações sociais; pela Antropologia, destacando sua dimensão simbólica a partir do estudo de comunidades tradicionais, pela Ciência política, destacando o território estatal; pela Economia, situando-o como base da produção; e pela Psicologia que adiciona os fatores abstratos da busca de identidade pelo indivíduo. (HAESBAERT, 2008).

O ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha socialmente para produzir o território que resulta, eventualmente, mais tarde, por intermédio da observação “em uma paisagem”. Esta não é uma construção material, mas a representação ideal da construção. Isso significa que o território não resultará, obrigatoriamente, em paisagem, sem a intermediação da imaginação condicionada

por um mediador peculiar. Existe uma observação utilitária que nem sempre se torna contemplativa. Porém, deixemos, por enquanto, o mundo da imagem e entremos no mundo material. (RAFFESTIN, 2009).

É importante salientar que espaço e território são considerados e conceituados de forma distinta nas bases geográficas. De forma singela, compreende-se por espaço as relações entre sociedade e natureza. Segundo Saquet (2008, p. 72), “O espaço assume um caráter relacional”, ou seja, é concebido através de relações sociais. Já território é compreendido por um conjunto de relações, fixos e fluxos interdependentes que constituem a configuração territorial e produzem território. É possível interpretar que num mesmo espaço existam vários territórios, pois este é elaborado pelas relações interdependentes, portanto:

O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. (SAQUET, 2008, p. 81).

Para compreensão da formação e transformações de um território é preciso considerar espaço e tempo. Para Raffestin (2008):

Naturalmente, a formação territorial foi modificada com o passar do tempo [...] Hoje, os territórios transformam-se de acordo com o ritmo das novas técnicas [...].(RAFFESTIN, 2008, p. 19)

No contexto de espaço e tempo, reconfigura a territorialidade, dependendo da sociedade em contexto, ou seja, daqueles que são, considerados agentes, vivem e modificam o meio. Portanto, Raffestin (2008, p. 22) considera “conjunto de relações do sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo.”

É importante considerarmos que nenhum território se modifica do nada ou apenas com os que fazem parte daquele momento. Todos os territórios refletem historicamente seu passado articulando-se com mesmo e os tomam como ponto de partida para suas transformações. O que se tem hoje foi criado com base no passado e nas condições que o espaço proporcionava.

Existe uma complexidade ao analisar território e territorialidade e sua formação. Assim, é preciso considerar, segundo Saquet (2008) que:

O caráter material e imaterial do território e da territorialidade requer, evidentemente, uma abordagem que reconheça a unidade entre essas dimensões ou entre as dimensões da economia-política-cultura-natureza (E-

P-C-N). (SAQUET, 2008, p. 84).

Além das dimensões citadas acima, Saquet (2008), pontua que:

A relação espaço-tempo, mais uma vez, é destacada como um processo que está na base da organização territorial. A territorialidade, dessa forma, significa as relações sociais simétricas ou dessimétricas que produzem historicamente cada território. (SAQUET, 2008, p. 83).

Novamente pode-se perceber a visão tridimensional citada anteriormente, baseadas nas ideias de Raffestin (2008) e também abordada por Saquet (2008), considerando que espaço e tempo assumem papel ao serem interpretadas como um caráter de sociedade.

A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais; significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades. (SAQUET, 2008, p. 84).

Nesse contexto, a Lei de Terras de 1850, proibia a aquisição de terras devolutas por outro meio que não fosse a compra, fazendo o Estado responsável pela concessão de terras, que nas palavras de Silva (1996, p. 257), “[...] agora não mais concessões de sesmarias, mas venda de lotes coloniais”, influenciou diretamente no movimento do Contestado. Segundo Amâncio (2009):

Em 1854, a regulamentação da lei permitiu aos que comprovassem cultura, efetiva e moradia habitual a possibilidade de requisitar o seu quinhão. Nesse sentido, os territórios não reclamados foram considerados terras devolutas e, conseqüentemente, transformados em monopólio do Estado. No Paraná, a maioria das terras das regiões Oeste e Sudoeste encontravam-se nessa situação. (AMÂNCIO, 2012, p. 144).

A constituição republicana de 1891 transferiu a propriedade legal e o controle político das terras devolutas para os estados. Essa mudança favoreceu a concessão de terras para as companhias privadas e para o capital particular, circunstâncias que marcou o início da disputa legal pela luta pela terra no Brasil. No processo de modernização econômica, desenvolvido nos primeiros anos da República, muitas terras devolutas foram utilizadas como forma de pagamento a empresas privadas, responsáveis pela construção de ferrovias. Foi exatamente isso que ocorreu no Sudoeste do Paraná. A titulação desenfreada do território, com suas conseqüentes disputas judiciais, fez com que as terras da região possuíssem vários ‘donos’: União, Estado, companhias particulares e posseiros. (AMÂNCIO, 2012).

Para Silva (1996) pesquisador do processo de formação da propriedade particular:

[...] a violência e opressão de superiores sobre inferiores não aprecia de modo cru e desnudo, como começaria a ocorrer na região depois da penetração de interesses econômicos modernos, e com o perecimento do patriarcalismo rural tradicional. (SILVA, 1996, p. 260).

Ainda afirma que:

[...] a lei de 1850 era uma lei administrativa, a atividade da administração pública não se limitava ao campo do direito público, porque o objetivo final desse ato administrativo – a colonização – implicava a alienação da terra, que passava a constituir propriedade particular do colono. (SILVA, 1996, p. 320).

Sendo assim, existe o conflito violento de luta pela terra, em que posseiros disputam para se manterem em territórios ocupados e o patriarcalismo tradicional, busca aquisição de novas terras. Na visão de Silva (1996):

[...] observando esse conjunto de circunstâncias, é de que a aprovação de uma lei favorável aos posseiros e a ausência de uma política estadual e federal para a ocupação das terras devolutas para o domínio privado provocaram o acirramento da luta no campo, na qual o que estava em jogo era a passagem das terras devolutas para o domínio privado. E que essa passagem deu-se, fundamentalmente, sob a tutela social e política dos coronéis, encastelados nos órgãos municipais e até mesmo estaduais. (Silva, 1996, p. 263).

Portanto, o órgão federal designou aos estados todas as organizações quanto ao processo de compra das terras, o que favoreceu os interesses privados, ocasionando diversos conflitos na região, por falta de existência de uma lei que assegurassem direitos iguais a todos.

A região Sudoeste mesmo foi palco de outro conflito em meados de 1950, em consequência a própria Lei de Terras de 1850 e a Guerra do Contestado. A ação e entrega de terras às iniciativas privadas expôs os posseiros às companhias que adquiriram terras.

Dessa forma, em resposta a toda ação expropriadora das companhias de terras, somada as frustradas buscas legais para a resolução do problema, os

posseiros e colonos decidiram lutar à sua maneira. No lugar de ações pacíficas sem retorno prático foi instalado um processo de violência de ambos os lados. O primeiro confronto entre jagunços e posseiros aconteceu em 2 de agosto de 1957, no distrito de Verê, quando um grupo de colonos armados marchou em direção ao escritório da Companhia Comercial. Na ocasião vinha a frente um colono envolvido como uma bandeira do Brasil, que foi morto ali mesmo por Jagunços. (PRIORI [et al.], 2012).

Inúmeros indícios de violência fizeram parte da Revolta dos Posseiros, como estupros, covardias e violências físicas. Atingiram diversas categorias da sociedade, a presença de companhias imobiliárias na região não perturbava apenas os colonos e posseiros, mas também os moradores das cidades, que se viam prejudicados pela paralisação das lavouras. Dessa forma, não apenas os posseiros e os colonos discutiam a situação, mas também comerciantes e profissionais liberais passaram a posicionar-se contra as companhias. (PRIORI [et al.], 2012, p.152).

Porém, para que os frutos da revolta pudessem ser realmente colhidos, o processo de uma concreta definição jurídica para as terras do Sudoeste precisou ser tramitado no campo político (AMÂNCIO, 2009).

O estado paranaense cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (GETSOP),

Assim, por meio da atuação de GETSOP, órgão responsável pela demarcação e divisão dos lotes de terras do Sudoeste paranaense, entre os posseiros da região, a Revolta de 1957, alcançou seu triunfo: o fim da indefinição jurídica por tantos anos, vividas pelos colonos e posseiros sudoestianos. (PRIORI [et al.], 2012, p.156)

A interferência da GETSOP, fez com que a Região sudoeste tivesse uma característica específica de pequenas propriedades no estado, um dos motivos que colocou a Revolta dos Posseiros como um movimento vantajoso, uma luta por territórios em defesa de suas territorialidades.

Um outro geógrafo que se deteve longamente sobre a questão das disputas foi Santos (1993, p. 19), para quem "o homem, esse fazedor de paisagens, somente existe porque ele é membro de um grupo que em si mesmo é um tecido de técnicas". Os fatos humanos do espaço teriam de ser examinados em função de um conjunto de técnicas. Ele divide as técnicas em dois grandes grupos: técnicas da produção e técnicas de enquadramento. (SANTOS, 1991, p.19 apud Gourou ,1973).

### **3.2.1 Territorialidade e identidade local: fatores que motivam a fragmentação territorial**

A formação de um novo município está ligada a inúmeros fatores, principalmente, a necessidade de fragmentação territorial relacionada a administração local. O município que se formou, além do todo, tem um aparato cultural repleto de características específicas que resultam na identidade local.

Cada emancipação ocorrida no Sudoeste está ligada a identidade local, atribuída pela territorialidade gerada pela população e os diversos fatores, sejam eles, históricos - culturais, econômicos, geográficos e jurídicos, que a envolvem.

No Brasil, as emancipações iniciaram, de forma representativa, na década de 1930, e obteve um disparo no aumento dos novos municípios nas décadas de 1950 e 1960. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) do censo de 2010, a quantidade de municípios no Brasil passou de 1.574 na década de 1940 para 2.766 na década de 1960, resultando no aumento de 46,43 %.

É importante salientar, que as emancipações ocorreram intensamente até o início de 1970, sendo, após a instalação do Regime Militar freada bruscamente a quantidade de novos municípios.

Posterior ao fim do Regime Militar, com a ascensão do governo presidencialista, volta a ser criados novos municípios no Brasil, com maior intensidade, entre 1991 a 2000, que segundo dados do IBGE (2010) foram criados 1.586 novas sedes, registrando 39,90% de aumento, o que totalizou 5.560 municípios.

Segundo Magalhães (2008):

Com a Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ser considerados entes federativos e a desempenhar um papel mais relevante na administração pública brasileira. As comunas passaram a integrar expressamente a Federação, juntamente com os estados e o Distrito Federal. Em decorrência, os municípios receberam extenso e detalhado tratamento constitucional, com competências privativas ou em colaboração com o estado e a União. (MAGALHÃES, 2008, p. 13)

Considerando a fala de Magalhães (2008), é relevante considerar para a criação dos novos municípios, após 1991, que a Constituição de 1988, designou aos municípios as próprias competências, além de fazer parte da distribuição das arrecadações da União.

Bremaeker (1993), aplicou em 1992 um questionário para alguns prefeitos,

realizou com alguns novos prefeitos recém-instalados um questionário, tendo como objetivo compreender os motivos que levaram a criação das novas sedes. O resultado dessa pesquisa pode ser observado no Quadro 1.

**Quadro 1** - Motivos que levaram a criação dos novos municípios. Brasil 1992.

Motivos da Criação	Brasil	Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Descaso da administração do município de origem	39	2	5	5	21	6
Existência de forte atividade econômica local	17	2	2	2	2	9
Grande extensão territorial do município de origem	15	2	2	1	7	3
Grande aumento da população local	1	1	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>7</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>30</b>	<b>18</b>

Fonte: IBAM. Banco de Dados Municipais, 1992.

Na pesquisa realizada por Bremaeker (1993), ressaltaram três motivos principais apresentados pelos prefeitos das novas localidades, sendo eles: a falta de interesses por parte da administração na qual pertenciam (64,16%), uma forte economia local (23,61%) e a grande extensão territorial do município de origem (20,83%).

Para Bremaeker (1993) “Não resta dúvidas de que quanto maior a extensão territorial de um município, maior é a dificuldade de atender aos anseios de toda a sua população [...]”. Entretanto, as receitas de participação que o município tem direito relacionados a União, está relacionado ao número de habitantes local e não a extensão territorial, porém, ele é responsável pela disponibilização de serviços públicos básicos, podendo fazer seus recursos serem inviáveis dependendo de sua extensão.

A região de estudo do presente trabalho, também passou por diversas fragmentações territoriais ocasionadas por diferentes motivos, envolvendo questões

físicas, culturais e econômicas.

### 3.3 MUNICÍPIOS, PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES

Para tratar de municípios e cidades é necessário debruçar-se ao entendimento de ambas as definições, as quais, são distintas. O município pode ser compreendido como correspondente apenas a uma estrutura administrativa de determinada localidade, vinda de onde está situado, já a cidade corresponde ao condizente de área urbana, neste contexto, resgata-se diferentes autores para auxílio de compreensão dos fatos.

Para Corrêa (1997),

A existência de uma rede urbana, está subordinada à ocorrência de três condições: mínima divisão territorial do trabalho; existência de pontos fixos no espaço onde as transações ocorrem; e uma interação e hierarquização destes pontos. (CORRÊA, 1997, p 94)

Segundo Costa (2013), o mundo capitalista vê a terra como uma propriedade privada para compra e venda, buscando sempre que todos os aspectos como, a força de trabalho, as condições ou os meios de trabalho, adquiram valores de mercadorias. Portanto, para Costa (2013, p.78), “o território deixou definitivamente de ser um bem comum da sociedade e se tornou uma mercadoria dotada de valor de troca”.

A rede urbana constitui um conjunto de centros urbanos articulados, sendo um produto social, historicamente constituído que interliga a sociedade que vive em certas porções do espaço. Através da rede urbana as ações capitalistas se tornam mais fluídas, pois as articulações entre os centros urbanos permitem uma maior circulação de mercadorias, dentro da lógica de expansão e ampliação de capitais. (COSTA, 2013)

O município pode ser considerado como a institucionalização formal da escala local no Brasil. Em outros países podem existir outras instituições, mas sempre haverá alguma similar ou equivalente, como por exemplo, o caso das comunas na França. Quanto à cidade é preciso que existam algumas características que nem sempre estão em todas as sedes municipais ou pequenas aglomerações. Podemos assinalar que, concretamente, existem mais municípios do que cidades, já que muitas sedes não poderão ser consideradas como tal. (ENDLICH, 2017)

Para Costa (2013),

No capitalismo os espaços são continuamente produzidos e reproduzidos através do trabalho social, porém não apresentam a mesma capacidade de valorização. O que verificamos é um direcionamento dos maiores investimentos para os espaços que o capitalista julga de maior potencialidade. Dessa maneira o capital se movimenta na procura de espaços que melhor atendem as suas necessidades. (COSTA, 2013, p. 78).

O objetivo de valorização, faz com que os investimentos sejam dirigidos para os espaços que apresentam as melhores condições, segundo os interesses capitalistas, e conforme as necessidades e recursos disponíveis. Os obstáculos naturais não são grandes empecilhos para o capital, visto que os avanços no meio de comunicação e transportes permitem a apropriação de praticamente qualquer território para a produção. (COSTA, 2013)

Portanto, o território com viabilidade vai atrair maiores investimentos, tendendo a se desenvolver e a atrair mais população, podendo diferenciar as localidades em municípios, pequenas, médias e grandes cidades, ou seja em diferentes escalas de aglomeração.

Diante desses aspectos, alguns critérios de classificação foram adotados para identificar e diferenciar municípios e pequenas cidades. Contudo, antes de delimitar é preciso uma compreensão:

[...] ao observarmos na história da instituição do município que com a formação dos Estados nacionais ele foi generalizado por todo o território e estendido como forma de administração, obviamente não havia concretamente uma cidade em todas as áreas. Assim, existe uma localidade que é sua sede, mas não exatamente uma cidade. (ENDLICH, 2017. p. 38).

É preciso considerar que existem essas três possibilidades quanto a essa atividade comparativa que é classificar e enquadrar uma localidade quanto ao seu tamanho: demográfico, territorial e funcional. (ENDLICH, 2017)

É importante salientar, que para Endlich, no desenvolvimento dos seus estudos, foi adotado o termo localidade para tratar de forma geral os municípios, pequenas e médias cidades.

Tendo em vista os aspectos de classificação, para identificar uma cidade, utiliza-se dois pontos: os habitantes da área urbana e o número de estabelecimentos terciários compreendidos entre os comerciais e os de prestação de serviços.

A inquietude sobre o porquê classificar, Costa (2013) explica que:

A expansão territorial e a valorização capitalista produzem espaços com características próprias, porém inseridos em um processo mais amplo que é caracterizado pela dialética entre o local e o global entre a singularidade e universalidade. (COSTA, 2013, p. 78.)

Nesse sentido, ocorre um desenvolvimento desigual nas localidades e, portanto, cada uma vem a se enquadrar a uma classificação diferente. Este fator enquadra-se nas desigualdades geográficas ocasionadas pelo modo capitalista de produção.

Sob a lógica capitalista de produção, a natureza não aparece mais como principal responsável pela divisão territorial do trabalho. Assim a divisão pré-capitalista subsiste apenas como herança e relíquia de organizações pretéritas. Os avanços nos meios de comunicação e transporte, necessidade intrínseca para a própria ampliação do capital, permitem maior fluidez espacial e temporal. (COSTA, 2013)

Nesse sentido, é possível compreender que não será o natural que irá atrair o capital, mas sim, segundo Costa (2013, p 85) “lugares que melhor atendem e se enquadram na lógica do capital em um determinado momento”. Portanto o que movimenta o capital são os interesses de um local, o desenvolvimento de políticas públicas que atendem a necessidade deste meio e o capital privado que objetiva a instalação, por este fato, os lugares se desenvolvem de maneiras diferentes, não havendo igualdade, e assim proporcionam a realização de uma classificação.

É de relevância salientar as palavras de Costa (2013):

No espaço urbano com a expansão do capital industrial se verificou a concentração da atividade produtiva. Os limites geográficos de escala urbanas são impostos pelo mercado de trabalho local e pelos limites de deslocamento diário para o trabalho. O custo do deslocamento em direção ao trabalho é um componente do valor da força de trabalho e assume importância, pois os limites geográficos aos mercados de trabalho diários expressam os limites para a integração espacial na escala urbana. O espaço urbano está dividido entre espaços de produção e espaços de reprodução, que conduzem à concentração local de atividades de uso do solo específicas. Assim, o uso residencial, industrial, de lazer e outros usos do solo resultam na cooperação de uma função diferente do capital. (COSTA, 2013, p 86.)

Como a classificação aqui apresentada considera o espaço urbano como fonte para delimitar municípios e cidades, será, portanto, através da compreensão do espaço urbano e o que nele está incluso como base para tal estudo.

### 3.3.1 Movimentação populacional

O ir e vir populacional faz parte do dia-a-dia das localidades, mudar-se de um local para outro sempre esteve associado à disponibilidade e oferta de empregos. Nesse caso, os municípios que detêm de melhores oportunidades atraem mais população.

O resultado do processo é a produção de espaços dinâmicos e com intensa capacidade de atrair mais investimentos ocorrendo a valorização dos mesmos, há espaços pouco valorizados, os investimentos são restritos, mesmo estando parcialmente integrados e articulados na dinâmica de produção, circulação e comercialização. (COSTA, 2013)

Nas palavras de Costa (2013) tudo está ligado ao sistema capitalista de produção,

O que interessa é a acumulação de capital e não o espaço, mesmo que o espaço seja uma necessidade e uma condição de valorização, a mobilidade do capital ou transferência geográfica de valor tornou-se possível seu deslocamento em busca da ampliação dos lucros. (COSTA, 2013, p. 79)

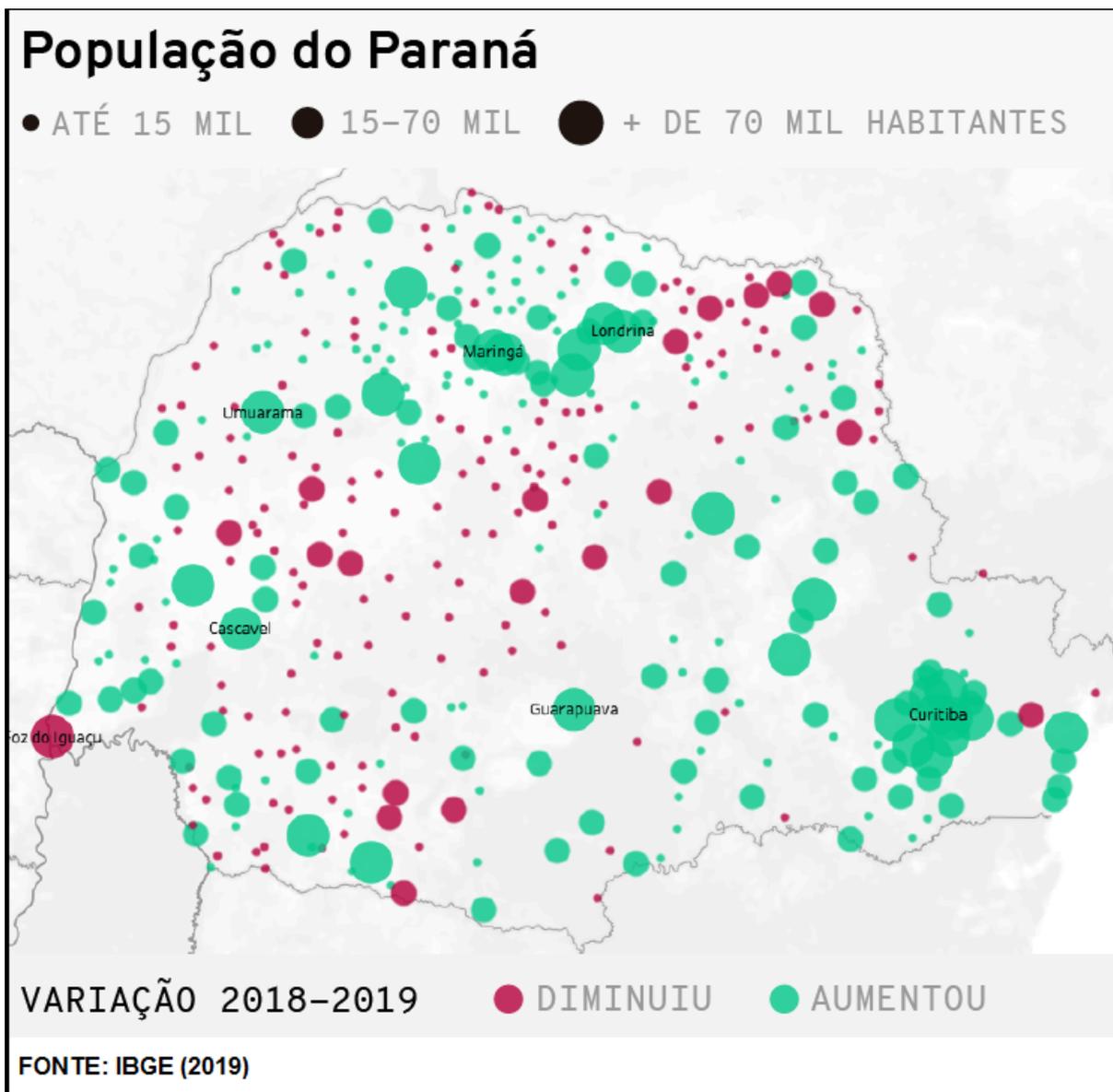
Ele ainda afirma que:

As configurações espaciais são produzidas pela movimentação de diferentes tipos de capital e força de trabalho. Essa mobilidade resulta na produção de desigualdade, instabilidade e tensão. Enquanto que alguns setores como os proprietários de terras, construtores e o estado local apresentam maior dificuldade de mobilidade e buscam alianças locais, outros setores possuem maior fluidez e migram na procura de lucros mais elevados. (COSTA, 2013, p. 80)

Portanto, as pequenas localidades têm grandes dificuldades em melhorar a qualidade de vida e manter a população que ali reside, pois praticamente não há atrativos para ganhos populacionais.

A Figura 10 proporciona a visão geral da movimentação populacional do estado do Paraná de 2018 a 2019, mostrando que há diferenças entre perdas e ganhos populacionais e que a pequena localidade tende a perder população.

Figura 10 - Imagem de comparação populacional do Paraná 2018-2019.



Costa (2013) afirma que:

O esvaziamento populacional está entre os problemas mais sérios enfrentados por um significativo número de municípios no Paraná, não sendo diferente, guardadas as devidas peculiaridades e proporcionalidades, da dinâmica enfrentada no país. É o efeito da orientação econômica e política adotada pelo Estado, concomitantemente com a ação do capital, que incentivou a modernização de técnicas de produção agrícolas ocorridas a partir das décadas de 1960 e 1970 e potencializou a industrialização em restritas cidades escolhidas para a produção do capital. (COSTA, 2013, p. 99)

Sendo assim, as cidades que não foram escolhidas para o desenvolvimento do capital, enfrentam um conjunto de problemas que proporciona o esvaziamento populacional, sendo eles: a subordinação territorial, dependência econômica e

indicadores sociais críticos.

A própria dinâmica de fluxos da urbanização brasileira buscando proximidade às fontes de trabalho proporciona entender que a população irá migrar buscando as melhores condições.

### 3.4 INDICADORES: O ESTUDO QUANTITATIVO

Realizar os estudos através dos indicadores é quantificar a pesquisa, pois eles são elaborados por números colhidos de forma periódica. Existem indicadores físicos, econômicos e sociais. No caso em questão, serão utilizados os econômicos e sociais.

Segundo Costa (2013),

No que se refere aos indicadores sociais, os mesmos são relevantes para a caracterização, e análise socioeconômica dos municípios, visto que oferecem suporte estatístico e permitem compreender a situação em que a população vive. (COSTA, 2013, p. 109).

Ainda afirma que:

Mesmo que se pese toda a crítica com relação aos dados quantitativos, as comparações a as classificações hierárquicas; mesmo ainda são importantes, pelo menos em um primeiro momento, para a análise e o entendimento da situação socioeconômica. (COSTA, 2013, p. 109)

Portanto, os números, por mais que sejam criticados, é uma maneira precisa para a realização de comparações e classificações em estudos. Para Costa (2013, p. 109), “a conjugação de uma interpretação quantitativa articulada com uma interpretação qualitativa é uma perspectiva para uma investigação científica crítica e precisa”.

Para o desenvolvimento do presente trabalho, foram desenvolvidas pesquisas tendo como base alguns indicadores selecionados que foram desenvolvidos pelo IBGE e ONU, que serão brevemente salientados.

O Grau de Urbanização, calculado em porcentagem (%), variando de 00 a 100%, diz respeito a área da localidade que se desenvolve o espaço urbano. Considerando que será no espaço urbano a concentração do capital pelo desenvolvimento do trabalho, quanto maior o Grau de Urbanização, mais desenvolvida a localidade.

Mortalidade Geral, calcula a quantidade de mortos a cada 1 mil pessoas, e expressa a qualidade da saúde de um determinado local.

O PIB per Capita é o cálculo de todo Produto Interno Bruto de uma localidade pelos moradores da mesma. Sendo assim, é fornecido o valor médio por habitantes do local.

Taxa de Analfabetismo, por sua vez, apresenta em porcentagem, a quantidade de população que não foram alfabetizadas, ou seja, não tiveram acesso à educação. Nesse indicador é importante salientar que, as pessoas, mesmo de forma simples e básica, saibam escrever o próprio nome, são consideradas alfabetizadas.

Taxa de Trabalho, mais uma vez são realizados cálculos em porcentagem; nesse caso quanto maior a porcentagem, mais próximo ao 100%, mais oportunidades de emprego a localidade oferece e, portanto, oferece meios para que os habitantes se mantenham no local.

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é realizado pela ONU (Organização das Nações Unidas) e utiliza indicadores econômicos e sociais. Para o cálculo são utilizados:

1º) a renda através do PIB per Capita, que é o valor do PIB dividido pela população medindo o padrão de vida;

2º) a educação, calculando a quantidade média de anos de permanência escolar, na concepção de que quanto maior o tempo escolar, mais desenvolvido é o país;

3º) a saúde, medindo a expectativa de vida de sua população. Essa idade média proporciona entender que aquele local oferece acesso a remédios, tratamentos, dentre outros, melhorando a longevidade da vida de seus habitantes.

O índice varia de 0 a 1, sendo 1 para o mais alto. O grau de IDH é caracterizado, conforme o Quadro 2.

**Quadro 2** - Classificação de Grau do Índice de Desenvolvimento Humano.

<b>IDH</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
<0,500	Baixo
0,500 a 0,799	Médio
0,800 a 1	Alto

Fonte: ONU (2019).

O IDH visa classificar os países em subdesenvolvidos, em desenvolvimento e desenvolvidos. Também podem ser analisados os municípios devido ao fornecimento de dados periódicos e locais.

O IPDM - Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal é calculado através da seleção de três indicadores importantes para a esfera governamental que se enquadram em valores econômicos e sociais, sendo eles:

1º) renda, emprego e produção agropecuária;

2º) educação;

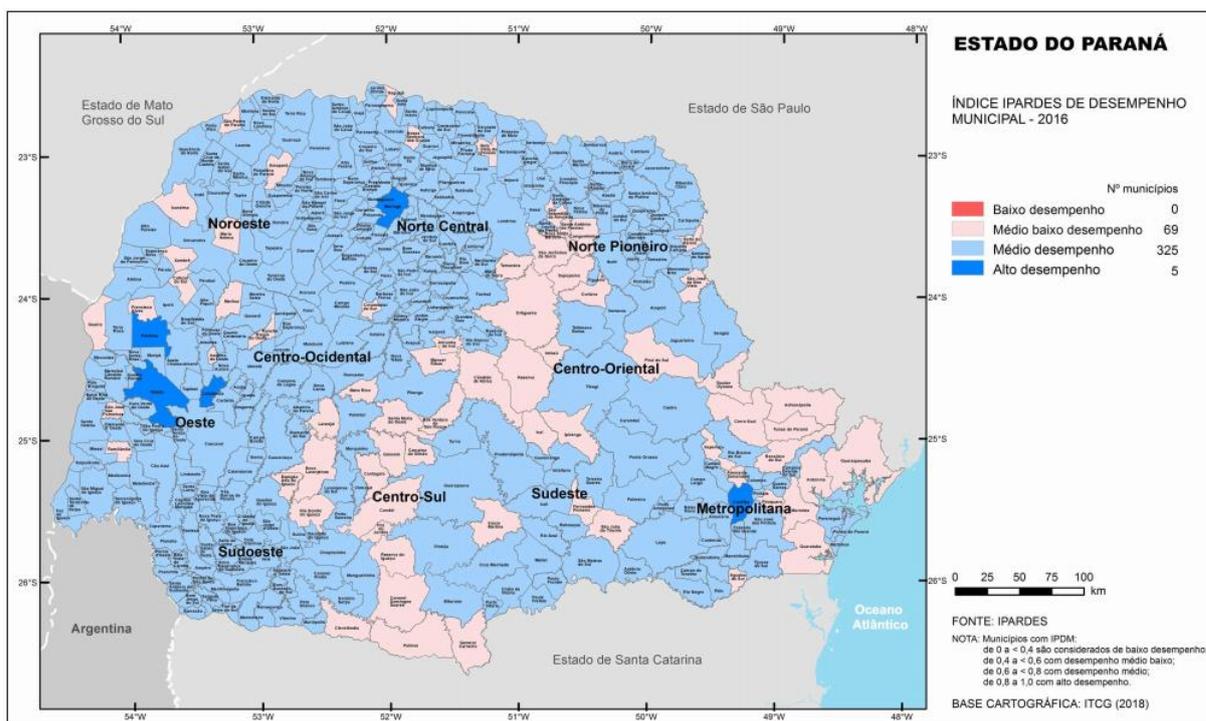
3º) saúde.

A pontuação do IPDM vai de 0 a 1 ponto, tendendo a proximidade de 1 aquele com melhor resultado; cada indicador tem 3,33% no valor final. Segundo Iparde (2018):

A escolha dos indicadores foi feita considerando aspectos importantes ao desenvolvimento local. Portanto, procurou-se, na medida do possível, privilegiar variáveis que são mais sensíveis às ações dos agentes públicos. Entretanto, é importante destacar que os resultados não dependem exclusivamente destas, mas sim de ações conjuntas das três esferas de governo e da iniciativa privada. (IPARDES, 2018, p 3)

Outro motivo para a escolha desses indicadores é que eles são valores periódicos anuais e fornecidos separadamente por municípios. De acordo com o último IPDM, ocorrido no ano de 2016, o estado do Paraná foi classificado conforme observado na Figura 11.

**Figura 11 – Mapa do Índice Iparades de desenvolvimento Municipal - 2016.**



Fonte: IBGE (2019).

Na Figura 11, é possível observar a classificação do índice Iparades de Desenvolvimento Municipal, tais critérios podem ser compreendidos no Quadro 3.

**Quadro 3 - Classificação Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal.**

IPDM	CLASSIFICAÇÃO
<0,400	Baixo
0,400 > 0,600	Médio Baixo
0,600 > 0,800	Médio
0,800 > 1,0	Alto

Fonte: Iparades (2019).

Ao utilizar indicadores para a realização de estudos, a transcrição de valores para a pesquisa é viabilizada, permitindo a associação com informações qualitativas, subsidiando e enriquecendo os conteúdos da área estudada.

### 3.5 CARTOGRAFIA: A FERRAMENTA DA GEOGRAFIA

A Cartografia é um instrumento utilizado na representação de fenômenos geográficos. Nas palavras de Sant' Ana (2011),

A representação gráfica é uma das maneiras de como o homem pode se comunicar e representar os fenômenos que ocorrem no espaço, visto que os mapas apresentam uma estrutura que reúne a linguagem das palavras e a linguagem da lógica e da matemática, ela se constitui, portanto num sistema linguístico. (SANT'ANA, 2011, p. 30).

É importante salientar que a realização do processo cartográfico é a construção de um produto bidimensional advindo de uma superfície tridimensional, resultando de uma análise e composição de mapas. Nas palavras de Koeman (1995) “[...] mapas são veículos no processo da comunicação mediante símbolos cartográficos”.

A cartografia pode oferecer ferramentas para análise e tomadas de decisões, pois, segundo Sant' Ana (2011), ela possibilita um estudo integrado nos processos que atuam na modificação espacial, considerando as relações sociedade e natureza no processo de apropriação do meio.

O papel da cartografia, mais especificamente do mapa na representação e distribuição dos fenômenos físicos e sociais na superfície terrestre, é um tema que há muito tempo acompanha o fazer geográfico, seja nas discussões sobre a confecção ou a aplicabilidade dos mesmos nas diversas áreas da pesquisa geográfica. (SANT'ANA, 2011).

Portanto a cartografia é fundamental para a Geografia, uma vez que o papel da Cartografia é o estudo da Geografia, portanto, a representação terrestre.

O processo cartográfico, partindo da coleta de dados, envolve estudo, análise, composição e representação de observações, de fatos, fenômenos e dados pertinentes a diversos campos científicos associados à superfície terrestre (ITCG, 2010).

Assim a cartografia, como representação do espaço geográfico, cumpre a função de retratar o território sobre o qual são implementados tanto os processos naturais como intervenções buscando o desenvolvimento das diversas regiões do Estado. (ITCG, 2010).

Os mapas temáticos podem evidenciar mais do que apenas a posição do lugar, ou seja, vão além de capacitar somente para responder a questão “onde?”. Eles podem caracterizar o lugar (MARTINELLI, 2003).

Nesse sentido os mapas auxiliam na análise e compreensão de dados sobre

uma área e tema de estudo. Uma análise de caráter complexo que envolvem aspectos físicos e humanos. Nas palavras de Koeman (1995) “[...] mapas são veículos no processo de comunicação mediante símbolos cartográficos”.

Assim, de acordo com a Semiologia Gráfica desenvolvida por Bertin (1980, 1986), a Cartografia é considerada uma linguagem universal, não convencional, e portanto, monossêmica. Dessa forma, Queiroz (2007) destaca:

Bertin (1973, 1978, 1980, 1986, 1988a, 1988b) criou uma linguagem gráfica determinada por um sistema de signos gráficos com significado (conceito) e significante (imagem gráfica). Porém, para ele, o signo gráfico não pode ser arbitrário (convencional) nem linear; assim, a representação gráfica não deve ser tratada como polissêmica, pois, de acordo com as bases da Semiologia Gráfica, a Cartografia é considerada uma linguagem universal, não convencional, e portanto, monossêmica. Dessa forma Bertin (1973, 1978, 1980, 1986, 1988a, 1988b) discorda do modelo clássico de transmissão de informação (transmissor - código - receptor) para a Cartografia. (QUEIROZ, 2007, p. 98)

Entende-se, então, que a monossemeia é desprovida de código, mas necessita de regras lógicas para transcrever as relações entre os elementos dos dados e sua representação gráfica.

O autor destaca ainda três relações – a de similaridade, a de ordem e de proporcionalidade, determinando o significado da representação gráfica que são evidenciadas por 6 (seis) variáveis visuais – tamanho, valor, textura (granulação), cor, orientação e forma.

Segundo Queiroz (2000),

Através dessas variáveis visuais, Bertin foi o pioneiro a sistematizar as relações entre os dados e sua representação gráfica, de modo a apresentar um ponto de partida na caracterização de uma linguagem cartográfica. (QUEIROZ, 2000, p. 122).

Nas palavras de Koeman (1995) “A função do mapa é no mais amplo sentido a comunicação”, sendo assim, aquele que o elabora tem por objetivo transcrever as informações dos fenômenos de acordo com a distribuição espacial, acima de tudo uma informação adequada. Portanto, para a construção de mapas será utilizada a Semiologia Gráfica, levando em consideração a cartografia como monossêmica, ou seja, apenas com único sentido, sendo de linguagem universal e não convencional, de modo que os mapas possam nos proporcionar melhor leitura e análise dos dados ali contidos. Dessa forma, possibilitará melhor eficácia na obtenção das informações

sobre a distribuição espacial dos fenômenos estudados da região Sudoeste do estado do Paraná.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 MOVIMENTOS HISTÓRICOS RESPONSÁVEIS POR MUDANÇAS NA ESTRUTURA TERRITORIAL E DESMEMBRAMENTOS DA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO PARANÁ

Nessa etapa serão abordados os conceitos e métodos norteadores à elaboração do presente trabalho.

Os conceitos geográficos discutidos e que norteiam a pesquisa voltam-se ao território e à configuração territorial. Para compreender melhor geograficamente esses conceitos levou-se em consideração autores como Marcelo Lopes de Souza, Marco Aurélio Saquet, e outros que consideram a mesma linha de pensamento/raciocínio, crucial para o desenvolvimento desse trabalho.

A princípio realizou-se um levantamento bibliográfico que nos serviu de base para compreensão histórica do Paraná com enfoque na região Sudoeste, com a elaboração de uma cronologia que passou a auxiliar e nos situar no tempo histórico. Dentro desse tempo, serão consideradas as ocorrências da Guerra do Contestado e a Revolta dos Posseiros tomando como referencial as palavras de grandes autores como Nilson Fraga, Angêlo Priori e livros que abarcam autores renomados sobre o mesmo assunto.

Será salientado assuntos como a marcha para o oeste e os motivos sobre a concentração populacional naquela região. Além disso, um breve comentário sobre a Lei de Terras de 1850 e seus impactos sobre a população.

Realizou-se uma investigação sobre a atual divisão física do Sudoeste, considerando a trajetória de desmembramentos, e, ou também chamadas emancipações políticas municipais e suas relações com a antiga Guerra do Contestado. Dessa maneira, foi essencial a elaboração de uma planilha de informações contendo: nome do município, data de emancipação e município do qual foi emancipado.

Utilizando a planilha, o software *Qgis (QuantunGis)* na versão 2.18.20, e a base cartográfica selecionada da região Sudoeste do Paraná, foram selecionados os municípios individualizados de acordo com as décadas de emancipação, da mais antiga para a mais recente, e municípios subsequentes que emanciparam deles em períodos posteriores, ou, ainda, oriundos de suas ramificações. Convém ressaltar

que os municípios estudados poderiam ou não chegar até a última data após a fundação, ou também não terem sofrido nenhum desmembramento, dependendo exclusivamente de cada município.

Foi realizada uma cronologia das emancipações, no qual os três primeiros municípios receberam as cores verde, vermelho e azul. Assim puderam ser vistos os municípios desmembrados de cada uma delas, tornando-se brancas aquelas localidades que não sofreram nenhuma outra emancipação.

No software, após a seleção, foram salvos como nova camada e utilizando a ferramenta (Vetor, geoprocessamento, dissolve) gerava-se a camada única do município, podendo ser coloridas ou não.

Para a formação do mapa final, após esse procedimento, alterou-se na camada a espessura da linha de divisão do município e o valor na cor da linha, aplicando as variáveis visuais tamanho e cor. Utilizando sempre para espessura a variação de 0,2 mm e para o valor sempre aumento de 25 pontos para mais ou para menos no software. As variáveis visuais caminhavam juntas na elaboração do mapa.

#### 4.2 SINTETIZAÇÃO CARTOGRÁFICA DO SUDOESTE EM MUNICÍPIOS, PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES

Levando em consideração o objetivo de sintetizar cartograficamente a distribuição territorial do Sudoeste do Paraná entre apenas municípios, pequenas e médias cidades, realizou-se primeiramente um levantamento bibliográfico quantitativo.

Para isso, fez-se necessário um arrolamento da bibliografia existente em institutos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes). Utilizou-se dos cadernos municipais, sempre fazendo uso dos materiais mais recentes, que no caso foram os dados do período de 2010 e 2019.

Em seguida, construiu-se outra planilha contendo a população urbana e os dados encontrados acerca dos estabelecimentos terciários, possibilitando a identificação e classificação das localidades entre municípios, pequenas e médias cidades. Também foram levantados aspectos como população total, índice de ganhos ou perdas populacionais e a microrregião a que pertencem. Utilizou-se de estudos de outros autores como Endlich como forma de comparabilidade. Na trilha

conceitual e de definição das pequenas cidades, na qual Endlich (2017) observa que:

Adequando os critérios para a região estudada poderiam ser reunidos os critérios demográficos (mínimo de 5 mil habitantes) e o número de estabelecimentos terciários existentes em cada município (igual ou maior que cinquenta estabelecimentos) para se considerar a existência de uma cidade no seu limiar mínimo. O limiar máximo seria de 50 mil habitantes e até oitocentos estabelecimentos terciários. (ENDLICH, 2017, p.43)

De acordo com levantamentos bibliográficos referentes aos parâmetros estabelecidos para classificar as localidades, apresentamos o Quadro 4:

**Quadro 4 - Classificação de municípios, pequenas e médias cidades.**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>HABITANTES</b>	<b>ESTABELECEMENTOS TERCIÁRIOS</b>
APENAS MUNICÍPIO	< 5.000	< 50
PEQUENA CIDADE	= ou < 5.000 e < 49.999	= ou > 50 e < 500
MÉDIA CIDADE	= ou > 50.000	= ou > 500

Fonte: ENDLICH (2017).

Para a construção do mapa de classificação, os considerados apenas municípios foram coloridos de amarelo, as pequenas cidades de laranja e as médias cidades com a cor vermelha.

Na sequência, fez-se necessário a realização da análise dos dados populacionais e dos índices também contidos na tabela elaborada, identificando as localidades que perdem e ganham população, dando ênfase, posteriormente, para os que mais ganham e os que mais perdem de cada classificação. Por fim, a realização de uma pesquisa documental e também em prefeituras das localidades selecionadas se fez importante, de modo a buscar explicações para tais resultados, sejam eles positivos ou negativos.

Realizou-se a construção de mapa comparativo populacional da região com o Paraná. As localidades com quantidade de população maior que 26.177 habitantes foi colorido de verde escuro e as com população inferior a esse valor receberam coloração verde clara.

Outro aspecto também considerado e analisado de acordo com a classificação foi a data de emancipação ou fundação das localidades, podendo ser

interpretado como uma das explicações para o resultado da classificação.

Foram verificados também os motivos pelo qual a população se desloca de uma localidade para outra. Tomando como base pesquisas no IBGE, construiu-se um quadro fornecendo a concentração das populações em cada região do Paraná e mostrando de uma década para outra onde a população aumentou ou diminuiu.

Por fim, no que diz respeito a esse assunto foram selecionadas as cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco para estudos detalhados quanto à população no decorrer das décadas, pois ao observar a Figura 10, que apresenta os municípios que aumentaram ou diminuíram população, ambas as cidades aumentaram com níveis consideráveis e igualáveis a grandes cidades paranaenses.

#### 4.3 DESENVOLVIMENTO DE MAPAS TEMÁTICOS

Realizou-se a coleta de dados quantitativos sobre a região no que diz respeito à aspectos socioeconômicos através de indicadores, não descartando a possibilidade de trabalho de campo local em pontos estratégicos para a coleta de outros dados necessários.

No que diz respeito sobre a coleta de dados envolvendo a economia, utilizou-se como base para o desenvolvimento da pesquisa os dados apresentados pelo SEBRAE – Desenvolvimento de Pequenos Negócios e o IPARDES, SESA-PR - Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e IBGE. Construiu-se uma planilha contendo o nome do Município, Grau de Urbanização, IPDM, Taxa de Trabalho, IDH, PIB per Capita, Mortalidade Geral e Taxa de Analfabetismo.

Após a construção da planilha, elaborou-se mapas sobre os indicadores escolhidos. Primeiro específicos da região estabelecendo quatro classes para as localidades em cada um dos indicadores, posteriormente, mapas no qual o parâmetro de comparação determinado foi a média do estado do Paraná em cada um deles seguindo o valor médio do Quadro 5.

**Quadro 5 - Média paranaense dos indicadores.**

<b>Indicador</b>	<b>Ano</b>	<b>Média Paranaense</b>	<b>Medida</b>
Grau de Urbanização	2010	85,33	%
Índice de Desenvolvimento Humano	2010	0,749	0,0 a 1,0
Índice IparDES de Desenvolvimento Humano	2016	0,7194	0,0 a 1,0
Mortalidade Geral	2018	6,60	Por 1.000
PIB per Capita	2017	37.221	R\$ 1,00
Taxa de Analfabetismo	2010	6,28	%
Taxa de Trabalho	2010	94,99	%

Fonte: IPARDES (2019).

As localidades que contém valores iguais ou maiores que a média foram deixados na cor azul, já aquelas que apresentam valores menores foram coloridas de rosa.

Por fim, para coletas e levantamento de dados sobre cultura, foram entrevistados os secretários de cultura ou responsáveis das localidades do Sudoeste através de contato por e-mail ou telefone. Para haver uma padronização de coleta e respostas, de forma a tornar os dados possíveis de manuseá-los, elaborou-se o seguinte questionário. **(ANEXO 1)**.

A análise e observação dos dados coletados teve como propósito servir de base e auxílio a etapa seguinte da pesquisa –o desenvolvimento cartográfico. Para a elaboração dos mapas temáticos está sendo utilizado o Software *Qgis (QuantunGis)* na versão 2.18.20.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 INFLUÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA MODIFICAÇÃO DA ESTRUTURA TERRITORIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ: GUERRA DO CONTESTADO

Nas palavras de Lacoste (1976) “A Geografia, isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra”. Entre grandes influenciadores do pensamento científico, é um dos anseios principais do presente trabalho.

Nas concepções geográficas destacadas por Souza (2000) “a guerra é uma maneira de fazer política”, considerando que provavelmente tenha havido uma perda de poder de determinado território. Salientando que na visão do autor,

O território surge na tradicional Geografia Política, como um espaço concreto entre si (seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social. (SOUZA, 2000, p. 83)

Os grupos fazem guerra com o objetivo de conquistarem para si territórios, seja por desejo de obtê-los considerando estarem atribuídos os recursos que neles consistem, seja por defesa do que já ocupam. Na concepção de SOUZA (2000):

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode ser mais compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (SOUZA, 2000, p.84)

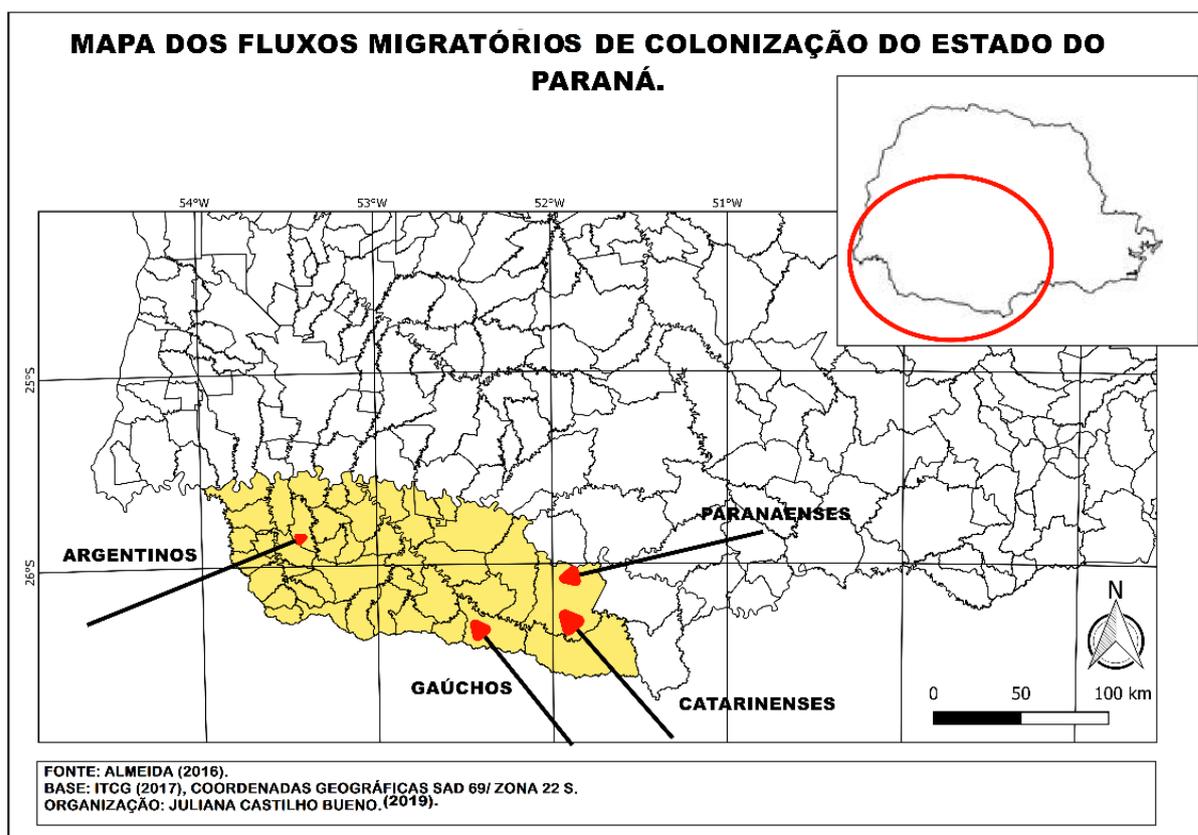
Dessa maneira, podemos compreender que a região Sudoeste paranaense sempre viveu em uma constante luta por territórios. Desde o século XVII já passavam pelo processo de formação de vilas que atraíam população para a região, como resultado do movimento tropeiro que caminhava do Sul a Sudeste brasileiro levando o gado que se tornaria alimento para a região das Minas durante o grande ciclo minerador. Posteriormente, ela passou a fazer parte do estado do Paraná no início do século XX, como resultado da Guerra do Contestado, movimento social de disputa pela terra de caráter internacional e nacional.

Ao que diz respeito dos primórdios da colonização do homem branco na atual Região Sudoeste, segundo Flores (2009):

De acordo com estudos do IBGE (1959), os Campos de Palmas foram descobertos pelos homens brancos ainda no ano de 1726, especificamente pelo bandeirante Zacarias Dias Côrtes, que passou pela região quando objetivava encontrar ouro no Uruguai. Porém, o povoamento desses campos teria iniciado somente a partir de 1839, quando o sertanista Joaquim Ferreira dos Santos, proveniente de Guarapuava – PR, fundou a primeira fazenda para criar gado nessa região. Ainda por volta de 1840 o sertanista Pedro de Siqueira Côrtes, também teria entrado nesses campos com o objetivo de criar gado (bovinos e cavalos), o que inclusive causaria um conflito entre os dois colonizadores pela posse da terra. (FLORES, 2009 p. 16)

Como já vimos anteriormente, as redondezas da região Sudoeste, passou a ser ponto de tensão entre os povos devido ao fluxo de colonização e migração. O fluxo para a região vinha do Sul, Leste e Oeste, como pode ser observado na Figura 12. É perceptível a presença de frentes que se instalaram no Sudoeste, os próprios paranaenses vindos da região conhecida como Paraná Tradicional, Gaúchos e catarinenses vindos do Sul, e argentinos<sup>4</sup> que adentravam a região.

**Figura 12 -** Mapa de fluxos migratórios de colonização do Sudoeste do estado do Paraná.



É de possível percepção que os territórios correspondiam a uma importante

<sup>4</sup> [...] a exploração econômica que a Argentina vinha estabelecendo sobre o Brasil, mantendo trabalhadores em regime de semiescravidão, em grandes latifúndios de exploração de erva-mate. (PRIORI, 2012, p. 64).

riqueza e ter seus domínios significava possuir tudo o que neles estavam inclusos. Dominar territórios sempre foi para a humanidade sinônimo de poder, tendo em vista todas as possibilidades que nele fazem parte. Os territórios são de pertencimento de um povo por um determinado período o que dá margem a reivindicações. Como pode ser observada na Figura 13, a região passou a ser palco de disputas.

**Figura 13 - Mapa da Guerra do Contestado.**



O arbitramento não pôs fim às disputas travadas nessa região e os confrontos continuaram durante a segunda década do século XX. Nesse período iniciou-se um litígio territorial nacional entre os estados do Paraná e Santa Catarina por 48.000 km<sup>2</sup>, que ficou conhecido como Contestado. Paralelamente a essa disputa, desenvolveu-se na área um conflito messiânico que causou a morte de milhares de pessoas entre os anos de 1912 e 1916. Após o fim desse episódio a questão territorial foi decidida judicialmente. (PRIORI *et al.*,2012)

Para o referido território de disputas, a Guerra do Contestado surgiu por incentivo do monge João Maria, entre 1910 e 1920, sendo assim uma promoção de

incentivo religioso. Nas palavras de Campos (2009):

O patrimônio religioso, então, passa a ser o ponto fixo por onde tudo deve começar passando do caos à ordem e o ponto fixo torna-se o Centro. O patrimônio religioso constituiu-se como relevante marca da identidade e cultura de um povo. (CAMPOS, 2009, p. 90)

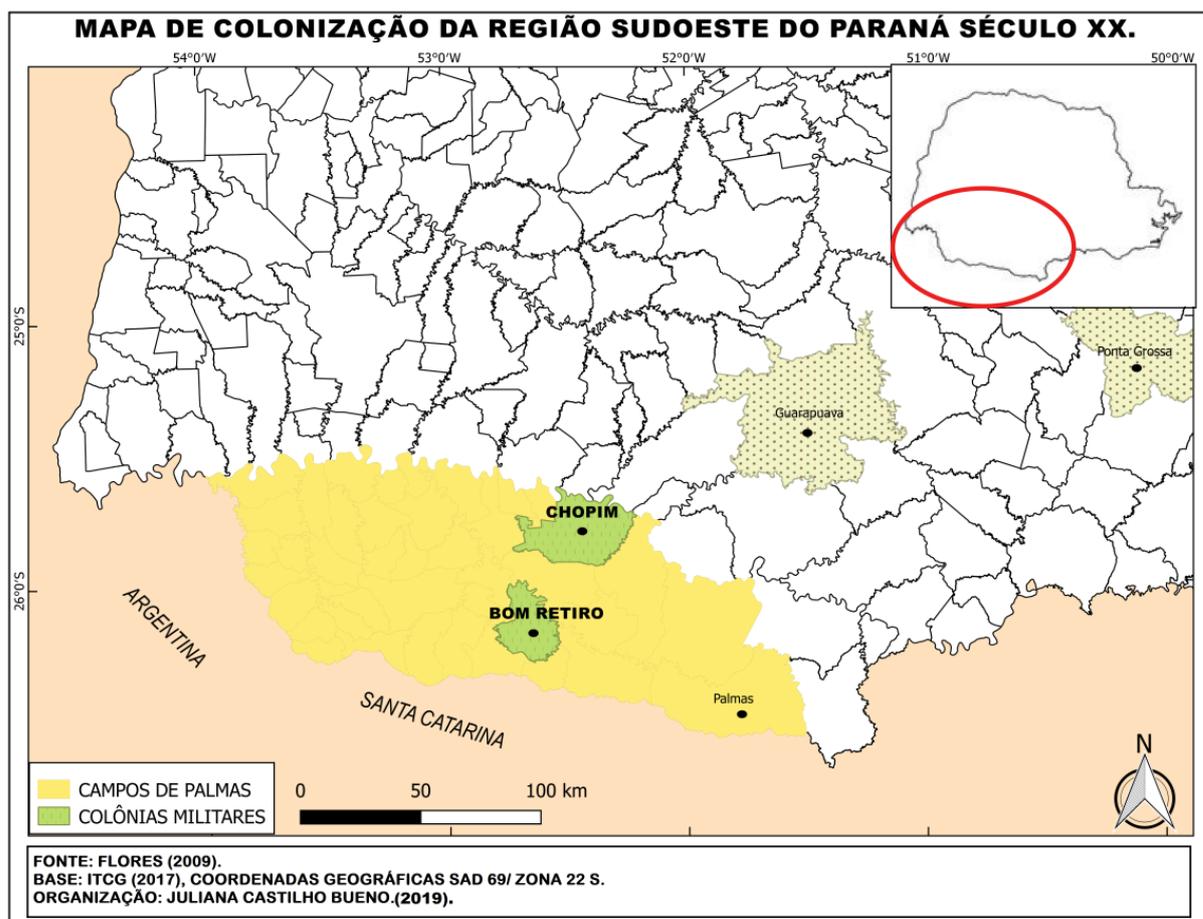
Portanto, desencadeou na população a sede por delimitar seus territórios, defendê-los e estabelecer ali uma vida estável e digna.

Como podemos notar, as Regiões Oeste de Santa Catarina e Oeste e Sudoeste do Paraná, onde mais tarde foi criado o Território Federal do Iguaçu, estiveram quase sempre envolvidas em disputas territoriais. (PRIORI *[et al.]*, 2012).

Como pode ser observado na Figura 14, estão destacadas as colônias militares criadas principalmente com intuito de demarcar e colonizar o território, em que naquele momento, ficasse o mais próximo da fronteira. Nas palavras de Flores (2009),

[...] em 1882 foi criada a colônia militar “Xopim” [Chopim], composta por um comandante, um oficial do exército e cerca de 50 soldados, que além de se encarregarem da defesa da região receberam terras e ferramentas para a lavoura. Porém, como essa colônia estava localizada numa região de densas matas, por conseguinte, isolada de outras regiões, praticamente não progrediu além da função de um simples “posto militar”. (FLORES, 2009, p. 17).

**Figura 14 -** Mapa de colonização da Região Sudoeste do estado do Paraná.



O povoado que deu origem ao município de Pato Branco começou a surgir a partir de 1918, quando o governo do estado do Paraná criou a “Colônia Bom Retiro”, objetivando assentar as famílias paranaenses envolvidas na chamada “Guerra do Contestado”. Ocorre que, em 1916 essa área de litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina, passou para domínio catarinense, deixando centenas de famílias de camponeses paranaenses desabrigadas (FRAGA, 2006)

É importante destacar que essas colônias militares não foram criadas apenas para combater os índios hostis, mas também para garantir a posse do território que estava em litígio. Ocorre que até o final do século XIX grande parte do Sudoeste paranaense, e inclusive parte do Oeste catarinense, estava sendo disputado entre o Brasil e a Argentina. Somente a partir de 1895 essa área seria legalmente incorporada ao território brasileiro, inclusive com intervenção arbitrária do presidente estadunidense Grover Cleveland. (BERNARDES, 1953)

Segundo Corrêa (1970, p. 68), “grande parte dos colonos que povoaram o Sudoeste paranaense já estavam acostumados com certo nível de consumo de

produtos e de serviços, inclusive, herdado das colônias antigas do Rio Grande do Sul”, sendo dessa maneira, vindos ao Sudoeste com costumes pré-estabelecidos, fazendo-se necessária a adaptação local. O autor ainda conclui que estes grupos são, “por conseguinte, formados por imigrantes de origem europeia (italianos e alemães, principalmente)”.

As Regiões Oeste de Santa Catarina e Oeste e Sudoeste do Paraná, onde mais tarde foi criado o Território Federal do Iguçu, estiveram quase sempre envolvidas em disputas territoriais. Era evidente, portanto, a necessidade de se estabilizar a área.<sup>5</sup> (PRIORI, 2012).

O território Federal nasceu na conjuntura de Marcha para o Oeste. Tratou-se de uma campanha nacionalista empreendida pelo governo Getúlio Vargas. A história desse movimento defendia a ocupação efetiva e a nacionalização das fronteiras nacionais de Norte a Sul do país. O projeto da marcha, segundo os idealizadores, buscava despertar, no povo, que vivia na fronteira, o sentimento de nacionalidade e brasilidade. Tinha o interesse de ocupar todos os espaços demográficos vazios, promovendo um desenvolvimento e uma integração nacional. A Marcha para o Oeste reavivou as tradições coloniais e exaltou o bandeirante como herói nacional, já que este personagem histórico foi o responsável por acelerar e concluir a conquista do território brasileiro. Diante desse discurso, tratava-se de reconstruir a nacionalidade dos lugares mais isolados, menos povoados e que exibissem fragilidade. (PRIORI, 2012)

A maior parte dessa movimentação foi ocasionada pela Lei de Terras de 1850, o que impedia a apropriação de terras, e a partir dessa data a terra lhe era concedida pela movimentação de compra.

Como as terras consideradas devolutas passaram a ser de domínio do Estado, o governo realizou o pagamento pela ferrovia a Companhia de Estradas de Ferro São Paulo – Rio Grande (CEFSPRG) com territórios que compreendiam praticamente toda a atual região Sudoeste. Esta companhia, subsidiária da Brazil Railway Company, por questões judiciais, passou a ter seus bens incorporados ao Patrimônio Federal, ocasionando uma disputa entre Estado e União.

Nas palavras de Priori (2012):

---

<sup>5</sup> A partir da Revolução de 1924, e da Coluna Prestes, houve uma divulgação do abandono e da miséria que ali se estabeleceram. Militares, intelectuais e jornalistas que se refugiaram na região [...] testemunharam a presença deficitária brasileira com autoridades nacionais facilmente corrompíveis e predomínio econômico de latifundiários argentinos. (PRIORI, 2012, p. 64).

“Alheio a essa questão jurídica, dentro do contexto da “Marcha para o Oeste”, Vargas criou no Sudoeste paranaense por meio do decreto nº 12417 de 12 de maio de 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), visando a ocupação e à consequente integração da região as demais regiões do Estado. A CANGO trouxe para o local milhares de posseiros, que buscavam melhores condições de vida, oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul. Além destes, haviam posseiros que vinham independentes e se instalavam nessas terras. Em nenhum dos casos, pela condição sub júdice da região Sudoeste, eram fornecidos documentos de posse, circunstâncias que, alguns anos depois, tornaria incerta a situação dos posseiros no local. (PRIORI, 2012, p. 145)

Além de todos esses possíveis ‘donos’ da Gleba das missões e parte de Chopim, mais um novo surge na década de 1950, Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA).

Nesse contexto a CITLA aliada ao governo do Estado se destacou mediante a posse de terras e a companhia impunha aos colonos duas opções: ou adquiriam terras pelo valor imposto ou abandonavam.

Mediante tentativas frustradas na solução dos problemas de expropriação, colonos e posseiros iniciam um processo de violência. No dia 2 de agosto de 1957, deu-se o primeiro confronto entre jagunços e posseiros no Distrito de Verê. (PRIORI, 2012)

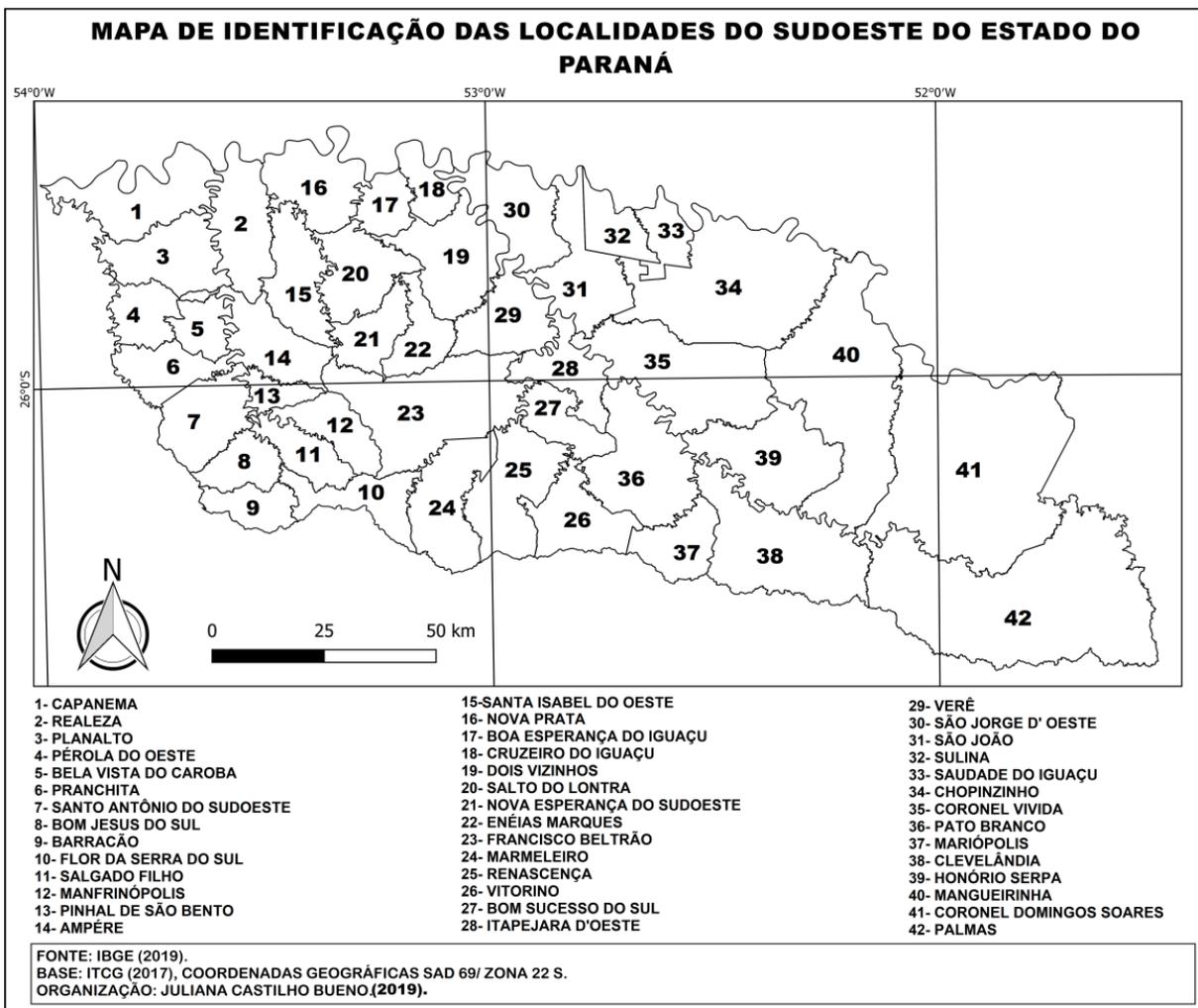
A revolta dos posseiros foi marcada por diversos outros episódios como este, sempre repletos de muita violência e estupros.

Ao desenrolar da Revolta e a interferência do Governo nacional, com a criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste (GETSOP), responsável pela distribuição de terras do Sudoeste, fez-se o movimento ser considerado vitorioso.

O conhecimento da paisagem supõe a inclusão de seu funcionamento no funcionamento global da sociedade. A paisagem é testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado. O espaço humano é a síntese, sempre provisória e sempre renovada, das contradições e da dialética social. (SANTOS, 1993).

Em decorrência de todo o cenário e as movimentações ocorridas para influenciar no que atualmente se constitui na Região Sudoeste, como resultado, hoje ela é formada por 42 localidades, que podem ser observadas conforme Figura 15.

**Figura 15 - Mapa de identificação das localidades da Região Sudoeste do estado do Paraná.**



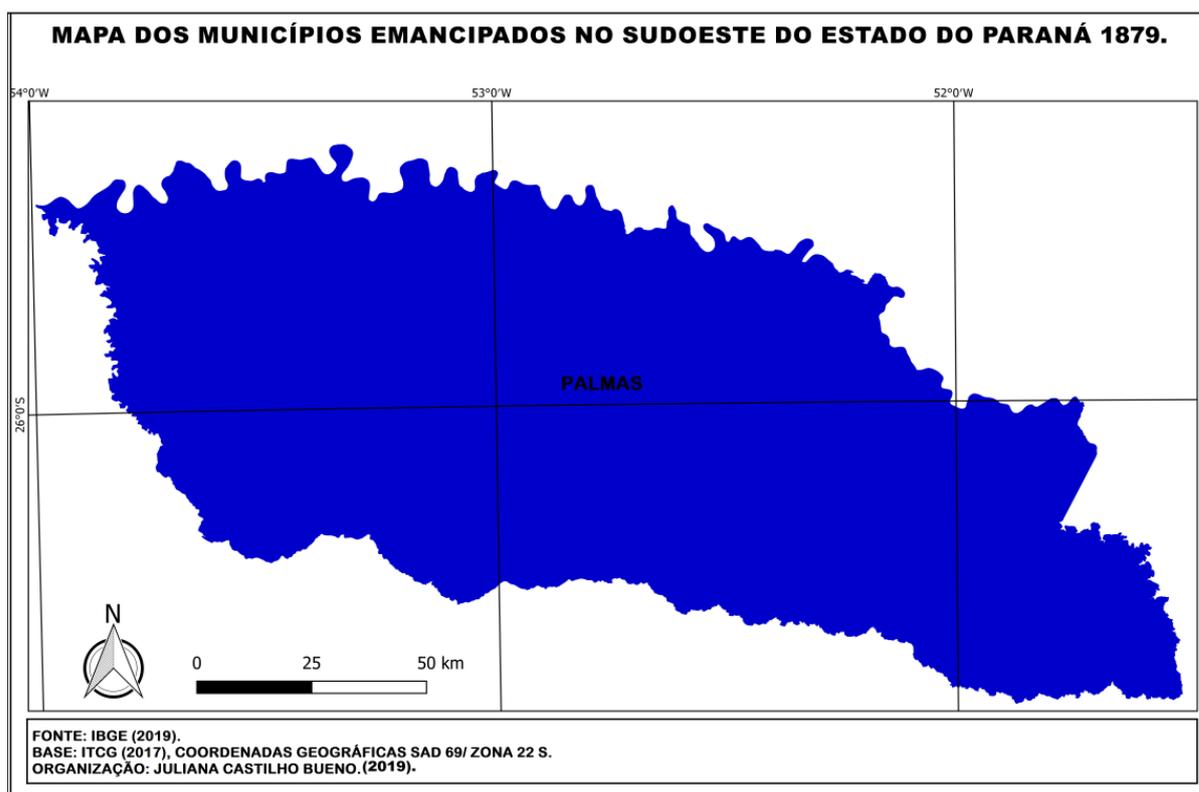
### 5.1.1 As divisões das localidades do Sudoeste e sua relação com a guerra

A primeira delimitação espacial do atual Sudoeste do estado do Paraná, foi também conhecida como Campos de Palmas, emancipado em 1879, como podemos ver na Figura 16. Este mesmo território sofrerá inúmeras emancipações e sub emancipações até chegar a atual divisão espacial. Nas palavras de Casaril (2017, p 32), “O Sudoeste originou-se a partir da região dos Campos de Palmas, pois a área atual da mesorregião Sudoeste paranaense pertencia ao território do município de Palmas [...]”. Nesta época a área territorial do Estado do Paraná estendia-se até o rio Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul, não existindo qualquer município formalmente instalado na atual região Oeste de Santa Catarina que pertencia, portanto, ao município de Palmas.

Segundo Flores (2009), na região conhecida hoje como Palmas, o povoamento ocorreu muito antes do que o restante do Sudoeste paranaense. Dessa maneira, podemos compreender o fato de ter sido emancipada primeiramente se comparada ao restante da região.

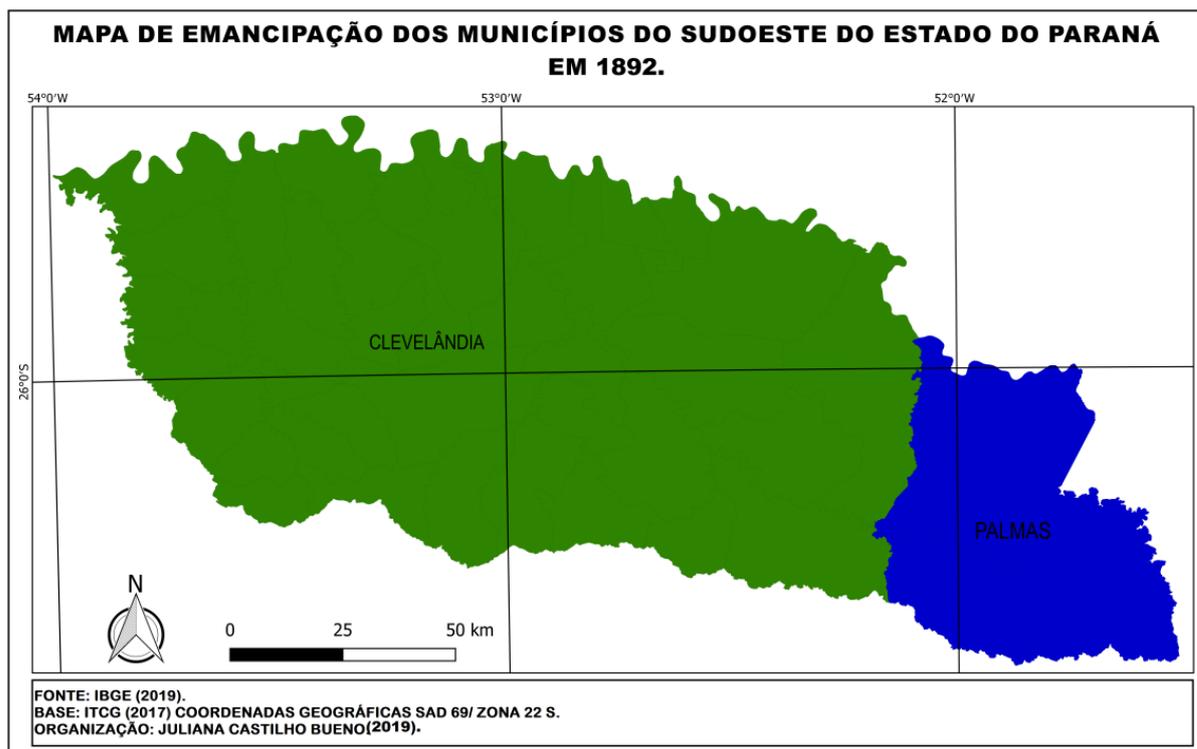
Visualizando a Figura 3 que retrata o perfil geomorfológico do Paraná, observa-se que Palmas está localizada em uma das porções mais altas do terceiro planalto paranaense, e compreendia uma vegetação de campos com clima de características temperada. Pelo fato da existência de campos, facilitava a pecuária e portanto, foi a primeira porção a ser colonizada.

**Figura 16 - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná em 1879.**



Como pode ser observado na Figura 16, toda a extensão era delimitada como Palmas. Contudo, algumas colônias começaram a surgir, como foi o caso de Clevelândia, advindas do movimento de posse de pessoas que chegavam a região. Nesse contexto, em 1892, com a emancipação, forma-se o município de Clevelândia conforme observado o desmembramento na Figura 17.

Figura 17 - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná em 1892.



Do mesmo modo que Palmas, o caso do município de Clevelândia, localizado igualmente nos campos de Palmas e instalado em 28 de junho de 1892, foi fundado por fazendeiros de gado vindos de Guarapuava. A instalação do município de Clevelândia ocorreu com o desmembramento de terras antes pertencentes ao município de Palmas. (CASARIL, 2017)

Durante o conflito denominado de Guerra do Contestado a região de estudo encontrava-se dividida nesses dois municípios, porém era de conhecimento popular falar diretamente de todo o território como sendo exclusivamente o município de Palmas.

Nas palavras de Casaril (2017) “tanto Palmas, como Clevelândia, fazem parte de uma formação social que tem como particularidade a grande propriedade, que em sua gênese tinha a classe dos latifundiários como dominante [...]”, essas duas localidades também foram desenvolvidas por consequência da existência de quartéis no Século XX.

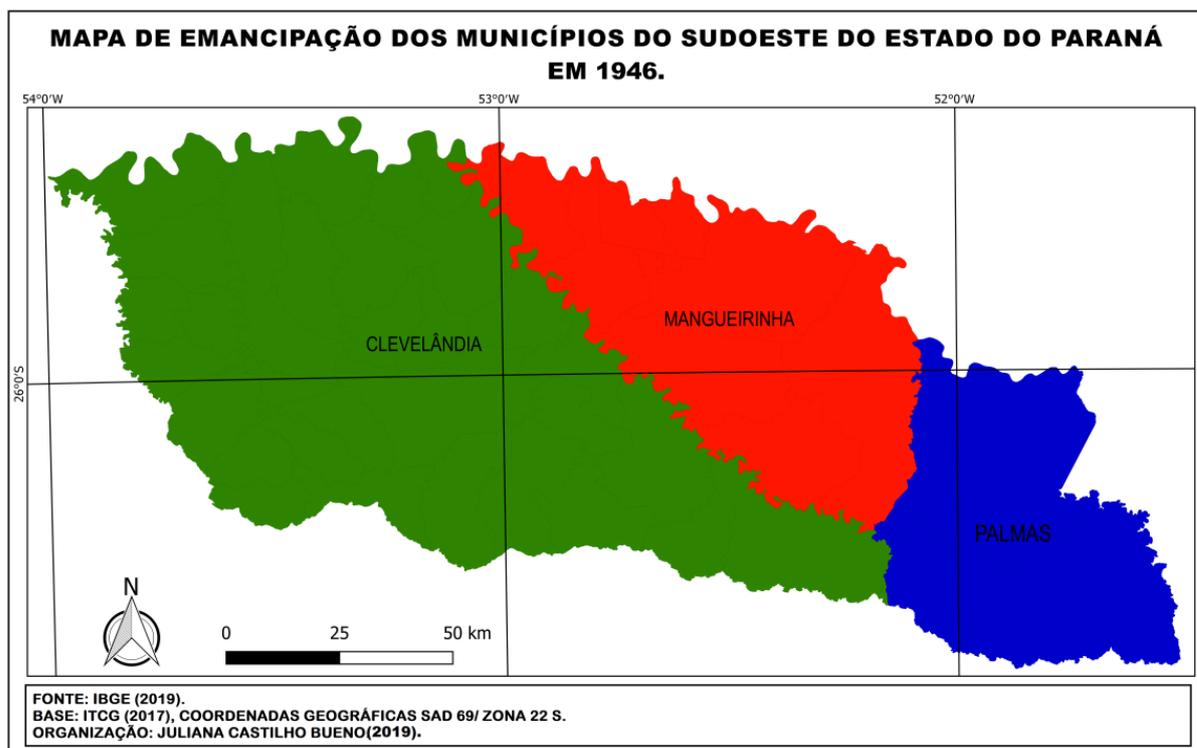
A colonização do Sudoeste iniciou de leste para oeste, o que por sua vez,

deve ser atribuído às lógicas geratrizes da formação sócio-espacial, pois foi a partir de Palmas e Clevelândia que teve início o povoamento e a construção da infraestrutura necessária, responsável pelo meio de comunicação, através das estradas e caminhos que faziam a ligação, mesmo que precária com as vilas e povoados da nascente Sudoeste paranaense. (CASARIL, 2017)

Durante o conflito, foram criadas colônias militares que serviram para novas emancipações como será visto no decorrer dessa cronologia.

Em 1946, recorrente ao período pós-guerra, surge nova emancipação referente ao município de Mangueirinha, conforme observado na Figura 18.

**Figura 18** - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná em 1946.



Portanto, no ano de 1946, o Sudoeste do estado do Paraná ficou dividido em três municípios através dos desmembramentos, como pode ser observado no Quadro 6, que serviram de base para as demais emancipações que ocorreram envolvendo a região.

No decorrer dos primeiros 50 anos do século XX, o processo de colonização se intensifica nas áreas de matas fechadas que, atualmente pertencem ao Sudoeste

paranaense. Esta, portanto, refere-se à outra formação sócio-espacial, que tem seu alicerce na pequena produção mercantil, diferentemente da formação sócio-espacial campestre, que se fundamenta no latifúndio. A rede urbana da formação sócio-espacial baseada na pequena produção mercantil exibe uma hierarquia mais nítida, com oferta e demanda equilibrada de funções produtivas, comerciais e de serviços. (CASARIL, 2017).

**Quadro 6**—Municípios emancipados no Sudoeste do Paraná até 1946.

<b>NOME</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO/EMANCIPAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO DESMEMBRADO</b>
Palmas	14/04/1879	
Clevelândia	28/06/1892	Palmas
Mangueirinha	30/11/1946	Clevelândia

Fonte: IPARDES (2019).

A partir da segunda metade do século XX é quando de fato haverá uma quantidade relevante de municípios emancipados no estado do Paraná, fazendo nascer novos municípios recorrentes de movimentos e localidades desenvolvidas no contexto da Guerra do Contestado.

O Sudoeste paranaense se formou a partir de uma das últimas áreas ocupadas pela fronteira agrícola no Estado do Paraná. Tem a particularidade de ser uma área colonizada por pequenos agricultores (colonos) gaúchos e catarinenses, descendentes de imigrantes alemães e italianos, que se dedicavam à policultura. Todavia, pode-se dizer que esta característica é contemporânea, pois apenas a partir dos anos 1940-50, se estabelece um povoamento célere por colonos migrantes. (CASARIL, 2017).

As combinações geográficas que podem ser consideradas para que no Sudoeste paranaense ocorresse uma colonização baseada na pequena produção mercantil, se deve ao fato de que esta região era coberta por matas densas, inclusive, com ampla extensão de florestas de araucária (*Araucária angustifolia*). Além de esta região contar com um relevo bastante acidentado, fator limitante para a utilização e conservação dos solos, que favorece a erosão e dificulta a utilização de maquinários, o que na prática carecia de maiores e complexos cuidados com a formação das pastagens, portanto de maior emprego de mão-de-obra, do que em áreas campestres. (MAACK, 2002).

Salientando as palavras de Flores (2009), o Sudoeste foi colonizado em dois grupos distintos,

[...] na região de campos se desenvolveu uma formação social marcada pela presença de, basicamente, duas classes, os fazendeiros e os seus “peões”, na região de matas se forjou uma formação social mais diversificada, incluindo pequenos agricultores (e proprietários de terras), pequenos comerciantes, artesãos e até pequenos industriais (especialmente do ramo da madeira). (FLORES, 2009, p. 15)

De acordo com a colonização, os campos foram os primeiros a serem colonizados e apenas tempos depois surgiram os movimentos para colonizar as regiões de florestas. Por isso, nas palavras de Flores (2009, p. 15), “em toda a parte central do Sudoeste, onde na atualidade se localizam os municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Ampére, entre outros, não existia indícios de povoamentos”, fato que colaborou para que, apenas em meados do século XX, surgissem as emancipações municipais fazendo com que aumentassem o número de municípios nessa região. Assim, os municípios emancipados na década de 1950 podem ser observados no Quadro 7.

É importante salientar que na década de 1950 vários motivos ocasionaram os desmembramentos de novas localidades. A Marcha para o Oeste, a criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), Companhias de Terras, são fatores que influenciam na criação de novas ordens administrativas.

**Quadro 7 - Municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1950.**

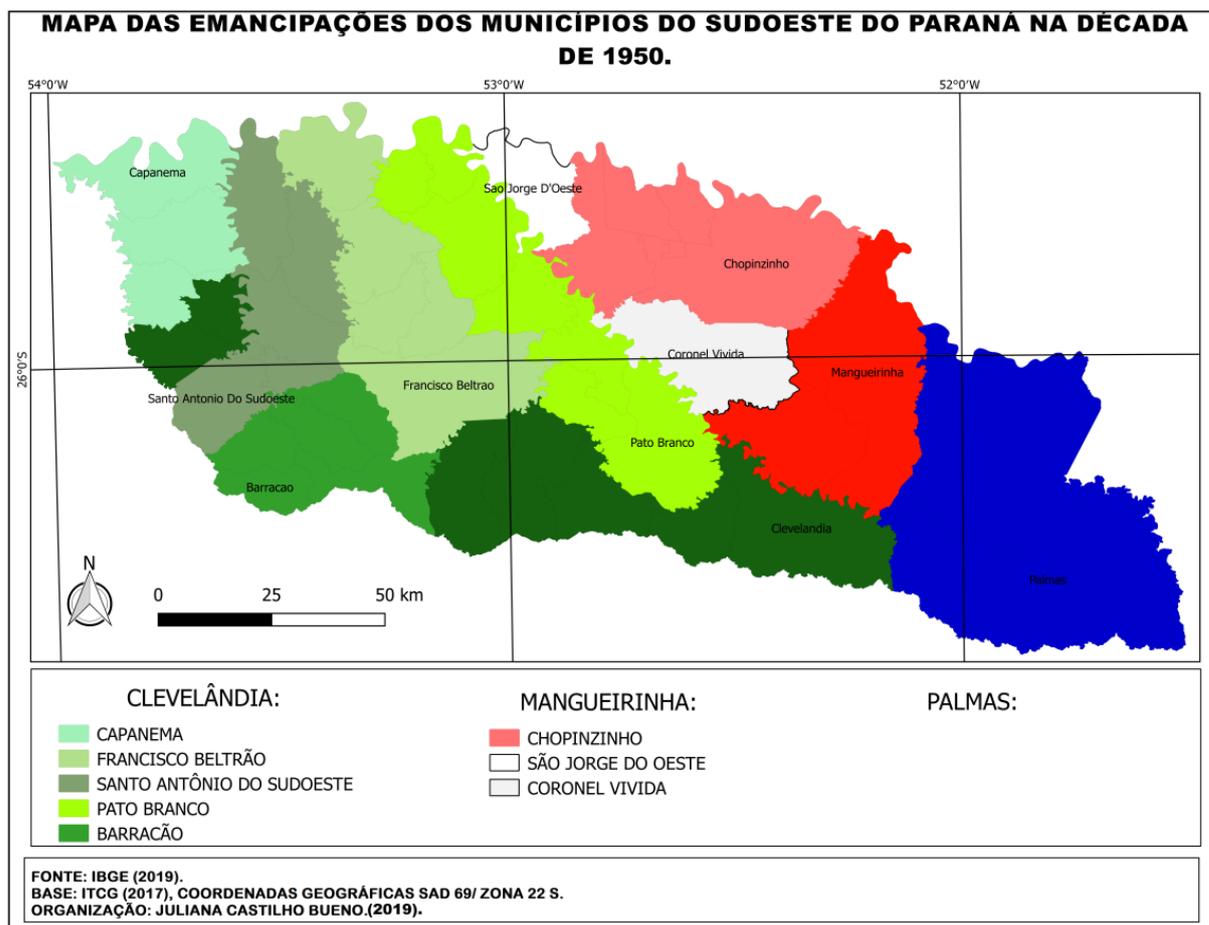
<b>NOME</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO/EMANCIPAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO DESMEMBRADO</b>
Barracão	14/12/1952	Civelândia
Capanema	14/12/1952	Civelândia
Francisco Beltrão	14/12/1952	Civelândia
Santo Antônio do Sudoeste	14/12/1952	Civelândia
Pato Branco	14/12/1952	Civelândia
São Jorge d'Oeste	23/11/1953	Mangueirinha
Coronel Vivida	14/12/1955	Mangueirinha
Chopinzinho	14/12/1955	Mangueirinha

Fonte: IPARDES (2019).

Com base no Quadro 7, foi elaborado o mapa de emancipações da década de

50, como pode ser visto na Figura 19.

**Figura 19** - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1950.



É importante salientar que para a elaboração do mapa foi feito uso de três cores e gradações entre essas cores, sendo utilizada uma cor para cada uma das três primeiras localidades emancipadas até 1950 e posteriormente as gradações para as localidades desmembradas que sofrerão novos desmembramentos. O fundo branco foi utilizado para as que não sofreram outros desmembramentos na divisão atual da região.

O nascimento dos centros urbanos efetuou-se, inicialmente, na periferia oriental, centro-meridional e ocidental do Sudoeste paranaense, com o aparecimento das cinco primeiras sedes municipais e suas áreas territoriais, todas instaladas em 14 de dezembro de 1952, sendo elas respectivamente: Pato Branco, Francisco Beltrão, Capanema, Santo Antônio do Sudoeste e Barracão, todos desmembrados

do território municipal de Clevelândia. (CASARIL, 2017).

Ainda nas palavras de Casaril (2017):

[...] a origem da cidade de Barracão, Santo Antônio do Sudoeste e Pato Branco, numa fase pré-colonial, esteve ligada à atividade da erva-mate. Pato Branco originado espontânea e desordenadamente, foi ampliado graças à ação de um órgão de colonização do governo (Colônia Bom Retiro), que ali instalou a sede de um núcleo colonial e realizou a demarcação e o loteamento. (CASARIL, 2017, p. 7)

Por volta de 1940 e 1950 houve um aumento expressivo na quantidade de pessoas colonizando a região das matas, o que consecutivamente resultou na formação de novas localidades. Estas passaram a ser emancipadas na década de 1960, como pode ser observado no Quadro 8.

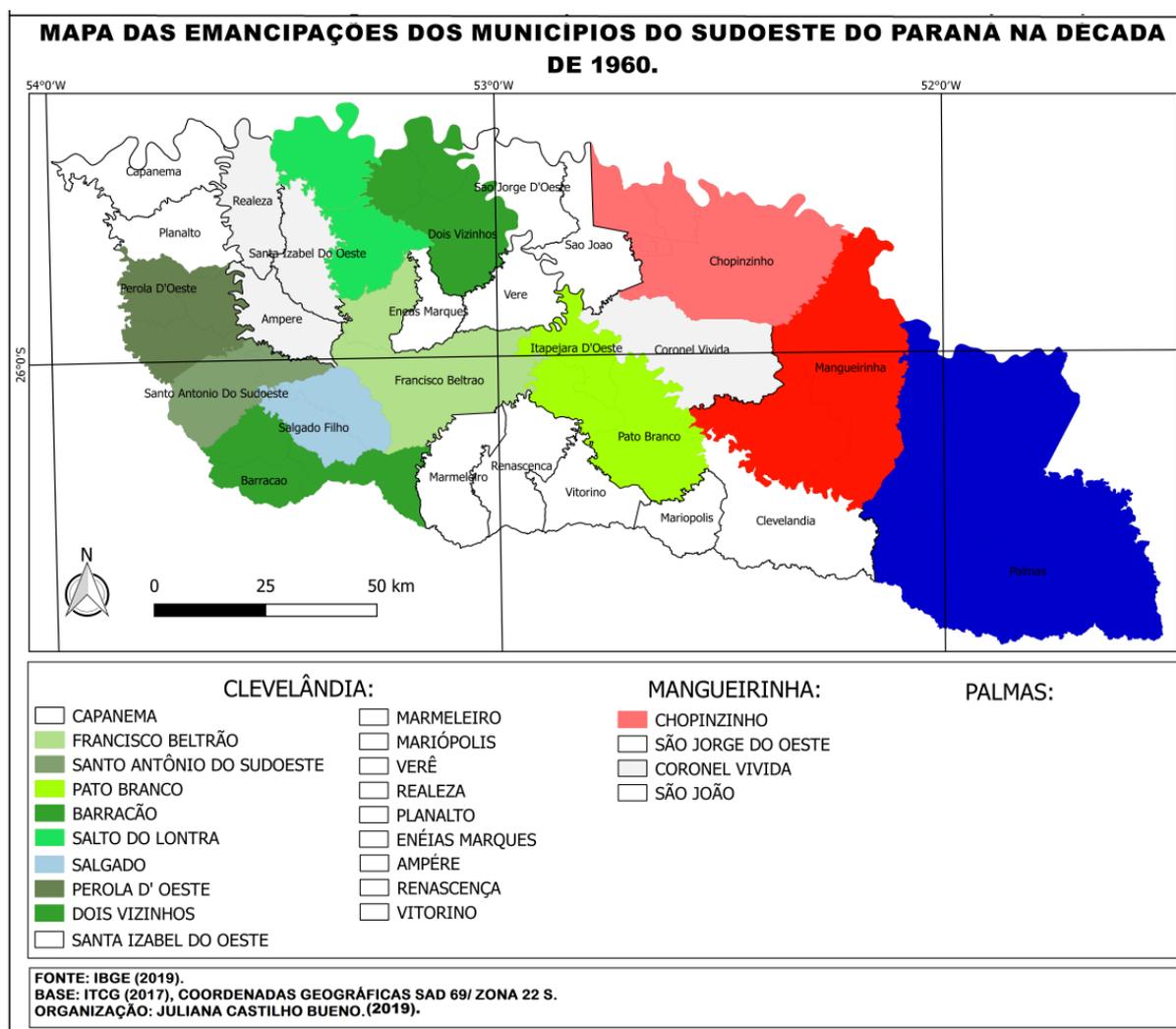
**Quadro 8** - Municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1960.

<b>NOME</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO/EMANCIPAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO DESMEMBRADO</b>
São João	15/11/1961	Chopinzinho
Marmeleiro	25/11/1961	Clevelândia
Pérola do Oeste	27/11/1961	Capanema
Ámpere	28/11/1961	Santo Antônio do Sudoeste
Dois Vizinhos	28/11/1961	Pato Branco
Mariópolis	28/11/1961	Clevelândia
Renascença	29/11/1961	Clevelândia
Vitorino	29/11/1961	Clevelândia
Verê	26/10/1963	Dois Vizinhos
Realeza	12/11/1963	Ámpere
Planalto	11/11/1963	Capanema
Enéias Marques	14/12/1964	Francisco Beltrão
Salto do Lontra	13/12/1964	Francisco Beltrão
Santa Izabel do Oeste	13/12/1964	Ámpere
Itapejara d'Oeste	14/12/1964	Pato Branco
Salgado Filho	14/12/1964	Barracão

Fonte: IPARDES (2019).

As informações contidas no Quadro 8 serviu de base para a construção do mapa que pode ser visto na Figura 20.

**Figura 20 - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1960.**



O núcleo urbano de Mariópolis originou-se pela ação das companhias colonizadoras “Apucarana” e “Comercial”. Vale destacar que o município de Mariópolis teve origem ligada à Fazenda São Francisco Sales, recebendo desde 1930 os primeiros pioneiros a fim de desenvolver a colonização. Porém, foi somente no findar dos anos 1940 que a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) adquiriu parte da área (terra em litígio) e através das colonizadoras iniciou a venda das colônias (cada uma com 10 alqueires). Em 1949 a CITLA construiu a primeira serraria que contribuiu para a derrubada dos pinheiros e construção das habitações. Durante a década de 1950 as serrarias se multiplicaram, além da intensificação do povoamento. (CASARIL, 2017)

Observa-se que as décadas de 1950 e 1960 tiveram um expressivo aumento.

Nas palavras de Casaril (2017, p. 18), “[...] o Sudoeste paranaense conheceu, durante as décadas de 1950 e 1960, o surgimento dos primeiros núcleos urbanos e sua intensificação, pois foram fundadas 24 sedes municipais”. Esses núcleos urbanos surgiram e foram intensificados em decorrência, principalmente, de atividades como a madeira e a pecuária.

Contudo, nas décadas posteriores -1970 e 1980- não houve o mesmo grande número de emancipações. Apenas três novos municípios foram criados nesse contexto conforme observado no Quadro 9.

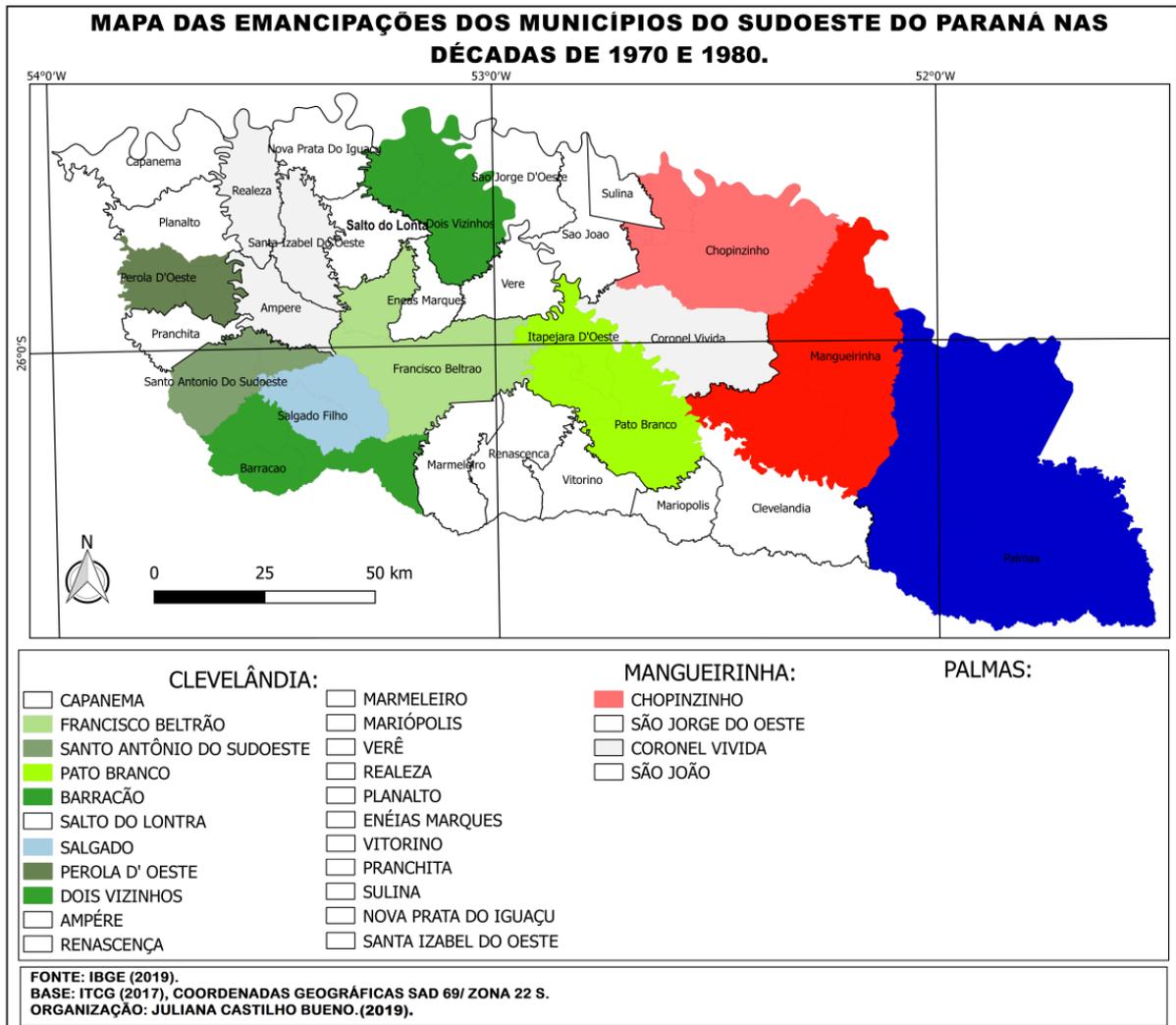
**Quadro 9** - Municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980.

<b>NOME</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO/ EMANCIPAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO DESMEMBRADO</b>
Nova Prata do Iguaçu	01/02/1983	Salto do Lontra
Pranchita	01/02/1983	Pérola d' Oeste
Sulina	01/01/1989	Chopinzinho

Fonte: IPARDES (2019).

Com base no Quadro 9, foi elaborado o mapa que pode ser observado na Figura 21. É importante salientar que os municípios fundados nas décadas de 70 e 80 não sofreram novas emancipações e são apresentados em branco.

**Figura 21 - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná nas décadas de 1970 e 1980.**



Apesar da pequena quantidade de municípios, ambos foram criados com recorrência estratégica de consolidação populacional que ocorreu somente após a criação dos municípios anteriores. Portanto, pode ser observado que Nova Prata do Iguaçu, Pranchita e Sulina correspondem a desmembramentos de municípios que haviam se desmembrado das três primeiras localidades da atual região Sudoeste do estado.

Entretanto, na década de 1990, novamente houve um grande número de municípios emancipados. Segundo Zinke (2019), o fato ocorreu

[...] quando os Estados, por força da Constituição Federal, passaram a estabelecer os requisitos para emancipação, a criação de municípios toma novo impulso: são instalados mais 81 municípios no território paranaense, desmembrados de outros 69 municípios. (ZINKE, 2019, p. 08)

Dessas 81 novas localidades, 12 encontram-se na região Sudoeste, como pode ser visto no Quadro 10.

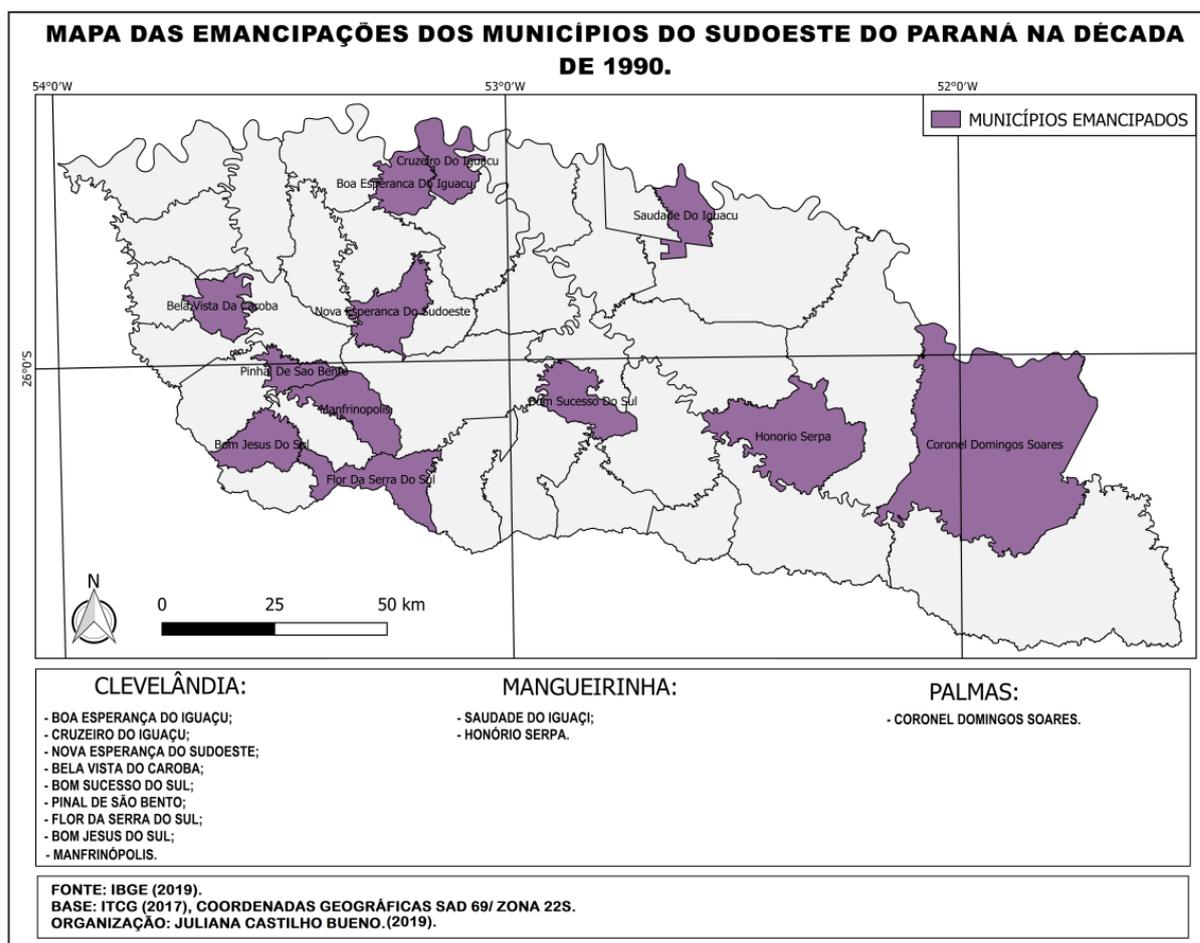
**Quadro 10** - Municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1990.

<b>NOME</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO/ EMANCIPAÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO DESMEMBRADO</b>
Bom Sucesso do Sul	01/01/1993	Pato Branco
Boa Esperança do Iguaçu	01/01/1993	Dois Vizinhos
Cruzeiro do Iguaçu	01/01/1993	Dois Vizinhos
Flor da Serra do Sul	01/01/1993	Barracão
Honório Serpa	01/01/1993	Mangueirinha
Nova Esperança do Sudoeste	01/01/1993	Salto do Lontra
Pinhal de São Bento	01/01/1993	Santo Antônio do Sudoeste
Saudade do Iguaçu	01/01/1993	Chopinzinho
Bela Vista da Caroba	01/01/1997	Pérola d'Oeste
Bom Jesus do Sul	01/01/1997	Barracão
Coronel Domingos Soares	01/01/1997	Palmas
Manfrinópolis	01/01/1997	Salgado Filho

Fonte: IPARDES (2019).

Levando em consideração o Quadro 10, elaborou-se o mapa que pode ser observado na Figura 22. Nele, diferente dos anteriores, destacam-se apenas as localidades que foram fundadas na década de 1990.

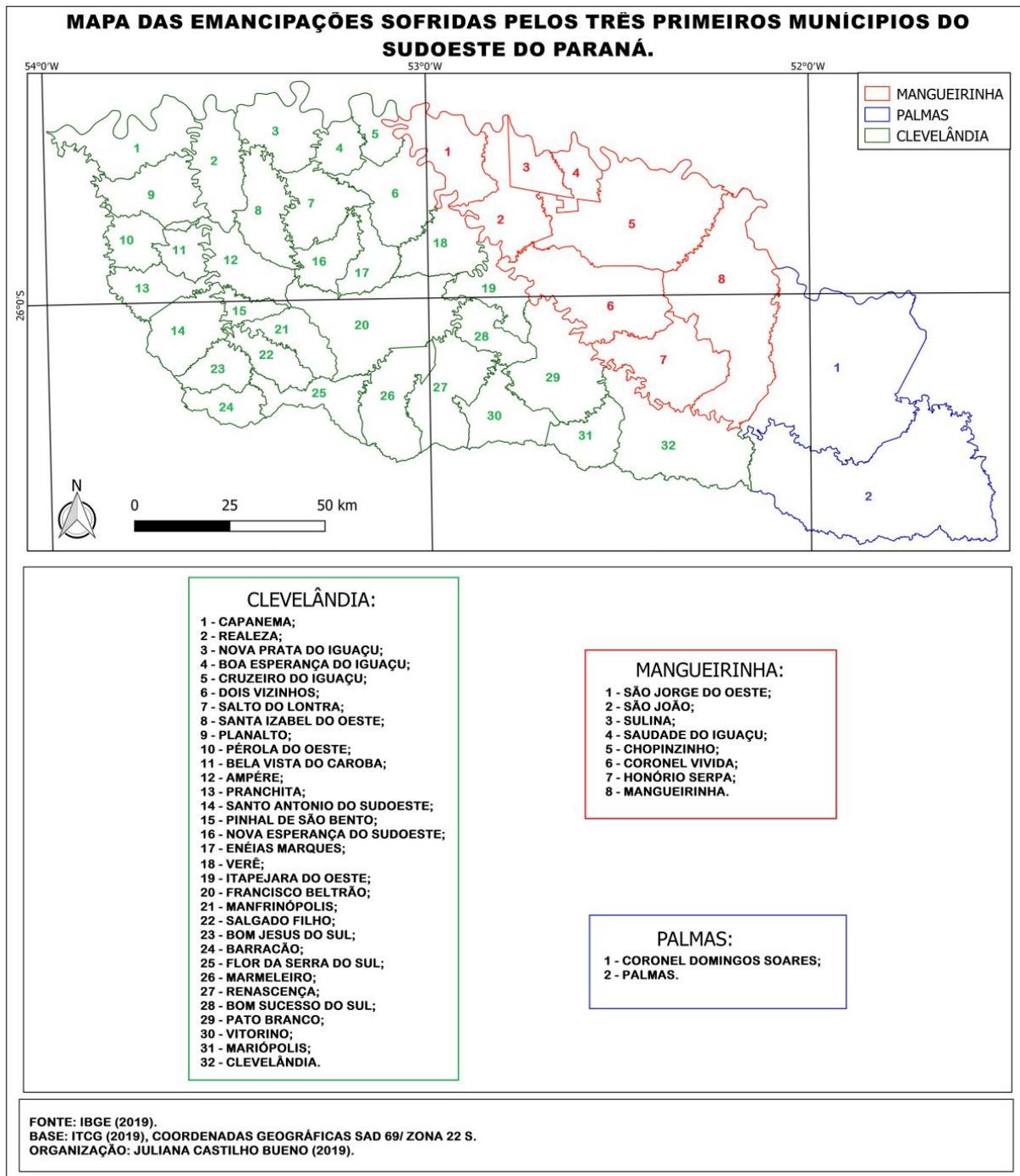
**Figura 22 - Mapa dos municípios emancipados no Sudoeste do estado do Paraná na década de 1990.**



Cada emancipação ocorrida no Sudoeste está ligada a identidade local, atribuída pela territorialidade gerada pela população e os diversos fatores, sejam eles, históricos - culturais, econômicos, geográficos e jurídicos, que a envolvem.

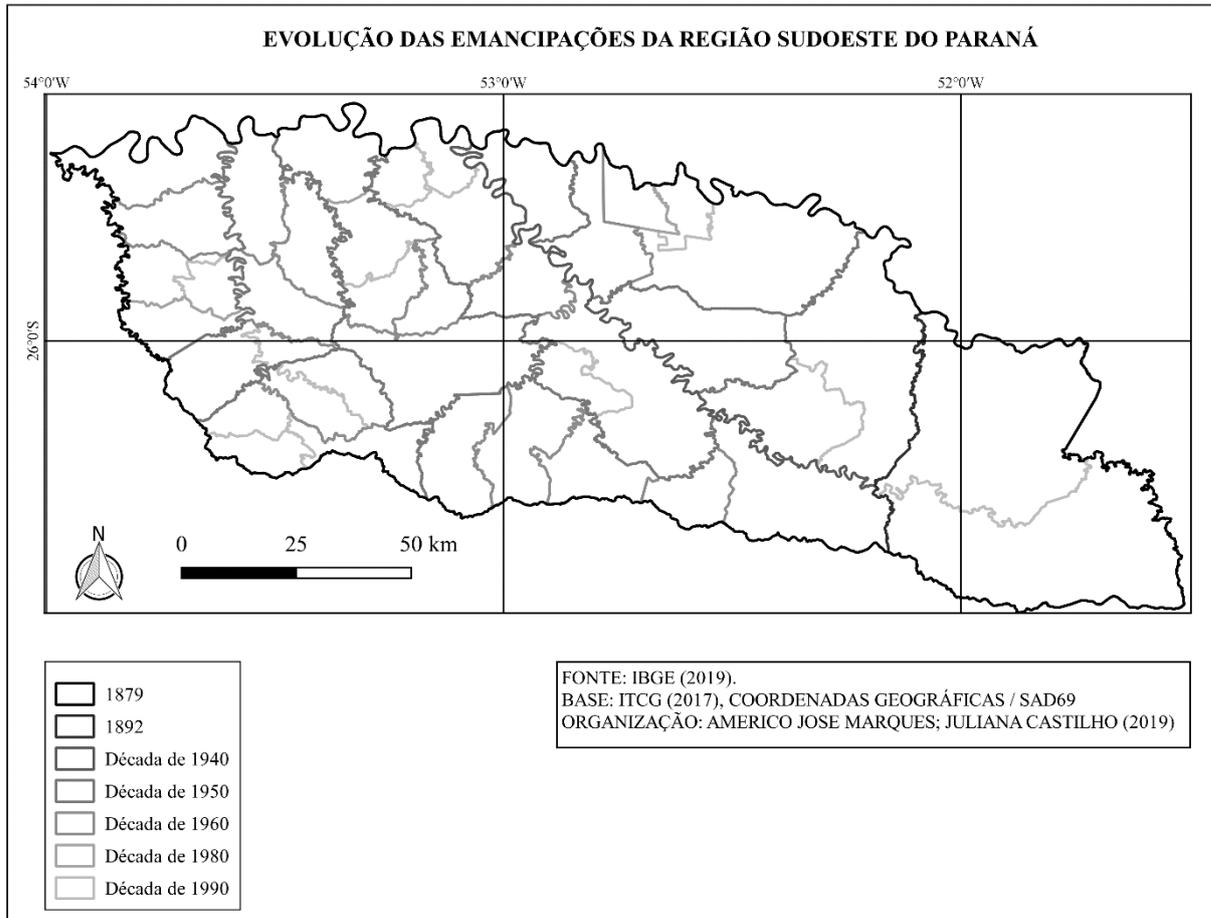
Após as várias emancipações, o mapa da Figura 23 revela as emancipações e sub emancipações, porém tomando como base as três primeiras localidades do Sudoeste.

**Figura 23 - Mapa das emancipações sofridas pelos três primeiros municípios da Região Sudoeste do Paraná.**



De forma sucinta as emancipações pelas décadas podem ser observadas na Figura 24. Para a representação dessas emancipações, utilizou-se da Semiologia Gráfica empregando a variável visual “valor” para transcrever a noção de ordem (O) existente na sequência de décadas referentes às emancipações ocorridas na região.

**Figura 24 - Evolução das emancipações da Região Sudoeste do Paraná.**



Observando os resultados obtidos fica clara a cronologia das emancipações de 1879 à década de 1990 na região estudada. A variável visual “Valor”, variando os tons de cinza, exprime uma sequência entre as décadas, indo do mais escuro para as mais antigas até a mais clara para a mais nova.

Todas as emancipações ocorridas nessa região, são frutos de contextos que envolvem os cenários políticos brasileiros. Até 1940 poucas emancipações ocorreram, pois, a região vivia um vazio demográfico, no entanto, nas décadas de 1950 e até meados de 1960 houve um intenso processo de emancipações, ocasionados pelo cenário político e por consequências da Revolta dos Posseiros. É perceptível que nas décadas de 1970 e 1980 ocorreram apenas três emancipações, como resposta ao momento brasileiro, em que o país era governado pelos militares. Já na década de 1990, um novo pico de emancipações se instalou, recorrente da autonomia estabelecida aos municípios pela Constituição de 1988.

## 5.2 CLASSIFICAÇÃO: MUNICÍPIOS, PEQUENAS OU MÉDIAS CIDADES

Levando em consideração a definição de municípios e pequenas cidades do Sudoeste, realizou-se primeiramente um levantamento bibliográfico quantitativo através de institutos como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Ipardes (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) utilizando os cadernos municipais. Nesses levantamentos, também foram retirados dados de ganhos ou perdas populacionais de cada localidade, obtendo a planilha do Quadro 11.

Diante dos pontos observados, os critérios de classificação seguiram a metodologia de Endlich (2017) que foram: população da área urbana inferior a 5 mil habitantes e número de estabelecimentos menor que 50, as localidades não serão consideradas cidades, apenas municípios; população na área urbana entre 5 a 50 mil habitantes e estabelecimentos terciários entre 50 a 500, serão consideradas pequenas cidades.

Assim, com a definição dos parâmetros acima, encontra-se a base para a classificação das localidades da Região Sudoeste do estado do Paraná.

**Quadro 11** - Classificação das localidades do Sudoeste do Paraná em 2019.

MICRORREGIÃO	NÚMERO	NOME	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	ESTABELECEMENTES COMERCIAIS TERCIÁRIOS	ÍNDICE DE PERDA OU GANHO POPULACIONAL (%)	CLASSIFICAÇÃO
MRG CAPANEMA	1	Ampére	17.308	13.257	200	+1,03	PEQUENA CIDADE
	2	Bela Vista do Caroba	4.136	1.041	27	-1,31	MUNICÍPIO
	3	Capanema	18.526	11.150	250	+0,16	PEQUENA CIDADE
	4	Pérola do Oeste	6.761	3.187	90	-0,84	MUNICÍPIO

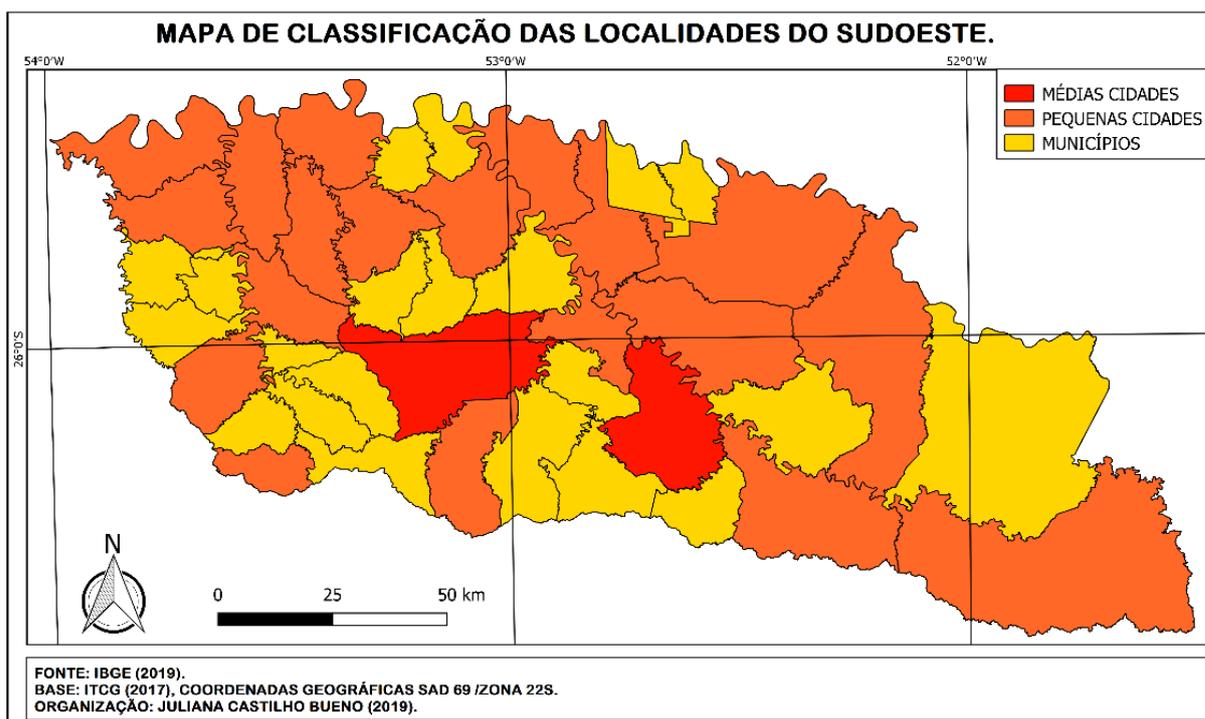
	5	Planalto	13.649	6.068	121	+0,34	PEQUENA CIDADE
	6	Pranchita	5.628	3.605	65	-1,06	MUNICÍPIO
	7	Realeza	16.338	11.796	288	+0,19	PEQUENA CIDADE
	8	Santa Izabel do Oeste	13.132	7.421	153	+1,15	PEQUENA CIDADE
<b>MRG FRANCISCO BELTRÃO</b>	9	Barracão	9.735	7.008	138	+0,49	PEQUENA CIDADE
	10	Boa Esperança do Iguaçu	2.764	953	21	-1,16	MUNICÍPIO
	11	Bom Jesus do Sul	3.733	933	18	-0,90	MUNICÍPIO
	12	Cruzeiro do Iguaçu	4.278	2.623	32	+0,27	MUNICÍPIO
	13	Dois Vizinhos	34.001	28.095	521	+1,24	PEQUENA CIDADE
	14	Enéias Marques	6.103	2.126	48	+0,45	MUNICÍPIO
	15	Flor da Serra do Sul	4.726	1.644	39	+0,68	MUNICÍPIO
	16	Francisco Beltrão	72.509	67.449	1.118	+1,63	MÉDIA CIDADE
	17	Manfrinópolis	3.127	652	15	-1,90	MUNICÍPIO
	18	Marmeleiro	13.900	8.824	160	+0,17	PEQUENA CIDADE
	19	Nova Esperança do Sudoeste	5.098	1.744	50	-0,31	MUNICÍPIO
	20	Nova Prata do Iguaçu	10.377	6.067	110	-0,02	PEQUENA CIDADE
	21	Pinhal de São Bento	2.625	1.166	17	+0,25	MUNICÍPIO
	22	Renascença	6.812	3.485	61	+0,21	MUNICÍPIO
	23	Salgado Filho	4.403	2.254	35	-1,91	MUNICÍPIO
	24	Salto do Lontra	13.689	7.431	153	+0,71	PEQUENA CIDADE
	25	Santo Antônio do Sudoeste	18.893	13.711	208	+0,56	PEQUENA CIDADE
	26	São Jorge d'Oeste	9.085	5.214	92	+0,24	PEQUENA CIDADE
	27	Verê	7.878	3.281	68	-1,01	MUNICÍPIO
<b>T O B</b>	28	Bom Sucesso do	3.293	1.581	26	+0,30	MUNICÍPIO

		Sul					
	29	Chopinzinho	19.679	12.508	207	+0,43	PEQUENA CIDADE
	30	Coronel Vivida	21.749	15.445	249	+0,69	PEQUENA CIDADE
	31	Itapejara d'Oeste	11.685	6.987	108	+1,40	PEQUENA CIDADE
	32	Mariópolis	6.268	4.469	71	+0,41	MUNICÍPIO
	33	Pato Branco	72.370	68.091	1.111	+1,52	MÉDIA CIDADE
	34	Vitorino	6.513	3.988	59	+0,36	MUNICÍPIO
<b>MRE PALMAS</b>	35	Clevelândia	17.240	14.758	199	-0,64	PEQUENA CIDADE
	36	Coronel Domingos Soares	7.230	1.753	32	-0,33	MUNICÍPIO
	37	Honório Serpa	5.965	1.988	60	-1,46	MUNICÍPIO
	38	Mangueirinha	17.048	8.394	167	-0,41	PEQUENA CIDADE
	39	Palmas	42.888	39.795	402	+2,11	PEQUENA CIDADE
	40	São João	10.599	6.735	117	-0,56	PEQUENA CIDADE
	41	Saudade do Iguçu	5.028	2.503	44	+0,88	MUNICÍPIO
	42	Sulina	3.394	1.390	24	-1,43	MUNICÍPIO

Fonte: IBGE (2019).

Levando em consideração as informações contidas no Quadro 11 e a metodologia adotada para definir município, média e pequena cidade podemos obter visualmente as informações através do mapa de classificação, que pode ser observado na Figura 25.

**Figura 25 - Mapa de classificação das localidades do Sudoeste do Paraná.**

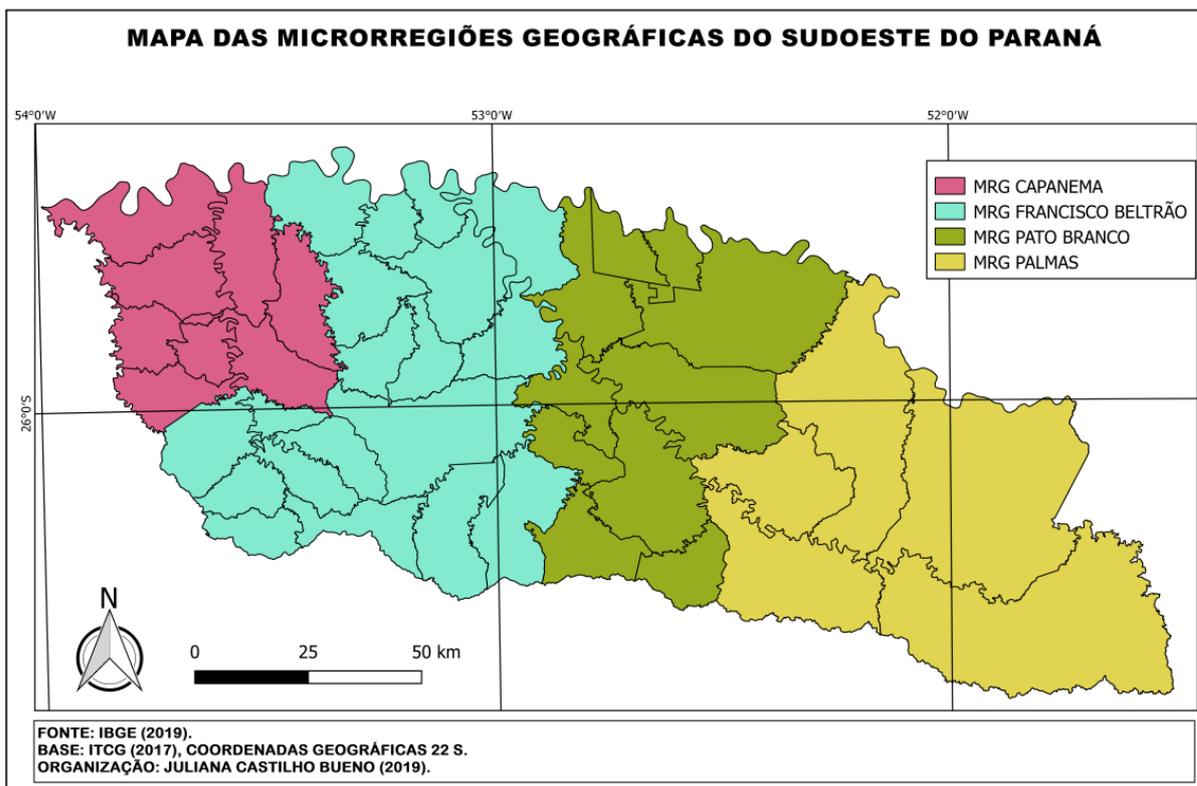


Observando a Figura 25, verifica-se que apenas duas cidades do Sudoeste do Paraná enquadram-se como cidades médias, as demais como pequenas cidades ou apenas municípios.

Analisando de forma quantitativa, 21 das 42 localidades não atingiram o nível de complexidade mínima disposto no Quadro 4, e foram classificadas como apenas municípios. Outras 19 localidades foram classificadas como pequenas cidades.

Ainda salientando sobre a Região Sudoeste do estado do Paraná, é importante ressaltar que dentro da própria mesorregião existem novas subdivisões que correspondem às peculiaridades das localidades, sempre adotando uma cidade polo que envolve e da base para a microrregião, facilitando a organização e administração, são apresentadas na Figura 26.

**Figura 26** - Mapa da delimitação das microrregiões do Sudoeste do Paraná.



As microrregiões do Sudoeste apresentam peculiaridades envolvendo características fronteiriças de caráter internacional ou nacional, favorecendo diversos estudos sobre a mesma. É importante observar que quanto mais próxima a região de fronteira internacional mais desmembramentos territoriais e emancipações ocorreram, dando origem a administrações político administrativas que envolvem elementos da delimitação e proteção territorial.

Um olhar gradativo de leste a oeste na Figura 26, é possível perceber que a quantidade de fragmentação territorial nas microrregiões de Capanema e Francisco Beltrão são muito maiores que nas de Pato Branco e Palmas.

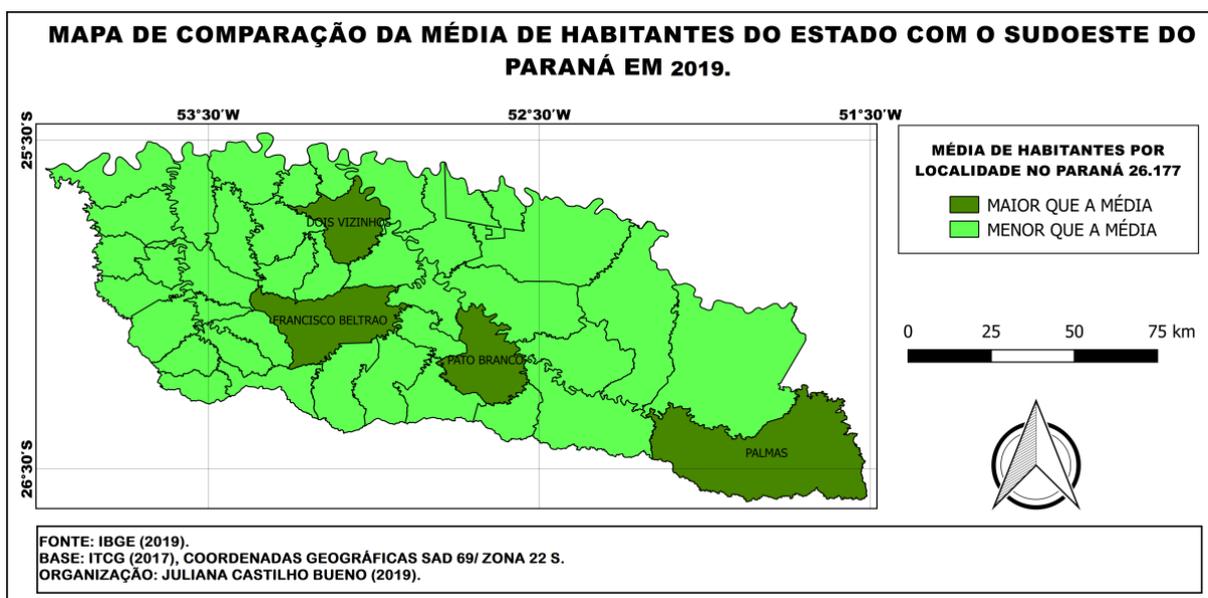
As inúmeras fragmentações territoriais na porção oeste da região também podem estar associadas ao relevo da região, onde na porção leste é mais íngreme, dificultando o processo da agricultura, além das temperaturas mais baixas e a porção oeste, mais aplainada, proximidade a rios e com clima que favorece a realização da agricultura.

### 5.2.1 Perdas e ganhos populacionais

Fazendo uso das informações contidas no Quadro 11, elaborou-se mapas para possibilitar a análise das perdas e ganhos populacional dentre as classificações de apenas municípios, pequenas e médias cidades. É importante salientar que pelo fato de haver apenas duas cidades médias Francisco Beltrão e Pato Branco, serão realizadas discussões específicas para as mesmas, já que não seria possível a realização de comparações.

Ao levantar os dados em uma planilha para classificação, encontrou-se dificuldade de diferenciar os municípios, havendo a necessidade de adotarmos os critérios de população superior a 5 mil habitantes e mais de 50 estabelecimentos para compor as pequenas cidades, como já foi pontuado anteriormente. Diante desses aspectos, houve a possibilidade de elaboração de um mapa comparando a média populacional do Paraná com a região de estudo, podendo ser observado na Figura 27.

**Figura 27 -** Mapa de comparação da média populacional do Sudoeste com o estado do Paraná.

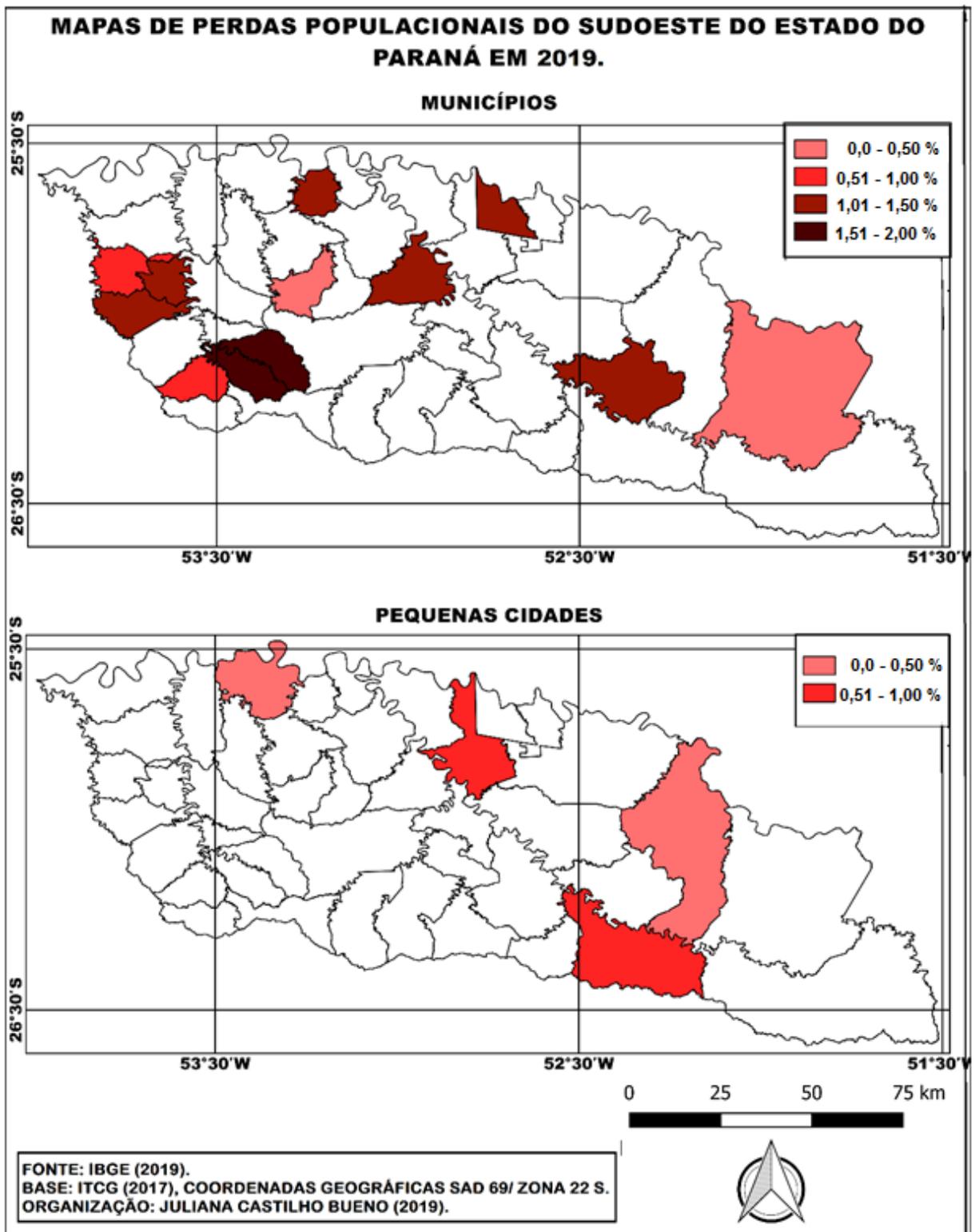


Observando o mapa disposto na Figura 27, podemos perceber que apenas 4 dos 42 municípios estão com a quantidade de população superior à média paranaense de 26.177 habitantes. Nesse sentido, inclusive, já pode ser verificado no presente trabalho que a região é composta por pequenas localidades, que em sua grande maioria não apresentam complexidade mínima.

Em análise aos dados populacionais fornecidos pelo IBGE nos censos demográficos de 2000 e 2010 de cada localidade, percebe-se ganhos e perdas. Nesse sentido, foram analisadas as porcentagens de perdas e ganhos para municípios e pequenas cidades.

As porcentagens de perdas populacionais que dizem respeito às localidades classificadas como: apenas municípios e pequenas cidades, podem ser observadas na Figura 28.

Figura 28 - Mapa das perdas populacionais do Sudoeste do estado do Paraná em 2019.



É possível perceber que os municípios, que são aqueles sem complexidade mínima e apresentam no máximo 5 mil habitantes quanto mais próximo à região de fronteira internacional, maior a tendência em perder população. Portanto, ao

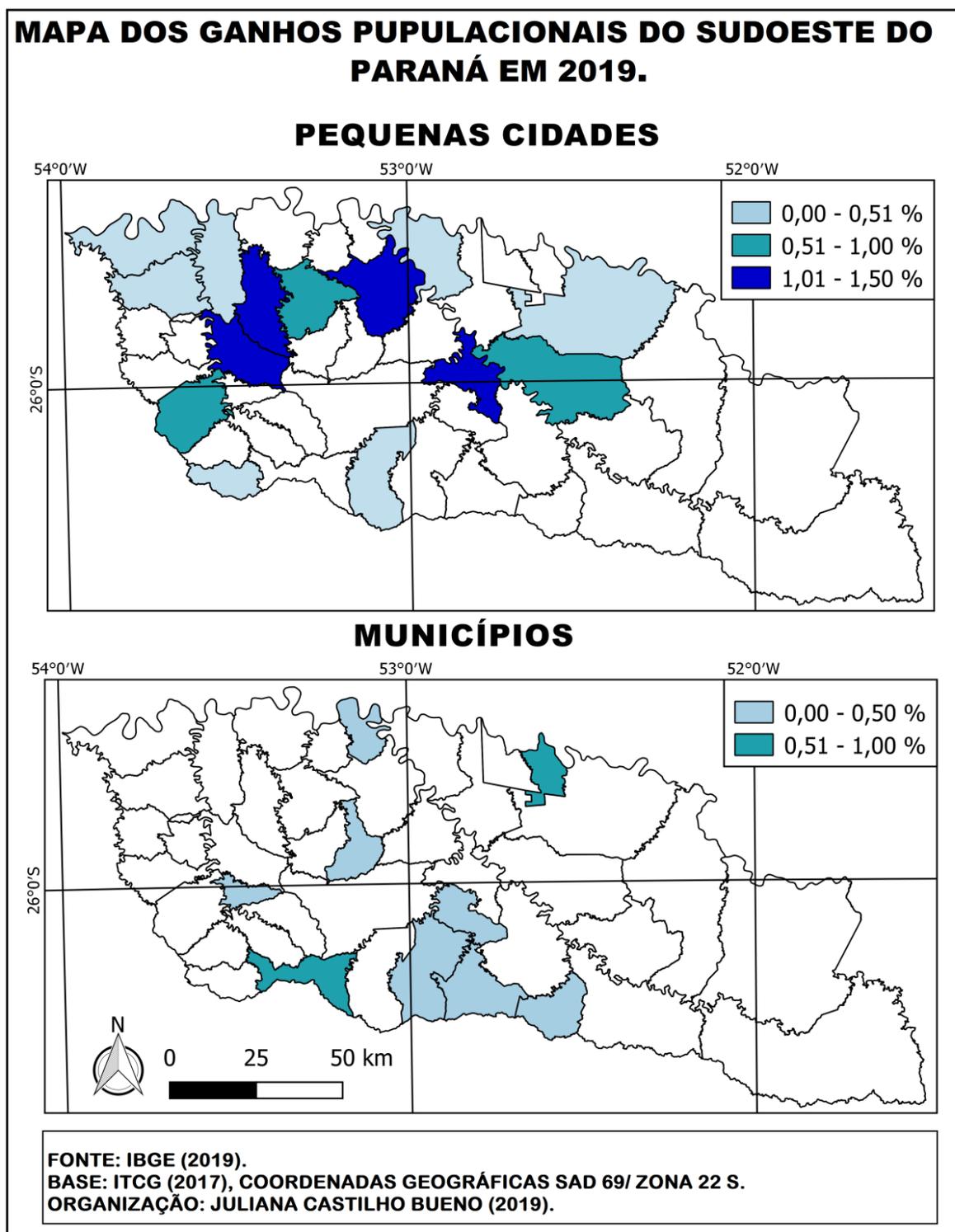
observar o mapa da Figura 28, podemos observar que a coloração mais intensa referente à perda pertence a região referida.

Quanto às pequenas cidades apresentadas na Figura 28, a perda de população distribui-se pela região Sudoeste.

É de grande relevância ressaltar que dos 21 municípios, 12 perdem população, e dentre as 19 pequenas cidades, apenas 4 apresentam esse fato.

Já a Figura 29 retrata os municípios e as pequenas cidades que mais ganham população.

Figura 29 - Mapa dos ganhos populacionais do Sudoeste do estado do Paraná em 2019.



De acordo com os mapas e as informações contidas neles, torna-se possível uma análise detalhada das ocorrências a respeito da área de estudo.

Observando o mapa disposto na Figura 29, percebe-se que 15 das 19 pequenas cidades ganham população, enquanto que apenas 9 municípios dentre os

21 ganham população. Ainda analisando o mapa, percebe-se que as localidades que ganham população estão próximas as duas cidades médias existentes do Sudoeste. Portanto, Pato Branco e Francisco Beltrão atraem população para suas cidades e também auxiliam para o aumento populacional nas localidades vizinhas. Uma das localidades que mais ganha população é Itapejara D' Oeste, cerca de 1,40 % ao ano. Este município faz limite e serve como ponte para as duas cidades.

Observando os ganhos populacionais de municípios e pequenas cidades conclui-se que estão envoltos às cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco.

Toda movimentação populacional tem motivos que levam a ela. Referente ao século XXI, não pode ser deixado de lado o fato da concentração de capital em um determinado local por interesses específicos para o desenvolvimento do trabalho e do capital.

Movimentar pessoas de uma cidade para a outra está em quase unanimemente associado a ofertas de trabalho e qualidade de vida. Quando se atrai população para uma determinada localidade, aquele local tende crescer e valorizar, e ao mesmo tempo encarecer o custo de vida. Portanto, para quem busca tornar-se mão-de-obra, encontrar uma localidade próxima ao seu trabalho, mas que lhe ofereça custo de vida mais acessível pode se tornar uma excelente opção.

Por outro lado, a localidade escolhida como endereço, consegue satisfazer a necessidade de ocupação de seus habitantes, fazendo com que eles permaneçam nelas e nesse contexto, desenvolvem comércios terciários de necessidades básicas, como: mercados, panificadoras, restaurantes, dentre outros.

Dentro da dinâmica que as médias cidades, também existe o problema ocasionado por questões geográficas, ou seja, as localidades que estão distantes a esses polos, apresentam inúmeras dificuldades para manter sua população, que tentam buscar opções de empregos e melhorias na qualidade de vida de seus habitantes.

O fator perda populacional nas regiões de fronteiras, está associado a contextos como oferta de trabalhos nas cidades polos, ou até mesmo em cidades de países vizinhos. Esses municípios ou pequenas cidades não detêm atrativos populacionais e, os que neles habitam, buscam as localidades maiores que estão em suas proximidades, até mesmo para realizarem compras básicas, por falta de opção e preços elevados onde moram.

## 5.2.2 Movimentação populacional na região Sudoeste com enfoque para Pato Branco e Francisco Beltrão

A movimentação populacional, como já comentada no presente trabalho está associada, principalmente, a oferta de empregos. A Figura 10 mostra os ganhos e perdas populacionais dos municípios do Estado do Paraná nos anos de 2018 a 2019.

É possível perceber justamente que aquelas localidades que mais concentram o seu espaço urbano no capital, mais atraem população e, conseqüentemente, ocorre o mesmo para as localidades das redondezas.

Observando primeiramente a concentração populacional em porcentagem nas Mesorregiões do Estado do Paraná, das décadas de 1970 a 2010, obtemos o Quadro 12, que também apresenta a porcentagem positiva ou negativa quanto ao aumento ou diminuição na concentração populacional para cada Mesorregião do estado.

**Quadro 12** - Participação por mesorregiões no total de população do Estado do Paraná de 1970 a 2010.

Mesorregiões Geográficas	Décadas (%)								
	1970 (%)	(%)	1980 (%)	(%)	1990 (%)	(%)	2000 (%)	(%)	2010 (%)
Noroeste	13,9	-29,5	9,8	-21,4	7,7	-12,9	6,7	-2,9	6,5
Centro Ocidental	7,9	-30,4	5,5	-3,6	5,3	-32,0	3,6	-11,1	3,2
Norte Central	21,9	-12,3	19,2	0,0	19,2	-0,5	19,1	+2,0	19,5
Norte Pioneiro	10,5	-28,5	7,5	-12,0	6,6	-13,6	5,7	-8,7	5,2
Centro Oriental	5,1	+21,5	6,2	+4,8	6,5	0,0	6,5	+1,5	6,6
Oeste	10,8	+16,6	12,6	-7,1	11,7	+1,7	11,9	-1,6	11,7
Sudoeste	6,5	-1,5	6,4	-10,9	5,7	-14,0	4,9	+16,3	5,7
Centro Sul	4,8	+31,2	6,3	-6,3	5,9	-5,0	5,6	-23,2	4,3
Sudeste	3,8	+5,2	4,0	+2,5	4,1	-4,8	3,9	0,0	3,9
Metropolitana de	15,1	+49,0	22,5	+21,3	27,3	+16,8	31,9	+4,7	33,4

Curitiba								
<b>Total Paraná</b>	<b>100</b>		<b>100</b>		<b>100</b>		<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE (2019).

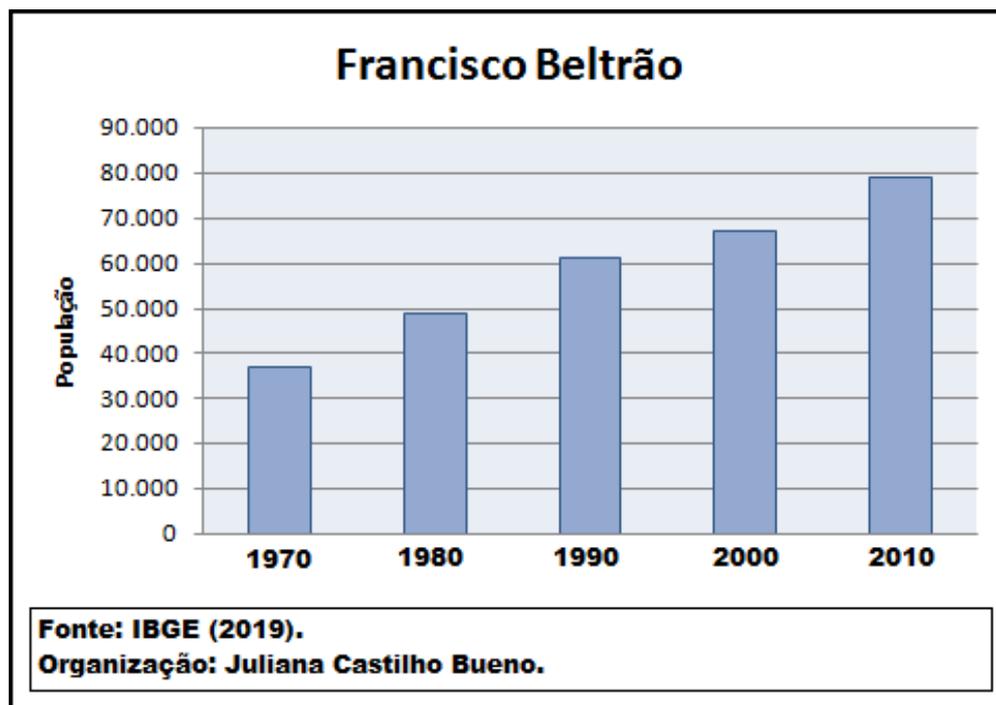
Observando o Quadro 12, é possível perceber que a mesorregião que mais tem destaque no aumento populacional de 2000 a 2010 é o Sudoeste do Estado, apesar de terem passado por consecutivas perdas no decorrer das décadas anteriores. Nem a mesorregião metropolitana de Curitiba que apresentava as maiores taxas de crescimento de 1970 a 2000 teve o mesmo destaque de crescimento.

Ao analisarmos a Figura 10, percebemos que as médias cidades do Sudoeste, Francisco Beltrão e Pato Branco, tiveram um aumento populacional comparado as grandes cidades paranaenses, com aumento de cerca de 15 mil habitantes. Portanto, fez-se necessário um olhar específico para essas localidades. Nesse sentido, foram levantadas as populações médias para as referidas cidades nas décadas de 1970 a 2010, podendo ser observadas nos Gráficos 1 e 2.

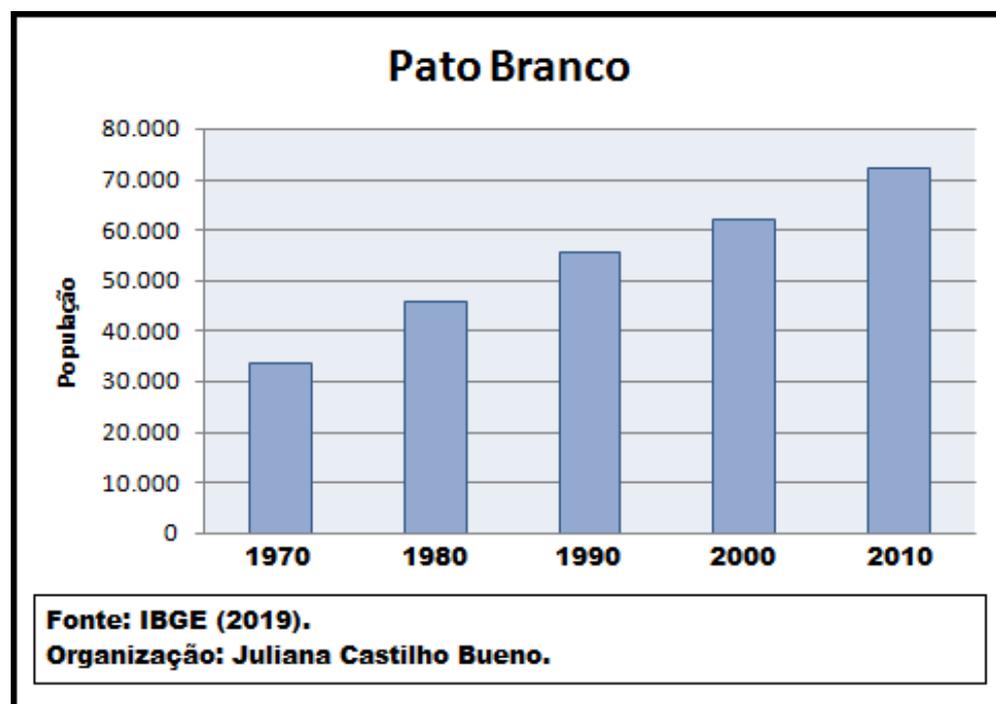
Apesar da região perder população em todos os censos de 1970 a 2000, menos no que compara de 2000 para 2010, as médias cidades apresentadas no gráfico nunca tiveram queda nem estabilidade populacional. Sendo assim, sempre receberam movimentação populacional em seu território, sejam por serem as que obtiveram a classificação de médias cidades e são as maiores da região, no qual a pequena localidade tende a perder população para essas, ou por ofertarem mais opções de empregos e melhor qualidade de vida.

É importante ressaltar que Pato Branco era a antiga colônia militar de Bom Retiro, instalada no contexto da Guerra do Contestado, portanto, sua colonização já se deu inspirada nas motivações de defesas territoriais.

**Gráfico 1 - População de Francisco Beltrão de 1970 a 2010.**



**Gráfico 2 - População de Pato Branco de 1970 a 2010.**



As cidades de Francisco Beltrão e Pato Branco classificam-se como únicas médias cidades existentes na região Sudoeste do estado do Paraná. Ambas são as localidades que mais recebem população, como pode ser observado nos Gráficos 1 e 2. Estas cidades não apresentaram em nenhum dos censos demográficos

realizados perda populacional, isso se dá pelo planejamento econômico e políticas públicas de ambas que resultam no que são hoje.

Atualmente, elas têm investido no ramo da tecnologia. Pato Branco, por exemplo, tem um dos maiores polos da Universidade Tecnológica do Paraná, e Francisco Beltrão abriga polo da Universidade do Oeste. Ambas também tem investido na pecuária e produção agrícola, atraem população, seja para o trabalho ou para estudar.

### 5.3 DESENVOLVIMENTO DE MAPAS E GRÁFICOS TEMÁTICOS DA REGIÃO SUDOESTE

Como já retratado na presente pesquisa, trabalhar com indicadores refere-se a utilizar números para análises e comparações, portanto, torna o fazer científico mais preciso, pelo fato de quantificar os dados. Nesse sentido aplicando os procedimentos metodológicos referente à criação da planilha com os indicadores selecionados, obtivemos o Quadro 13. Foram selecionados os valores de indicadores com datas mais recentes.

**Quadro 13** - Indicadores dos municípios do Sudoeste do Estado do Paraná.

<b>Município</b>	<b>Grau de urbanização (2010) (%)</b>	<b>IPDM (2016) (0,0 a 1,0)</b>	<b>Taxa de Ocupação (2010) (%)</b>	<b>IDH (2010) (0,0 a 1,0)</b>	<b>PIB per Capita (2017) (R\$1,00)</b>	<b>Mortalidade Geral (2018) (%)</b>	<b>Taxa de Analfabetismo (2010) (%)</b>
Ampére	76,59	0,6544	96,22	0,709	30.580	6,32	7,52
Barracão	71,99	0,7107	95,60	0,706	22.299	6,93	8,34
Bela Vista do Caroba	26,39	0,6305	98,33	0,681	17.539	9,81	14,22
Boa Esperança do Iguaçu	34,48	0,7186	99,02	0,700	32.033	6,30	8,39

Bom Jesus do Sul	24,58	0,6697	98,16	0,697	18.872	8,95	10,10
Bom Sucesso do Sul	48,01	0,7137	98,53	0,742	52.362	6,11	1,86
Capanema	60,19	0,7446	97,49	0,706	34.042	7,59	7,32
Chopinzinho	63,56	0,7007	96,57	0,740	31.544	7,50	8,02
Clevelândia	85,60	0,5434	93,58	0,694	29.004	9,00	11,38
Coronel Domingos Soares	24,22	0,5826	97,93	0,600	23.214	5,75	10,20
Coronel Vivida	71,01	0,7341	96,61	0,723	28.929	7,37	8,20
Cruzeiro do Iguaçu	61,31	0,6609	94,59	0,709	25.961	7,50	12,74
Dois Vizinhos	77,66	0,7524	95,79	0,767	37.879	5,72	6,52
Enéias Marques	34,84	0,6988	97,61	0,752	37.999	6,01	8,77
Flor da Serra do Sul	34,79	0,6802	97,97	0,682	24.763	7,75	11,08
Francisco Beltrão	85,44	0,7251	96,69	0,774	37.694	5,58	5,68
Honório Serpa	33,38	0,6550	98,02	0,683	33.598	3,20	9,39
Itapejara d'Oeste	66,35	0,7158	97,56	0,731	45.479	8,20	7,32
Manfrinópolis	20,85	0,6403	97,75	0,645	19.311	9,09	14,60
Mangueirinha	49,24	0,6450	94,79	0,688	76.172	6,61	9,45
Mariópolis	71,30	0,6704	94,98	0,698	34.624	8,50	7,57

Marmeleiro	63,48	0,6923	95,87	0,722	29.491	6,65	8,37
Nova Esperança do Sudoeste	34,21	0,6352	97,60	0,714	21.013	7,51	9,16
Nova Prata do Iguaçu	58,47	0,6893	96,23	0,716	29.802	6,54	10,19
Palmas	92,79	0,5716	95,18	0,660	22.524	6,39	9,31
Pato Branco	94,09	0,7990	96,63	0,782	44.591	6,33	4,23
Pérola do Oeste	47,14	0,6838	99,09	0,726	23.334	7,49	9,73
Pinhal de São Bento	44,42	0,6148	98,42	0,695	18.126	9,54	8,85
Planalto	44,44	0,6891	98,66	0,706	22.378	8,80	9,39
Pranchita	64,05	0,6583	96,00	0,752	40.303	7,66	9,45
Renascença	51,16	0,7024	96,60	0,733	37.999	8,80	9,71
Realeza	72,20	0,7290	96,83	0,722	33.769	7,22	7,87
Salgado Filho	51,19	0,6770	96,99	0,700	24.767	7,34	10,81
Salto do Lontra	54,28	0,6445	97,77	0,718	25.311	6,60	9,73
Santo Antônio do Sudoeste	72,57	0,6925	96,56	0,671	25.160	6,88	11,66
São João	63,54	0,7590	96,81	0,727	63.700	8,64	7,63
São Jorge d'Oeste	57,39	0,7067	95,80	0,722	26.562	8,60	7,27
Santa Izabel do Oeste	56,51	0,6834	95,69	0,696	21.724	5,58	9,78

Saudade do Iguaçu	49,78	0,7767	95,33	0,699	167.067	8,61	8,26
Sulina	40,95	0,6825	95,65	0,693	29.236	7,91	8,41
Vitorino	61,23	0,7059	97,16	0,702	44.711	7,19	5,70
Verê	41,65	0,7117	97,90	0,720	34.329	8,44	10,77

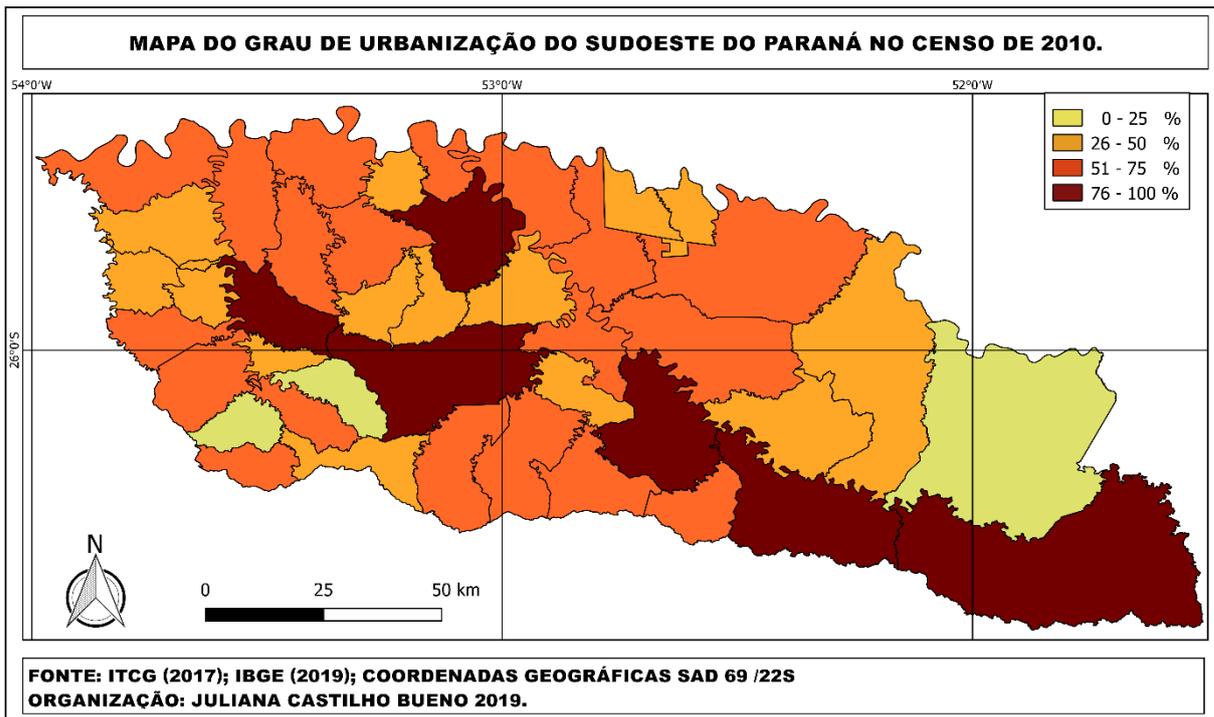
Fonte: IPARDES/IBGE/SESA - PR (2019).

Fazendo uso do Quadro 13 e da metodologia comparativa, foram construídos mapas para cada um dos indicadores visando compará-los a média paranaense.

### 5.3.1 Indicadores da região Sudoeste

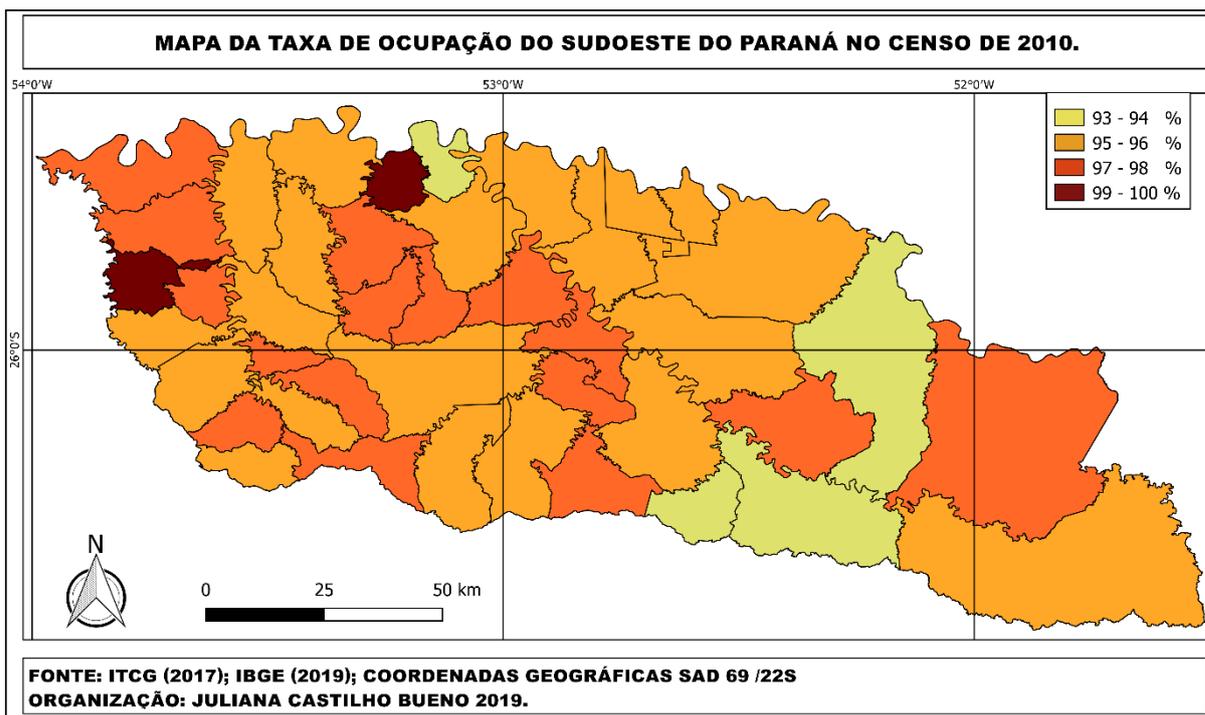
Fazendo uso dos indicadores, primeiramente, foi elaborado o mapa referente a cada um deles no período levantado, para posteriormente, ser possível realizar uma análise específica da região, com cada um dos indicadores. Iniciando com o Grau de Urbanização, disposto na Figura 30, observa-se que as regiões mais antigas dispõem de porcentagem maior nesse indicador.

**Figura 30 - Mapa do Grau de Urbanização do Sudoeste do Paraná no censo de 2010.**



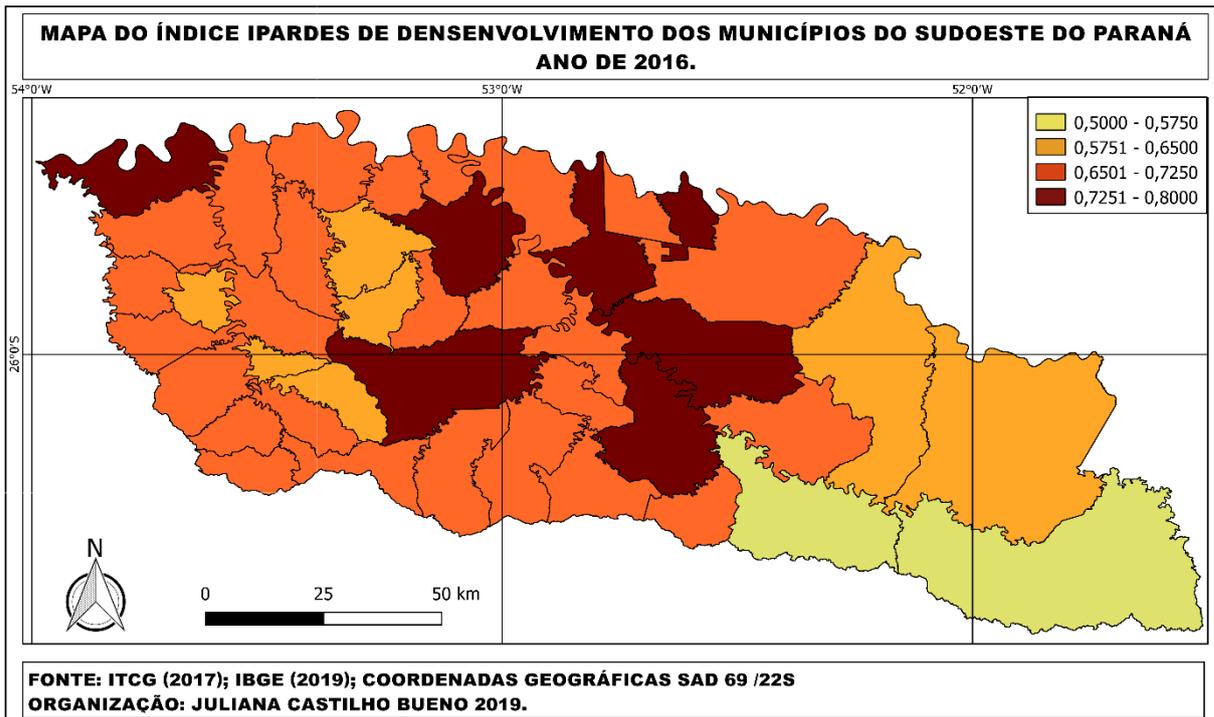
Seguindo na análise dos indicadores, a Figura 31, se debruça no que diz respeito a Taxa de Ocupação, onde percebe-se que duas localidades se destacam por apresentarem valores mais próximos de 100%, sendo elas, Planalto e Pérola do Oeste. Coincidentemente, com os dados do censo de 2010, no que se refere a Grau de Urbanização e Taxa de Ocupação, percebe-se que, as duas localidades com maior taxa de Ocupação (Figura 31), são as que apresentam o menor grau de Urbanização (Figura 30). Portanto, são cidades que ainda dominam o trabalho no campo e a extração de pinhão sendo, conseqüentemente, a fonte de renda da localidade.

**Figura 31 - Mapa da Taxa de Ocupação do Sudoeste do Paraná no Censo de 2010.**



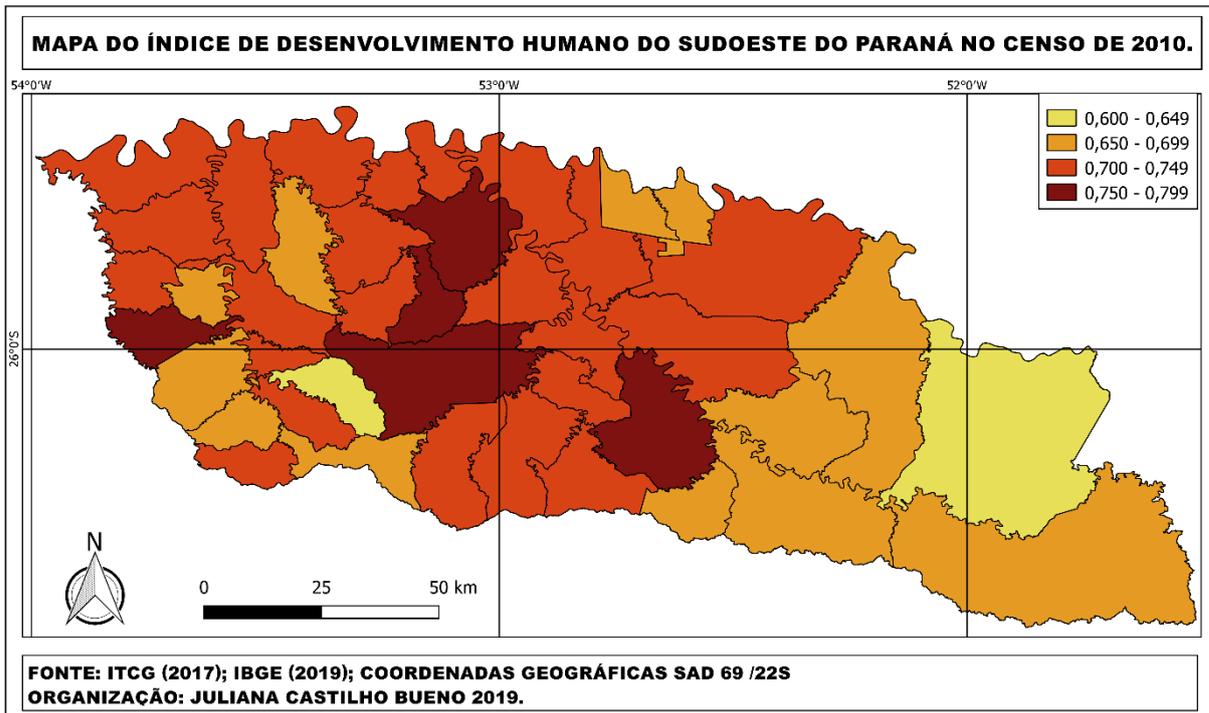
No que se refere ao IPDM, apresentado na Figura 32, observa-se que estão concentrados no meio da região, com a exceção de Capanema, que faz parte do território de preservação ambiental do rio Iguçu e se beneficia de renda vinda do turismo. Tal fator alavanca o IPDM da localidade.

**Figura 32 - Mapa do Índice IparDES de Desenvolvimento dos Municípios do Sudoeste do Paraná ano de 2016.**



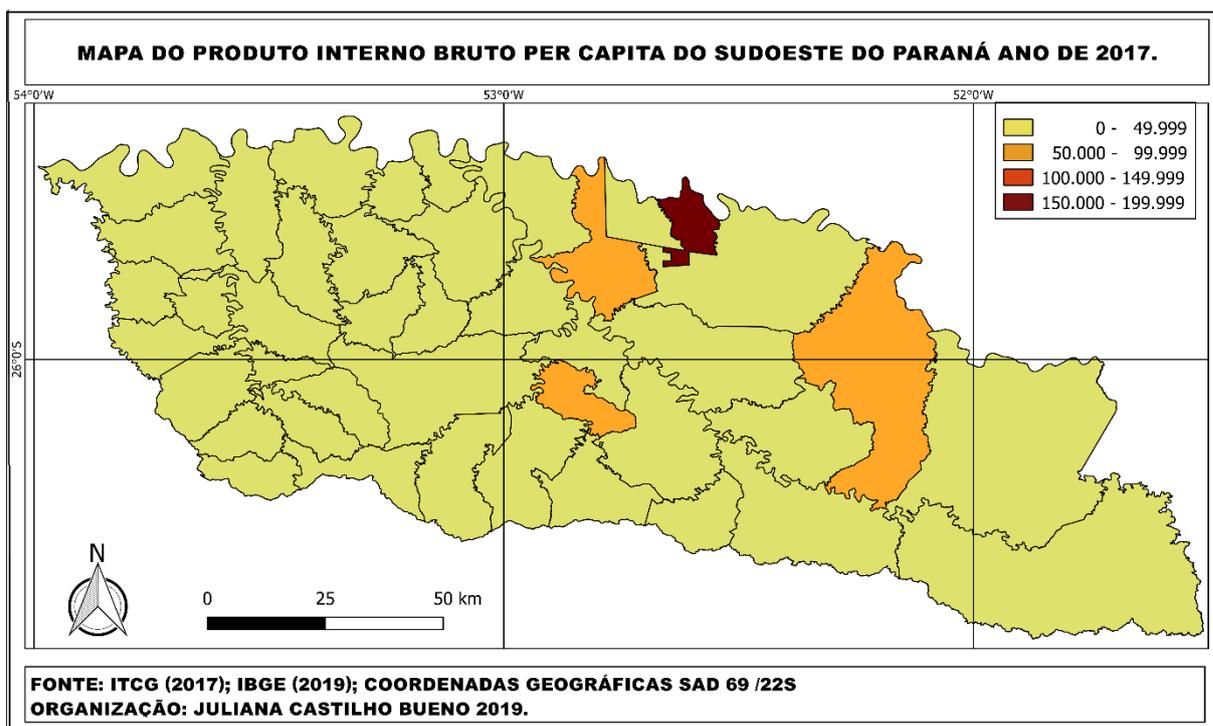
No que se refere ao IDH, conforme Figura 33, a região apresenta uma concentração de altos valores no centro da região, envolvendo Pato Branco e Francisco Beltrão e suas proximidades. Verifica-se também, que a antiga área da região, com vegetação nativa de campos, onde houveram as primeiras levas de ocupação, apresentam os menores valores.

**Figura 33 - Mapa do Índice de Desenvolvimento Humano do Sudoeste do Paraná no censo de 2010.**



Em análise a Figura 34, surpreende-se que municípios e pequenas cidades terão destaque no PIB per Capita.

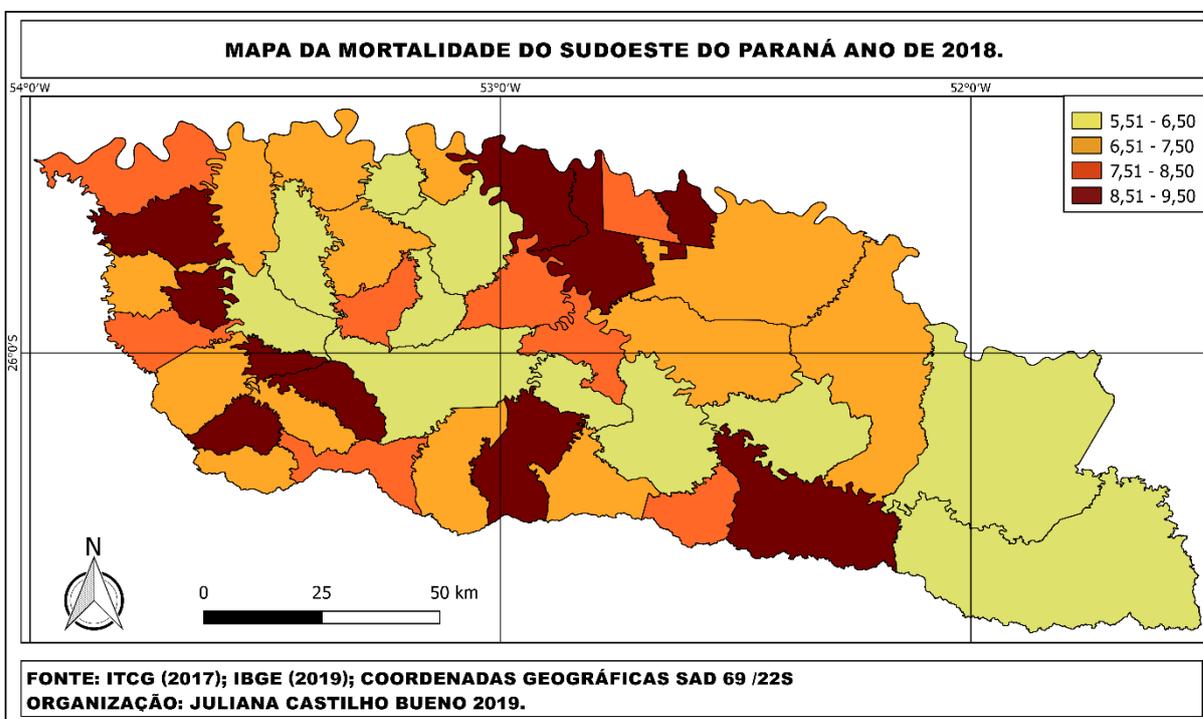
**Figura 34 - Mapa do Produto Interno Bruto per Capita do Sudoeste do Paraná ano de 2017.**



Percebe-se, na Figura 34, que apenas 4 das 42 localidades apresentam PIB per Capita maior de 50 mil. As localidades de São João, Mangueirinha e Bom Sucesso do Sul estão entre 50 e 100 mil, e com maior destaque Saudade do Iguaçu, com valor 150 e 200 mil. É importante salientar que o PBI máscara a distribuição de renda de um local, exatamente pelo fato do capital gerado no local, não necessariamente, pertencer a localidade.

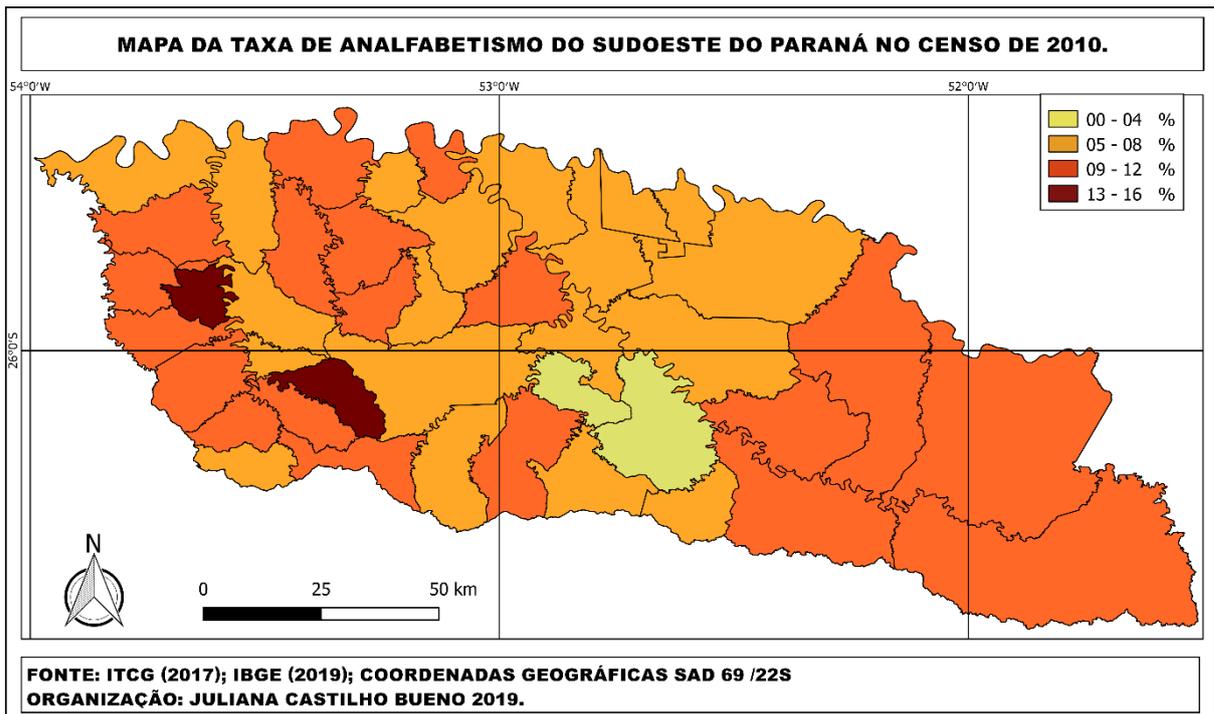
Já na Figura 35 é retratada a região quanto a Taxa de Mortalidade. Correspondendo cada mil habitantes, verifica-se que os menores índices são encontrados no centro da região, já no que diz respeito aos piores valores, estes estão concentrados nas áreas fronteiriças.

**Figura 35 - Mapa da Taxa de Mortalidade do Sudoeste do Paraná ano de 2018.**



A Figura 36, por sua vez, apresenta os valores referentes a Taxa de Analfabetismo. Observa-se que apenas Pato Branco e Bom Sucesso do Sul encontram-se com menos de 4% da população analfabeta. É importante considerar, como já foi retratado nesta pesquisa, que Pato Branco tornou-se um polo tecnológico e universitário. Nesse sentido, acredita-se que pela proximidade de ambas localidades, Bom Sucesso do Sul abrigue muitos estudantes, oferecendo-lhes condições de vida mais acessíveis.

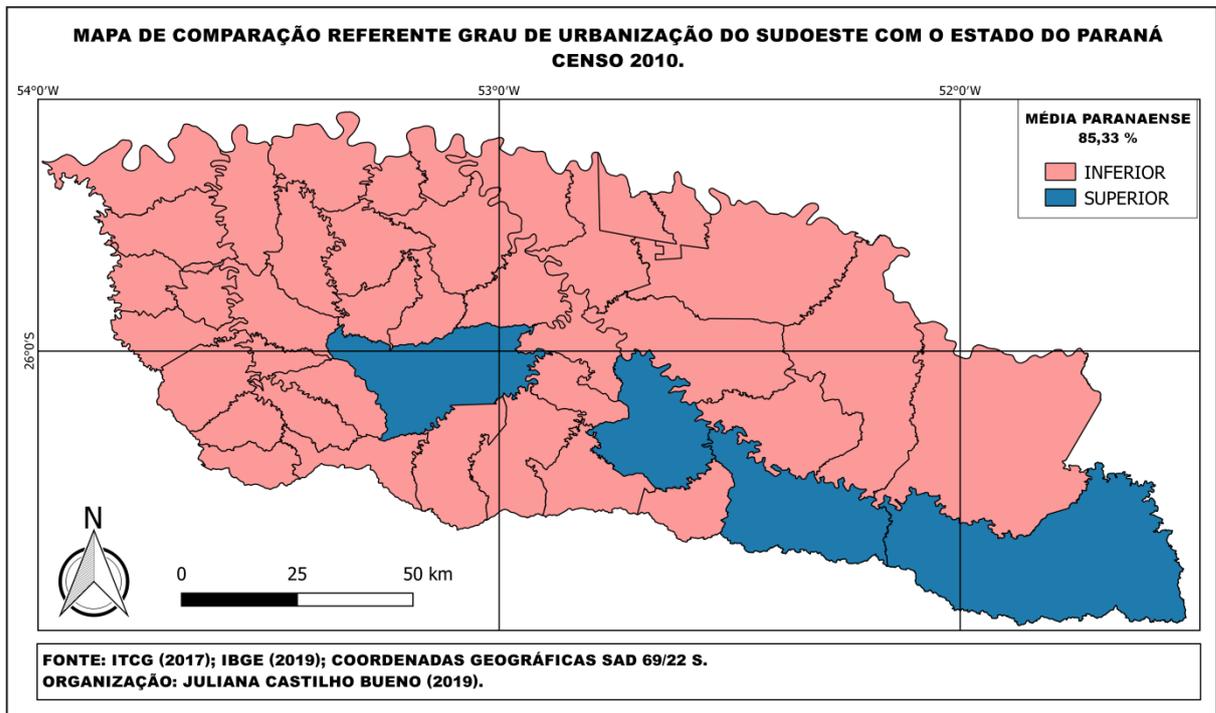
**Figura 36 - Mapa da Taxa de Analfabetismo do Sudoeste do Paraná no censo de 2010.**



### 5.3.2 Indicadores da região Sudoeste em comparação com a média paranaense

O primeiro dos indicadores a ser analisado refere-se ao Grau Urbanização. Apresentado em porcentagem, a média do Paraná é de 85,33% e a região Sudoeste configurou-se de maneira que pode ser observado na Figura 37.

**Figura 37** - Mapa de comparação referente ao Grau de Urbanização do Sudoeste com o Estado do Paraná no censo de 2010.

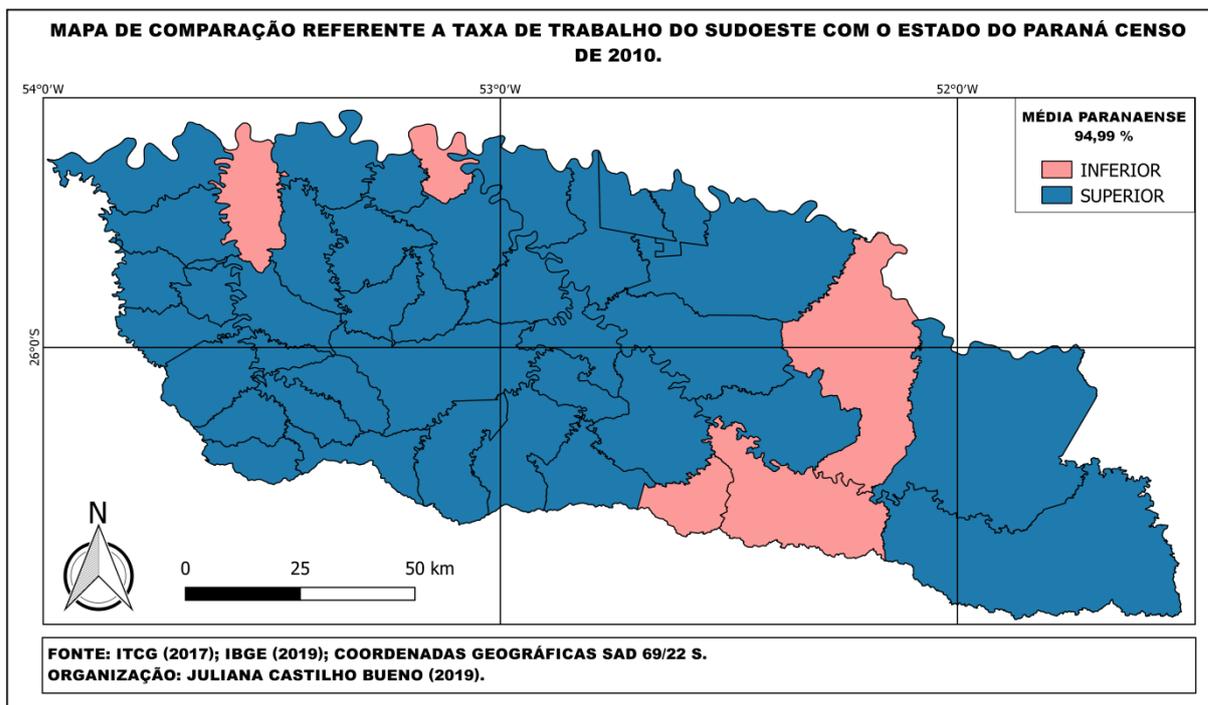


É possível perceber na Figura 37 que fica apenas com Grau de Urbanização superior à média do estado as localidades de Clevelândia, Palmas, Francisco Beltrão e Pato Branco. Aos dois primeiros compreendem os primeiros territórios colonizados da região, além de estarem num relevo com altitudes elevadas e íngremes. O clima também não é considerado favorável para a realização da agricultura, portanto, restam a essas localidades o desenvolvimento de atividades urbanas como forma de geração de renda e sobrevivência.

Francisco Beltrão e Pato Branco, por sua vez, já retratadas no presente trabalho, são classificadas como médias cidades. Apresentando nível superior à média do estado, a fonte de trabalho está associada aos desenvolvimentos do espaço urbano que visa abrigar o capital e alcançar os objetivos de lucros do mesmo. A cidade de Pato Branco, por exemplo, tende a um processo de urbanização tão intenso, apresentando o grau de 94,09%, tal que as vias que levam do espaço urbano ao espaço rural, denominadas na região como linhas, são também asfaltadas, facilitando o acesso dos moradores.

Outro indicador com índice interessante mostrando saldos positivos para a região é a Taxa de Trabalho. Considerando a média paranaense de 94,99% a maneira em que o Sudoeste se apresenta pode ser visualizado na Figura 38.

**Figura 38** - Mapa de comparação referente a Taxa de Trabalho do Sudoeste com o Estado do Paraná censo de 2010.



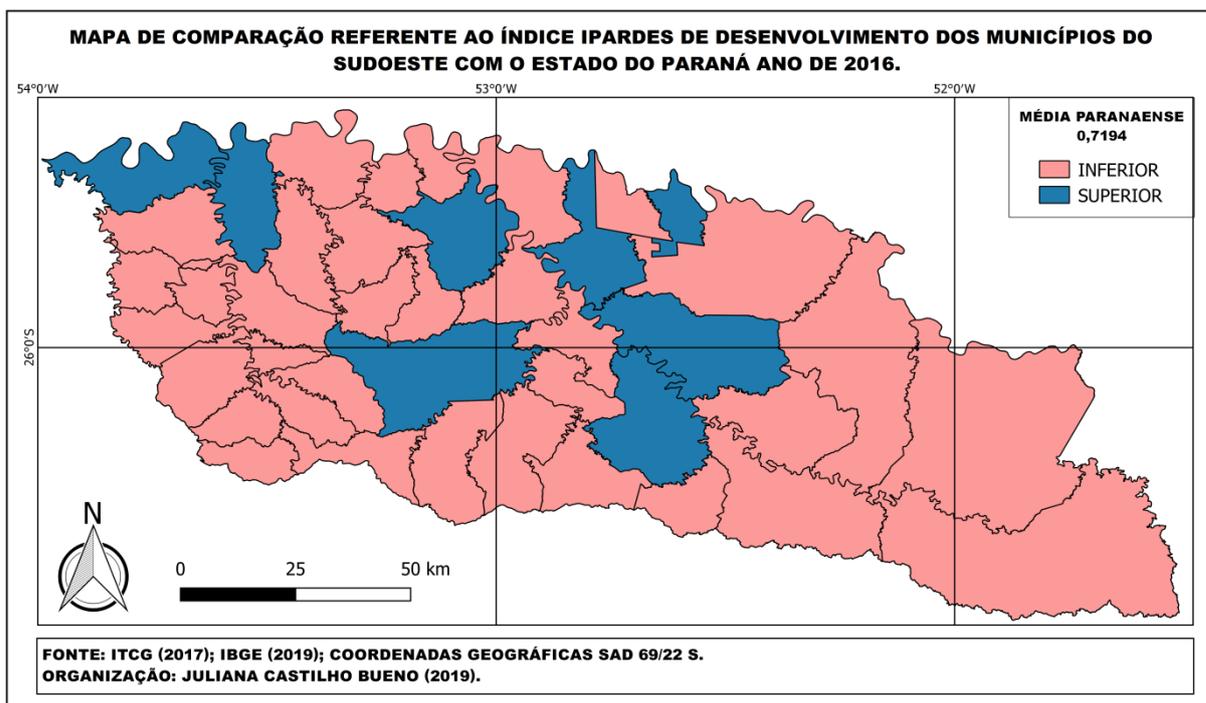
Observando o Quadro 12 que retrata as porcentagens populacionais nas mesorregiões paranaenses a Figura 38 que apresenta a taxa de trabalho, conclui-se que, o fato de apresentar uma taxa de trabalho elevada, é um dos fatores que atraem população, como já comentado. Percebe-se que apenas 5 das 42 localidades presentes apresentam valores inferiores à média. A busca por trabalho e qualidade de vida é o fator principal para a movimentação populacional.

A Figura 11 apresenta informações gerais do estado quanto ao Índice Iparades de Desenvolvimento Municipal. Neste, verifica-se que apenas 3 enquadram-se no nível médio baixo, os outros 39 classificam-se como médio.

É de relevância ressaltar, que Índice Iparades de Desenvolvimento dos Municípios e Índice de Desenvolvimento Humano variam de 0,0 a 1,0.

Com a elaboração do mapa retratando a comparação da média paranaense do Índice Iparades, nesse caso 0,7194, com a região, conforme Figura 39, observamos que, neste caso, a região ainda tem muito a evoluir, porque apenas 8 localidades tiveram seus IPDM superiores.

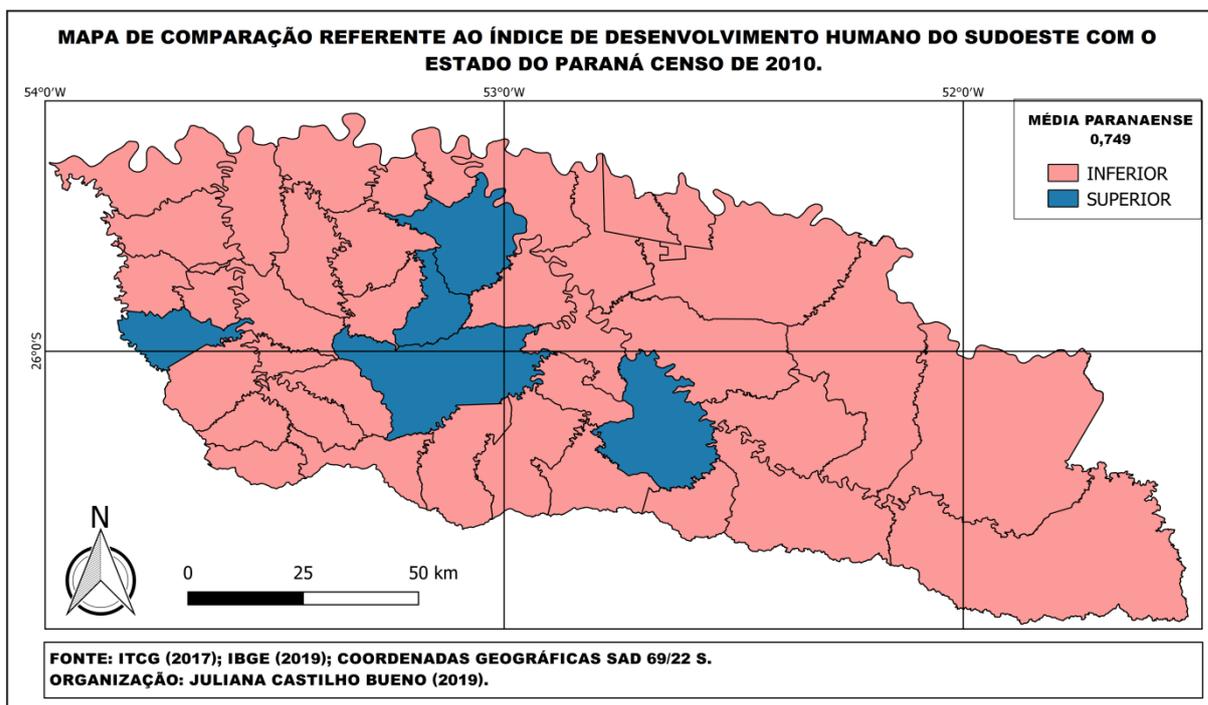
**Figura 39** - Mapa de comparação referente ao Índice Iparades de Desenvolvimento dos Municípios do Sudoeste com o estado do Paraná ano de 2016.



Observando analiticamente os resultados da Figura 39, percebe-se que os índices superiores se concentram no interior da região. As localidades de fronteira com a Argentina ou na divisão com o estado de Santa Catarina apresentam valores inferiores.

Aproveitando o uso do indicador desenvolvido pelo Iparades, uma medida do próprio estado do Paraná, também foi de grande relevância apresentar os dados do Índice de Desenvolvimento Humano. Com média do estado de 0,749 no censo de 2010, a Figura 40, auxilia a percepção quanto aos valores de IDH dos municípios da referida região.

**Figura 40** - Mapa de comparação referente ao Índice de Desenvolvimento Humano do Sudoeste com o estado do Paraná censo de 2010.



Em análise a Figura 40, percebe-se que apenas 5 localidades apresentam médias de IDH superiores ao valor médio estadual. E novamente, assim como o IPDM apresentado na Figura 32, embora retratado em um período diferente, observa-se que as localidades com valores superiores encontram-se, quase que de forma unânime, na parte central da região.

Os valores de IDH comparado a média estadual apresentaram-se muito baixos, foi de grande relevância realizar uma análise específica de tal indicador.

Observando de forma gradativa o IDH da região, há uma concentração dos piores valores onde foram as primeiras levas de colonização. Comparando a Figura 32 com a 22, verifica - se que 7 dos 12 municípios criados na década de 1990 apresentam os menores valores de IDH do Sudoeste.

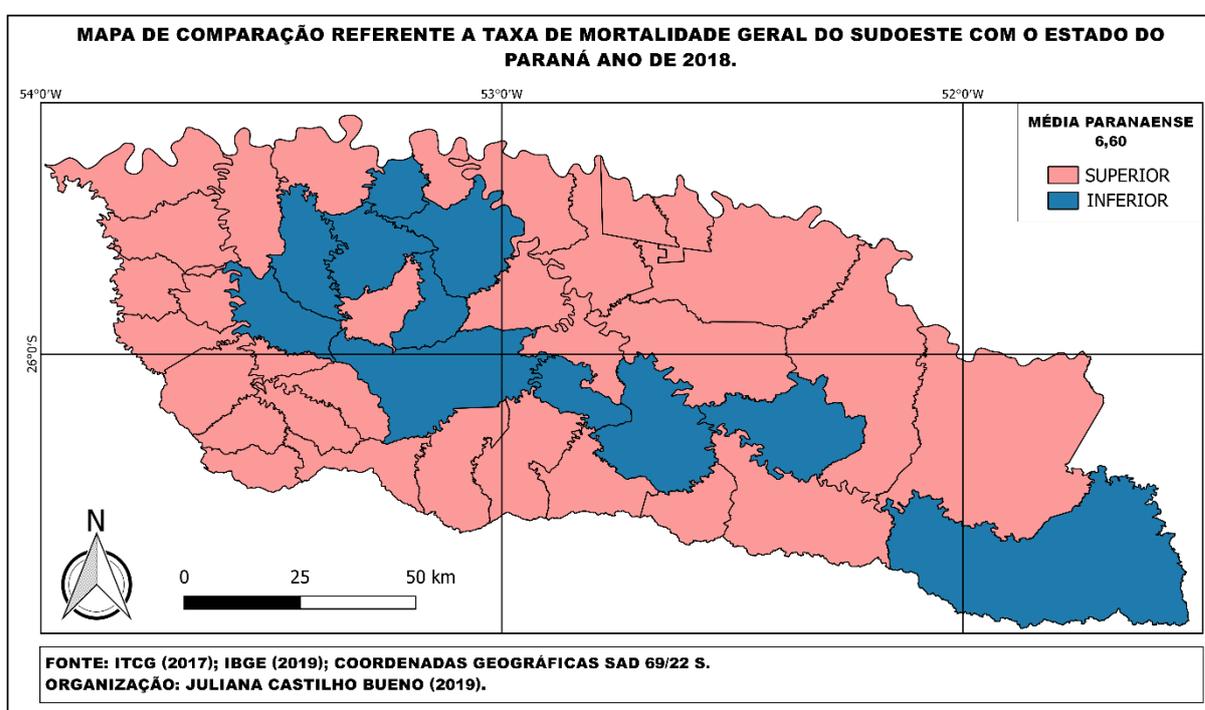
Para a compreensão da qualidade de vida, também foram selecionados os indicadores de Mortalidade Geral e Taxa de Analfabetismo. Sendo assim ambos são expostos, respectivamente, nas Figuras 41 e 42.

Para a Taxa de Analfabetismo e Mortalidade Geral, quanto menor os valores apresentados, melhores se enquadram as localidades, portanto, melhor a qualidade de vida.

No que diz respeito à Taxa de Mortalidade Geral em 2018, (Figura 41), apenas 11 localidades do Sudoeste apresentaram valores menores que 6,60 a cada mil pessoas. Nessa observação, averiguou-se que 31 apresentaram mais mortes que a média paranaense, correspondendo a 73,80 % da região.

Analisando visualmente a Figura 41, percebe-se novamente que as localidades positivas encontram-se no interior do Sudoeste, portanto sem conflitos fronteiriços e nas proximidades das médias cidades.

**Figura 41 -** Mapa de comparação referente à Taxa de Mortalidade geral do Sudoeste com o estado do Paraná ano de 2018.

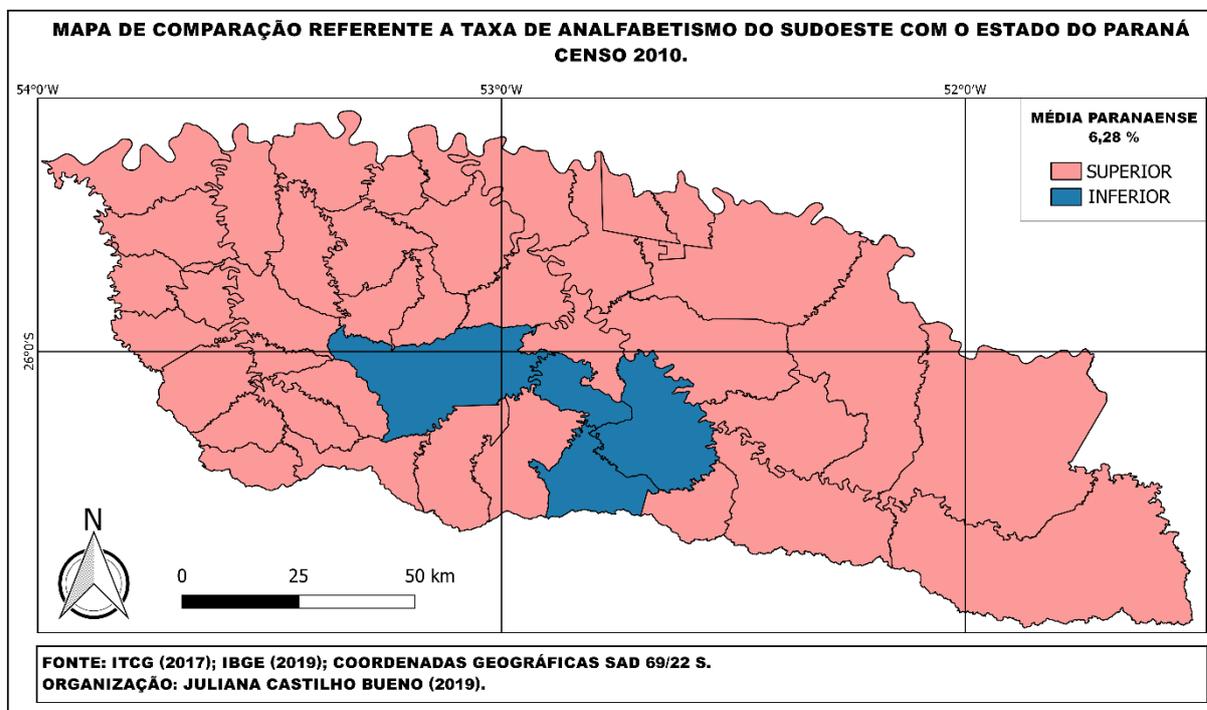


Levando em consideração a Taxa de Analfabetismo de acordo com o censo de 2010, e atribuindo a média paranaense de 6,28%, observa-se para a Mesorregião Sudoeste, uma configuração preocupante apresentada na Figura 41, no qual apenas 4 localidades apresentam a taxa menor que a do estado. Francisco Beltrão, Pato Branco, Vitorino e Bom Sucesso do Sul correspondem a apenas 9,52 % da região.

Analisar o indicador de analfabetismo da população é compreender como se comporta intelectualmente um determinado espaço. Constata-se que a região apresenta mais de 90% de suas localidades com as taxas piores que as do estado, compreende-se que a referida pode não ser foco de trabalho intelectual, apenas

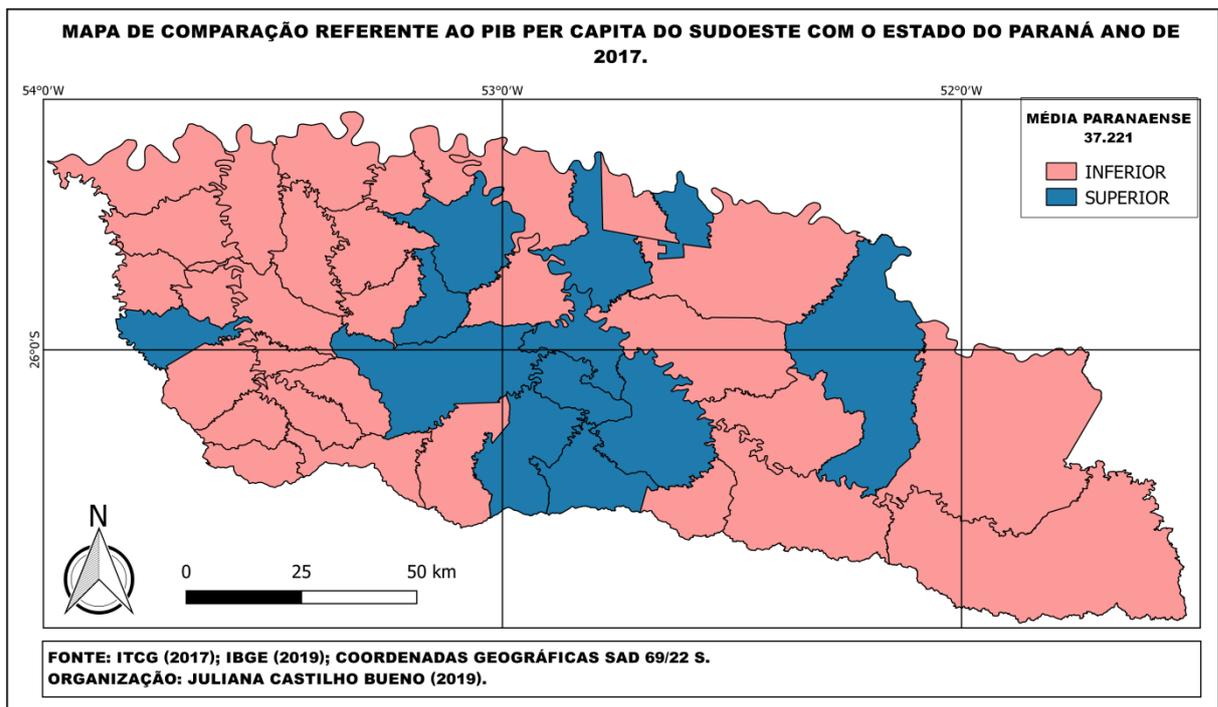
desenvolvimento de trabalho com características físicas, ou empresas que se instalam na localidade e trazem para ali sua mão de obra intelectual.

**Figura 42 - Mapa de Comparação referente a taxa de analfabetismo do Sudoeste com o estado do Paraná censo de 2010.**



Nesse sentido ao ser observado o PIB per Capita do Sudoeste no ano de 2017, verifica-se que alguns municípios esporádicos apresentam valores maiores que a média estadual, observado na Figura 43.

**Figura 43** - Mapa de comparação referente ao PIB per Capita do Sudoeste com o estado do Paraná ano de 2017.



Considerando o valor do Produto Interno Bruto per Capita, é de relevância salientar sobre o diferencial em alguns municípios que apresentam valores superiores, porém problemas nos outros indicadores selecionados. Um exemplo é município de Saudade do Iguaçu, que recebe em seu território a Usina Hidroelétrica de Salto Santiago. Esta usina pertence à ENGIE, empresa multinacional, formada por um grupo de empresários dos países baixos.

Saudade do Iguaçu tem o maior PIB per capita da região, com um valor de 167.067, é importante salientar que é um dos maiores do Paraná. O lucro e o alto Produto Interno Bruto (PIB) que ali é gerado volta para os países de origem da empresa e o que resta ao município são as consequências dos impactos sobre a paisagem, a fauna e a flora daquela localidade. A pesca de lambari é uma demonstração das consequências de alteração na diversidade.

### 5.3.3 Aspectos físicos e culturais da Guerra do Contestado

Com base no questionário realizado e de acordo com a metodologia, foi elaborado o Quadro 14. Nele foram desprezados os municípios que não apresentaram nenhum dos equipamentos culturais selecionados.

**Quadro 14 - Equipamentos culturais dos municípios.**

Município	EQUIPAMENTOS CULTURAIS				
	Museu	Centro de Cultura	Grupos Folclóricos	Tiro de Guerra	Atividades relacionadas à Guerra do Contestado
Barracão	2		1		
Bela Vista do Caroba		1			
Capanema	2	3	1		
Chopinzinho	1				
Clevelândia	2	1			
Coronel Vivida		2	1		
Dois Vizinhos		2	1		
Francisco Beltrão	1	2	1	1	1
Itapejara d'Oeste		1			
Mariópolis		2	1		
Marmeleiro		1			
Palmas	1	1			
Pato Branco	1	1	1		1
Pérola do Oeste		1			
Pinhal de São Bento	1		1		

Fonte: IBGE (2019).

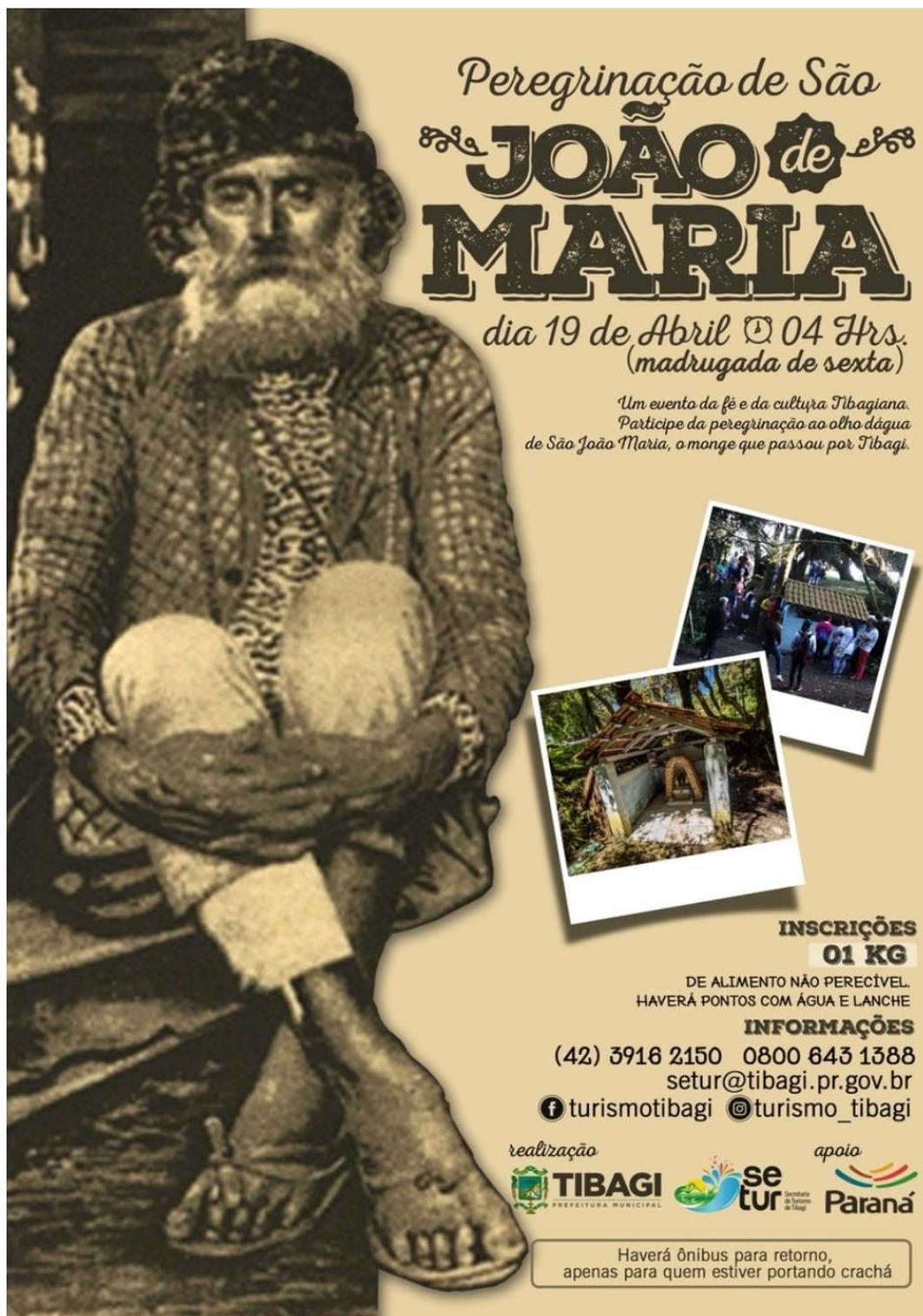
De acordo com os aspectos físicos culturais, percebe-se que apesar da região ser formada, principalmente, por movimentos sociais, em muitas das localidades não apresentam nenhuma lembrança nesse sentido. Apenas 8 dos 42 municípios apresentam museus e somente em Pato Branco e Francisco Beltrão existem

recordações que envolvem a Guerra do Contestado ou a Revolta dos Posseiros. Francisco Beltrão teve na época da Guerra a criação do Quartel que funciona até os dias atuais.

O que mais se apresenta na região são grupos folclóricos, em maior quantidade, de gaúchos, que se desenvolvem os chamados CTG's.

Na região existe uma importante caminhada influenciada pelas cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão, em homenagem ao monge João Maria, o líder da Guerra do Contestado. Essa caminhada tem extensão de cerca de 15,7 Km. Saindo de Mangueirinha, e fazendo pontos nos quais tiveram influências do monge para a região. Na Figura 44 pode ser observado o folder de convite a caminhada de peregrinação.

Figura 44 - Folder da Caminhada de Peregrinação do Monge João Maria.



*Peregrinação de São*  
**JOÃO de**  
**MARIA**

*dia 19 de Abril 04 Hrs.  
(madrugada de sexta)*

*Um evento da fé e da cultura Tibagiana.  
Participe da peregrinação ao olho d'água  
de São João Maria, o monge que passou por Tibagi.*

**INSCRIÇÕES**  
**01 KG**  
DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL.  
HAVERÁ PONTOS COM ÁGUA E LANCHE

**INFORMAÇÕES**  
(42) 3916 2150 0800 643 1388  
setur@tibagi.pr.gov.br  
f turismotibagi @turismo\_tibagi

realização **TIBAGI** PREFEITURA MUNICIPAL **se tur** Secretaria de Turismo de Tibagi **Paraná** apoio

Haverá ônibus para retorno,  
apenas para quem estiver portando crachá

Fonte: Prefeitura de Mangueirinha (2019).

É importante salientar, que mesmo tendo apresentado poucos aspectos concretos dos elementos culturais dos contextos de formação territorial e dos movimentos sociais, a região tem inúmeras influências desde nomes das localidades, até mesmo a estrutura fundiária.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar que a região Sudoeste foi recentemente incorporada ao território paranaense e brasileiro, diante de movimentos sociais, que por sua vez também influenciaram nos desenvolvimentos dos municípios e das cidades.

O Sudoeste passou por vários conflitos para se estabelecer como é conhecido. Dentre eles a Guerra do Contestado e a Revolta dos Posseiros fizeram parte de momentos conflituosos, desgastantes, porém cruciais para sua formação. Conclui-se que os movimentos sociais influenciaram na formação e nos desmembramentos de localidades da região.

Os processos de emancipações/desmembramentos passaram no decorrer dos anos por diversas mudanças e tendo como alicerce do tempo, espaço e contexto no qual estão inseridos. A região Sudoeste é atingida por esses processos que resulta de interesses políticos, econômicos e culturais, advindos de novas leis constitucionais. Nesse sentido, entender os processos de emancipação, vai além do simples aspecto visual de desmembramentos, mas de todos os fatores que naquele contexto estão inseridos.

Trata-se de uma região onde predominam as pequenas localidades. Algumas, como foi possível apreender com esse trabalho, possuem atributos que objetivamente permitem que sejam consideradas como cidades, ainda que pequenas. Outras localidades não alcançam o que seria a complexidade mínima, mas são relevantes pontos de apoio para a população nelas residentes, ainda que sejam apenas sedes dos municípios. Foi preciso adequar os critérios do modo como foi utilizado em outros estudos similares para que eles fossem ajustados para a região. Dessa forma, conseguimos chegar a resultados para análise.

Segundo a frase de Santos (1991): “A guerra dos lugares”, em seu livro: “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, ao analisar um dos casos acima apresentados, fica claro que os aspectos naturais do território foram capazes de atrair as consequências dos impactos sobre a paisagem, a fauna e a flora de determinadas localidades.

Na história, os períodos de maior riqueza artística e intelectual expressam a ideia de coletividade e se configuram em movimentos. O valor desses períodos não se deve a um só artista ou cientista, mas justamente porque reuniu vários deles. O que há de melhor é produzido coletivamente e é produto da interação social.

Expressam a sinergia, que é mais do que os esforços individuais, mais do que a mera soma das partes. A soma delas cria algo diferente e superior as suas somas individuais. (ENDLICH, 2017)

Com um olhar sobre a pequena cidade, percebemos a perda populacional para outras cidades que oferecem maiores diversidades em trabalho, moradia, necessidades básicas, dentre outros.

Segundo Ricardo Abramovay (1992), o camponês tem papel de grande importância devido a sua agricultura familiar realizada em pequenas propriedades, o que proporciona para a localidade, diversidade e oportunidade de abastecimento de localidades próximas, auxiliando assim no desenvolvimento econômico. Quando analisamos grande parte da região percebemos que se enquadraram como pequena propriedade devido a existência de regiões de matas.

Quanto aos dados analisados, espera-se que aqueles que apresentam de forma quantitativa números superiores ou melhores, apresentem uma qualidade que correspondam aos seus dados. Entretanto, através de trabalhos como este, é possível romper com estereótipos e observar que, muitas vezes, o pequeno apresenta nível qualitativo superior.

De acordo com os resultados é possível perceber que as localidades do Sudoeste, região conhecida como Contestado paranaense, tem uma média de população inferior ao estado. Apenas 4, dos 42, estão acima da média estadual de 26.176 (vinte e seis mil, cento e setenta e seis) habitantes aproximadamente. Nessas 4 cidades, 2 são médias cidades, sendo elas: Francisco Beltrão e Pato Branco. No entanto, estas duas cidades estão em grande destaque no Paraná de polos atrativos populacionais, segundo dados do IBGE (2019). Pato Branco é a 4ª cidade do estado que mais atrai população. Já as outras duas, Palmas e Dois Vizinhos, são classificadas como pequenas cidades, mas que também possuem um raio atrativo muito grande, tal que as localidades a sua volta compreendem também um percentual de crescimento, conforme retratado na Figura 22.

Outro fator observado nos resultados é o número maior de formação de municípios que ocorrem nas regiões de fronteiras, como por exemplo, o antigo município de Crevelândia. Sobre seu território foram criadas 32 localidades, diferente de Mangueirinha com 8 e Palmas 2. Este fato pode estar correlacionado pela defesa de território, ou seja, a necessidade de desmembramento para que ocorra uma administração política concentrada.

É importante observar que grande parte das localidades mantém relação ao contexto da Guerra do Contestado, sejam na origem de quartéis ou colônias militares da própria região de disputa ou nos nomes das mesmas, sendo elas, de pessoas que estiveram ligadas ao conflito.

Diante dos resultados, era esperado encontrar nessa região uma quantidade maior de municípios do que cidades, sendo assim, foram classificados 21 municípios, 19 pequenas cidades e apenas 2 médias cidades que ultrapassaram a média de 50 mil habitantes e 800 estabelecimentos.

Em análise aos municípios, percebe-se que do total de 21, 12 foram emancipados apenas na década de 1990, sendo assim considerados municípios recentes. Essas emancipações podem estar relacionadas ao movimento social e que trouxe uma configuração territorial diferenciada para a região, sendo constituída em pequenas propriedades, que favorecem o trabalho familiar. Dentre a classe dos municípios e pequenas cidades foi realizada uma análise do aspecto populacional e selecionado dessa categoria a que mais perde e a que mais ganha população.

Um fator preocupante que envolvem os municípios do Sudoeste é o índice populacional negativo, pois, dos 21 municípios, 12 perdem população, como podemos visualizar na Figura 20. Este é um fator que precisa de atenção, pois, localidades identificadas apenas como municípios, já apresentam baixos números de habitantes e tendem a apresentar menos ainda, o que podem ocasionar problemas com relação a receitas e tributos. Esses tipos de problemas é que podem pôr em risco a autonomia dos municípios.

Devido a esse fato, em pesquisas realizadas no decorrer deste trabalho, podemos perceber que lideranças políticas das localidades estão em constantes busca por parcerias com empresas para se instalarem nos municípios, com intuito de atrair ou pelo menos manter os habitantes que ali estão. Como já mencionado anteriormente, trata-se de um pertencimento local que permeia aquela territorialidade. Como é o caso das médias cidades de Pato Branco e Francisco Beltrão, que tem como principal feito, atrair população para trabalhar ou estudar em seu território e se destacam tanto como as grandes cidades paranaenses, como visto na Figura 10. Sendo assim, as médias cidades acabam, neste contexto, auxiliando ao desenvolvimento das pequenas cidades ou apenas municípios que estão nas proximidades, sendo estes utilizados como locais de moradias e acesso a elas.

A utilização de índices busca trazer ao trabalho um fator comparativo com base em uma pesquisa quantitativa aliada a um desenvolvimento e análise qualitativa. Nesse sentido a seleção de dos índices proporcionou uma visão detalhada da região. Iniciando com o Grau de Urbanização, percebe-se que por um contexto geomorfológico as regiões que primeiramente foram habitadas, como Palmas, terá um grau maior. Também devemos considerar que a colônia militar do Bom Retiro, onde se encontra a atual cidade de Pato Branco e suas redondezas também, por terem maior concentração de pessoas, adquirem um grau maior.

De forma positiva a Taxa de Trabalho da região apresenta-se com 90,47% das localidades acima da média estadual. O IPDM que apresenta uma seleção dos Indicadores de renda, educação e saúde, apresenta alguns municípios com valores superiores mais concentrados no centro da região. Apenas 19,04 % das localidades encontram-se com valores superiores à média. O mesmo acontece com o IDH, que analisa PIB, Taxa de Analfabetismo e Expectativa de Vida, neste apenas 11,90 % estão acima da média do estado, ou seja, apenas 5 das 42 localidades.

Na Figura 33 observa-se que os melhores valores de IDH estão concentrados, novamente, no centro da região, e os valores inferiores estão, na grande maioria, nas regiões de fronteiras. Estas mesmas regiões também apresentam problemas quanto as Taxas de Mortalidade, sendo nelas expressas os valores superiores, o que podem estar atreladas a inúmeros problemas, desde o próprio fato de serem fronteiras e estarem em contato estrangeiros, e ao próprio descaso governamental para questões básicas de vida.

É importante destacar neste momento, o fato de que os valores que vem para o município estão associados aos números de habitantes e não a extensão territorial, portanto, muitos destas localidades apresentam problemas para dar conta das necessidades básicas de seus moradores.

A Taxa de Analfabetismo, encontra-se com apenas 9,52 % das localidades superiores à média estadual. Este é um fator que se deve uma atenção especial, principalmente, porque na região os moradores estarão sendo aliados a forças de trabalho braçal e não intelectual.

No que se refere ao PIB per Capita, o resultado é o aparecimento de algumas localidades não vistas anteriormente. Isso é resultado de serem palco para atuação de empresas estrangeiras, no qual fazem uso do território e por fim, resta à localidade, apenas o ônus desse processo.

É importante salientar que em todos os índices comparativos à média do Paraná, Pato Branco e Francisco Beltrão apareceram com valores melhores que a média. Apesar das outras localidades oscilarem com valores positivos ou negativos no objetivo de comparação, apenas as duas referidas não oscilaram.

Quanto às heranças deixadas pelos movimentos sociais na região, percebe-se a necessidade do desenvolvimento de uma materialidade Geográfica e Historiográfica, na qual venham contribuir para que, na região possam permanecer aspectos físicos da cultura desenvolvidos pelas próprias localidades. Assim, isso irá favorecer que estas se identifiquem como parte desse contexto e parte dos movimentos que deram origem e moldaram a região como atualmente ela é, afinal a territorialidade do Sudoeste do Paraná é única.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

ALMEIDA, Ana Claudia da Silva. A Colonização do Território Paranaense e o Dinamismo dos Municípios da Frente Norte. Revista: **GEOMAE**. Campo Mourão, PR, 2016. v.7, n.1 p. 9 – 20.

AMÂNCIO, S. M. **Ontem, luta pela terra; hoje, monumento histórico: a revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em suas várias versões**. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2009.

BREMAEKER, F. E. J. Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. **Revista de Administração Municipal**, v. 40, n. 206, p. 88-99, jan./mar. 1993. Acesso em: 10 de Outubro de 2019.

BERNARDES, Lysia M. C. O problema das “frentes pioneiras” no estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. Ano 15, nº. 3, p. 335-84, jul./set., 1953.

BERTIN, J. **A geográfica e o tratamento gráfico da informação**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1986. 273 p.

BERTIN, J. O teste de base da representação gráfica. **Revista Brasileira de Geografia**, IBGE, Rio de Janeiro, v.42, n.1, p.160-182, 1980.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Capacitação configurando os eixos de mudança**. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.

CABRERA, R. B. A. **INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE GEOGRAFIA FÍSICA DO TERRITÓRIO PARANAENSE**. 30 f. Trabalho de PDE, Universidade Estadual de Londrina, 2013. Disponível em: <[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes\\_pde/2013/2013\\_uel\\_geo\\_pdp\\_roberto\\_braz\\_aparecido\\_cabrera.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uel_geo_pdp_roberto_braz_aparecido_cabrera.pdf)>. Acesso em: 02 de Junho de 2019.

CASARIL, Carlos Cassemiro. **FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL SUDOESTE PARANAENSE**. Editora Mercator. Fortaleza, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S198422012017000100218](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198422012017000100218)> Acesso em: 30 de Maio de 2019.

COSTA, Fabio Rodrigues. **A noção de municípios periféricos: contradições e desigualdades no Estado do Paraná**. 2013. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

CORRÊA, Roberto L. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro. Ano 32, nº. 1, p. 87-98, jan./mar., 1970 (a).

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os Estudos Sobre a Rede Urbana**. São Paulo: Ed. Bertrand Brasil, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. **Cooperações Intermunicipais: alguns aportes**. p. 25. Maringá: PGE – UEM, 2017.

FLORES, Edson L. **Industrialização e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná**. 226 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Francisco Beltrão, 2009.

FRAGA, Nilson César. **CONTESTADO: cidades, reflexos e coisificações geográficas**. Florianópolis: Ed. Insular, 2006.

\_\_\_\_\_. **TERRITÓRIOS PARANAENSES**. Florianópolis: Ed. Insular, 2011.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**. v.13, n.2, p.20-31, maio-ago, 2004.

**GUIA GEOGRÁFICO PARANÁ**. Disponível em: <http://www.guiageo-parana.com/mapas.htm>. Acesso em: 18 de Maio de 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. (p. 95 – 120).

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 10 de Maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e> Acesso em: 15 de Setembro de 2019.

**Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná**. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>. Acesso em: 10 de Maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=106>. Acesso em: 02 de Julho de 2019.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.mineropar.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=133>. Acesso em: 20 de Setembro de 2019.

**Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social**. Disponível em:

<[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=25](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=25)>. Acesso em: 15 de Maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Cadernos municipais: cadernos estatísticos** (vários municípios). Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos>. Acesso em: 01 de Março de 2019.

\_\_\_\_\_. **EVOLUÇÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA - 1940 /1999**. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/anuario\\_2004/1\\_textos/evolucao\\_politica.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/anuario_2004/1_textos/evolucao_politica.pdf)>. Acesso em: 15 de Março de 2019.

\_\_\_\_\_. **MAPAS: Base Ambiental**. Disponível em: <[http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/Cobertura%20vegetal%20nativa%20-%20Paran%C3%A1.pdf](http://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Cobertura%20vegetal%20nativa%20-%20Paran%C3%A1.pdf)>. Acesso em: 01 de Março de 2019.

KOEMAN, Cornelis. O princípio da comunicação da cartografia. In: **Cartografia: Textos selecionados de cartografia teórica**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, p. (3 – 11).

MAACK, Reinhard. **Geografia Física do estado do Paraná**. 3ª edição Curitiba: imprensa oficial, 2002. 440p.

MAGALHÃES, João Carlos. **Emancipações políticos-administrativas de municípios no Brasil**. Brasília – DF. 2008. (P 13 - 92).

MARTINELLI, Marcelo. **Curso de Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 2003.

MELAZZO, E. S.; NASCIMENTO, P. F. **Território: Conceito estratégico na assistência social**. Dezembro de 2013, Serv. Soc. Rev., Londrina, V.16, N .1, P. 66-88, Jul/Dez, 2013.

PARELLADA, Claudia Inês. O Paraná espanhol: cidades e missões jesuíticas no Guairá. In: **Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (org) Missões: conquistando almas e territórios**, Curitiba: Imprensa Oficial, 2009, p.60.

PELEGRINI, Sandra C. A. Historicidades locais: interfase entre as políticas públicas de preservação do patrimônio imaterial e da cultura material. In: **História, Memória e Patrimônio**. Eduem-UEM, Maringá- PR, Brasil, 2009.

**PERFIL DA REGIÃO SUDOESTE DO ESTADO DO PARANÁ**. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=707&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=707&btOk=ok). Acesso em: 09 de Maio de 2018.

**PLANO CARTOGRÁFICO DO ESTADO DO PARANÁ**. In: Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Curitiba-PR, 2010. Disponível em: [http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Plano\\_Cartografico\\_2010\\_aprovado.pdf](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Plano_Cartografico_2010_aprovado.pdf). Acesso em: 10 de Maio de 2018.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO,

Veronica Karina. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Eduem-UEM, Maringá-PR, Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **História das Lutas Sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954 a 1964**. Eduem – UEM, Maringá – PR, Brasil, 1996.

RAFFERTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. (p.17 – 36).

SANT' ANA, Tiago C. F. **Cartografia nos estudos das dinâmicas espaciais no município de Cambira – PR**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, 2011.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1991.

SAQUET, Marco A. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. (p. 73 – 94).

SILVA, Simone A. **REGIONALIZAÇÃO DO BRASIL SEGUNDO ROBERTO LOBATO CORRÊA**. São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/abril2013/geografia\\_artigos/tr es\\_brasis\\_lobato\\_correa.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/abril2013/geografia_artigos/tr es_brasis_lobato_correa.pdf)>. Acesso em: 13 de Junho de 2019.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: os efeitos da Lei de Terras de 1950**. Unicamp, Campinas-SP, Brasil, 1996.

SOUZA, Marcelo L. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1.ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. (p.57– 72).

\_\_\_\_\_. Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e Temas**. 2ª Ed, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000. (77 – 116).

QUEIROZ, Deise R. E. O estudo da cor e sua inserção na cartografia com relevância na representação de aspectos físicos. Revista: **OLAM Ciência e Tecnologia**. Ano VII, Vol. 7, n. 3, Rio Claro – SP, Dezembro, 2007, p. (95 – 114).

QUEIROZ, D. R. E. A Semiologia e a Cartografia Temática. **Boletim de Geografia**, Maringá - PR, UEM, ano 18, n.1, p.121-127, ISBN 0102-5198, 2000.

ZINKE, Idair Augusto. A evolução da malha municipal do estado do Paraná e as proposições recentes. Revista Inter Espaço Grajaú/MA v. 5, n. 16 p. 01-21 jan./abr. 2019.

**ANEXO 1 – Questionário cultural utilizado na região Sudoeste do Paraná.**

	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (M-D)	
<b><u>Informações:</u></b>		
Pós graduando (a): Juliana Castilho Bueno		
E-mail: julianacastilho94@gmail.com		Telefone: (44) 99758-4130 (Ligação/ Whats)
Orientador (a): Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Deise Regina Elias Queiroz		
Cidade:		
Secretário (a) da Cultura:		
Data: ____/____/2019.		
<b><u>Questionário:</u></b>		
1) Quais dos grupos/ nacionalidades estão presentes na formação de seu município? <input type="checkbox"/> Italianos <input type="checkbox"/> Japoneses <input type="checkbox"/> Espanhóis <input type="checkbox"/> Ucranianos <input type="checkbox"/> Alemães <input type="checkbox"/> Portugueses <input type="checkbox"/> Franceses <input type="checkbox"/> Outros. Especifique: <input type="checkbox"/> Gaúchos _____ <input type="checkbox"/> Catarinenses _____ <input type="checkbox"/> Indígenas _____		
2) Em seu município existe a presença de pessoas estrangeiras trabalhando? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se sim, por favor, especificar o país: <input type="checkbox"/> Argentina <input type="checkbox"/> Paraguai <input type="checkbox"/> Uruguai <input type="checkbox"/> Outros: _____		
3) O município apresenta Centros Culturais? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se sim, por favor, quais? _____ _____		
4) O município apresenta grupos folclóricos? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se sim, por favor, quais? _____ _____		
5) O município apresenta museus? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se sim, por favor, quais? _____ _____		
6) No município existe a presença de Tiro de Guerra? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Se sim, por favor, quais? _____		

7) No município existe alguma arquitetura, ou aspecto de herança do contexto da Guerra do Contestado?(  ) SIM (  ) NÃO  
Se sim, por favor, quais?

8) O município realiza alguma atividade ou evento específico quanto a Guerra do Contestado?(  ) SIM (  ) NÃO  
Se sim, por favor, quais?